Elisabeth da Fonseca Guimarães

O voto do eleitor jovem
Do ideal democrático à experiência cidadã

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

1998

UNICAMP
G947v
V.
Ex.
TOMBO BC/ 33457
PROC. 395/98
C
D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 14/04/98
N.º CPD

CM-00108853-8

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

G947v

Guimarães, Elisabeth da Fonseca.
O voto do eleitor jovem : do ideal democrático à experiência cidadã / Elisabeth da Fonseca Guimarães. -- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Letícia Bicalho Canêdo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Voto. 2. Ritual. 3. Eleições - Aspectos sociais. 4. Jovens - Atividades políticas. 5. Cidadania. 6. Etnografia. I. Canêdo, Letícia Bicalho. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

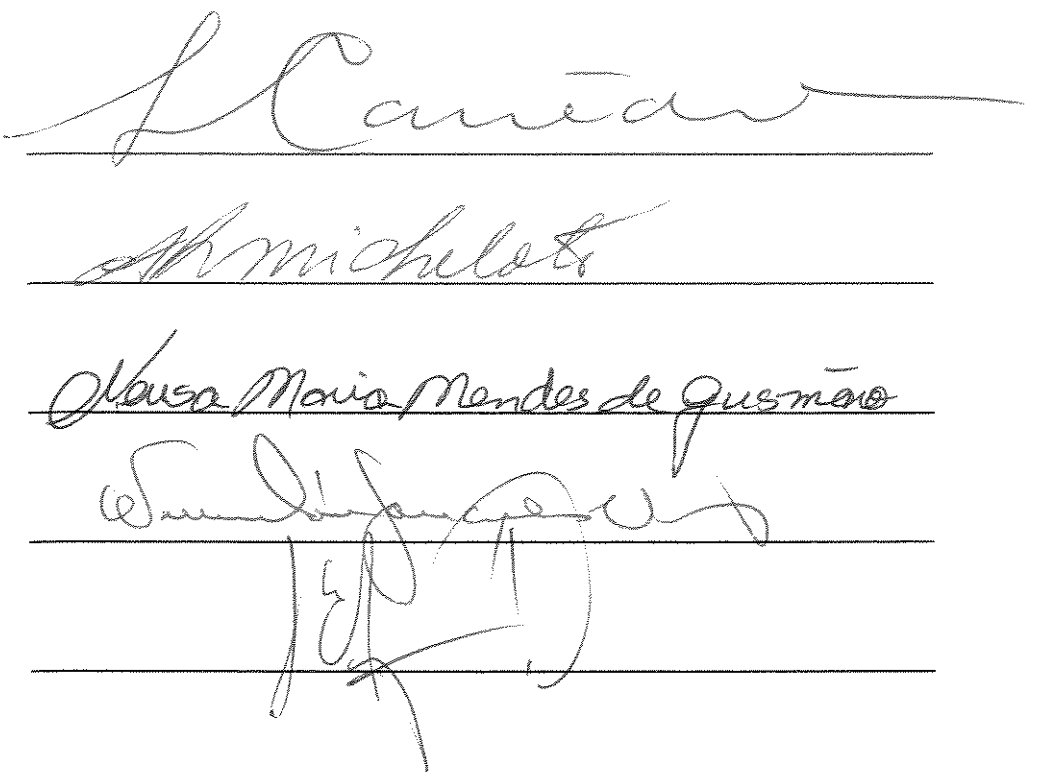
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Elisabeth da Fonseca Guimarães e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ___/___/___

Assinatura: _____
Orientadora

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação na Área de Concentração: Administração e Supervisão Educacional à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profª Drª Letícia Bicalho Canêdo.

Comissão Julgadora



Para minha mãe,

que muito lutou para educar seus filhos.

Agradecimentos

Ao término desta experiência, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos que mais de perto contribuíram para que esta tese se concretizasse:

À CAPES e a Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia pelo apoio técnico e financeiro.

Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente os participantes do antigo LAPES, que leram e discutiram nossos primeiros escritos, pela confiança em nos liberar para o doutorado.

Aos funcionários da Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, pela eficiência e dedicação com que sempre nos atenderam.

Aos professores da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, principalmente os professores Dr. Milton José de Almeida e Dra. Elisa Angotti Kossovitch, que participaram do Exame de Qualificação. À

professora Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, pelas sugestões para o tratamento das fotografias.

Ao professor Carlinhos, pelo cuidado com que leu esta tese e outros textos desta pesquisa.

Aos professores Dr. Antônio Ricardo Micheloto, Dr. Geraldo Inácio Filho, Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa e Dr. Wenceslau Gonçalves Neto pela leitura cuidadosa - e carinhosa - que fizeram de todo o texto preliminar da tese. À professora Dra. Nízia Alvarenga do Nascimento pela leitura do capítulo da Sociabilidade do voto. Obrigada a todos pelas sugestões e críticas construtivas.

À Letícia e à Vanessa, minhas queridas "monitoras", ao Vinícius e ao Mauro, presentes nos momentos "embaraçosos" da digitação, obrigada pelo envolvimento afetuoso. Vocês são o motivo de tudo aquilo que faço e a animação para continuar a fazer.

À nossa dedicada orientadora, professora Dra. Letícia Bicalho Canêdo, pelo muito que nos ensinou durante a elaboração deste trabalho.

"Eu mandei fazer o título logo assim que descobri que poderia votar. Porque eu acho assim: as pessoas que puderem colaborar com o Brasil, acho bastante importante. Assim, a força jovem, jovens do Brasil que poderia mudar muita coisa, assim, influenciando na política. Eu fiquei sabendo pela televisão. Foi à noite. No outro dia cedo eu já fui lá." (Marco Túlio, 16 anos, 8ª série, office-boy).

Sumário

Lista de fotografias viii

Lista de figuras xi

Resumo xii

Summary xiii

Etnografia da tese **14**

O impacto inicial 18

A restruturação do universo de pesquisa 20

Resgatando um passado recente 23

À espera do 2º turno 26

Alinhavando o universo pesquisado 27

A volta às escolas 32

A caracterização da tese 33

A escritura dos capítulos 41

A especificidade do voto jovem **44**

Os "epitélios" eleitorais 46

O que é votar? 53

A "naturalidade" do voto 57

Votar no Brasil 63

Do voto à cidadania 69

A (in) sustentável concreticidade da prática cidadã 80

O voto jovem: da pureza de significados à conveniência cidadã 85

O ritual do voto 88
Ritual e vida cotidiana 92
O voto como emblema material 96
O material e o simbólico 105
A homogeneização dos eleitores 124
O ritual do voto e a atualização do poder 134
A sociabilidade do voto 138
Votar é uma festa ! 142
O lugar do voto 148
A permanência no lugar 155
O dia da eleição 158
Para concluir 164
O momento do voto jovem 166
O social, o racional, o emocional e o político 168
A família, mulher, a mãe e a decisão do voto 175
A novidade do primeiro voto 179
Obrigatórios, nulos, brancos ... (e abstenções) 181
Os profissionais do voto 189
As opiniões e as sondagens de opiniões 197
Os jornais, o rádio e a televisão e a inserção do jovem no contexto eleitoral 201
O voto do analfabeto 209
Do voto idealizado ao voto praticado 214
Considerações finais 216

Bibliografia 221

Lista de Fotografias

01 - O primeiro voto; 1º Turno de 1994..... 24

02 - O final dos trabalhos da última "eleição manual"; 2º Turno de 1994..... 31

03 - O lacre do envelope com os documentos da última "eleição manual"; 2º Turno de 1994..... 31

04 - Voto para vereador: o lembrete esquecido; 1º Turno de 1996..... 37

05 - "Sociabilidade" e "rivalidade": o encontro dos cabos eleitorais "adversários"; 2º Turno de 1996..... 37

06 - Civilidade hygh - tech: a identificação eletrônica do jovem; 2º Turno de 1996..... 38

07 - Surrealismo eleitoral: os bastidores do voto; 2º Turno de 1996..... 38

08 - O momento embrionário do alistamento eleitoral; Fórum Eleitoral Des.Ayrton Maia. Uberlândia - M. G..... 40

09 - A assinatura do eleitor marca a legalidade do voto; Fórum Eleitoral Des. Ayrton Maia.Uberlândia - M. G..... 40

10 - O ato de votar: materialidade visível; 1º Turno 1994..... 101

11 -Votar "confirma" a materialidade do rito; 1º Turno de 1996..... 101

12 - A "facilidade" do voto; 2º Turno 1996..... 109

13 - "Treinando" o voto; Uberlândia M. G.- 1996..... 109

14 - Rumo à apuração; 2º Turno de 1994..... 115

15 - Lacre manual: um procedimento do passado; 2º Turno de 1994..... 117

16 - Urna eletrônica: a cédula livre do contato manual; 1º Turno de 1996..... 117

17- A festa do voto; 2º Turno de 1994..... 144

18 - O aprendizado e a prática do voto acontecem na escola; 2º Turno de 1994..... 144

19 - As crianças na fila acompanham os pais: votar é uma ação que pode ser aprendida na infância; 1º Turno 1996..... 146

20 - A vida social e familiar se misturam ao ato político de votar; 1º Turno 1996..... 146

21 - A escola é um palimpsesto; 1º Turno 1994..... 151

22 - A última lição de casa esquecida na lousa; 1º Turno 1994..... 151

23 - O pedaço visto de fora; 1º Turno 1996..... 154

24 - O pedaço visto de dentro; 1º Turno 1996..... 154

Lista de Figuras

1 - As escolas da investigação; Uberlândia - M. G..... 22

2 - A explicação do voto (frente); Justiça Eleitoral, 1996..... 183

3 - A explicação do voto (verso); Justiça Eleitoral, 1996..... 183

Resumo

O tema fundamental desta tese está voltado para compreensão do voto do eleitor jovem, ou seja, daquele que está sendo iniciado nessa forma de participação política que é o direito de votar. A pesquisa de campo foi feita na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, em escolas públicas da periferia, transformadas em seções de votação. Foram investigados os dois turnos das Eleições Gerais de 1994 e das Eleições Municipais de 1996. A metodologia de trabalho incluiu a observação etnográfica e a análise sócio-histórica do contexto investigado.

Apreender a expressão eleitoral do jovem que está votando pela primeira vez foi o objetivo da tese, o que possibilitou discutir a participação eleitoral do grupo investigado independente - e até mesmo em confronto - com as idealizações construídas em torno deste ato. Votar como um exercício democrático, necessário para fazer desse eleitor um cidadão, foi uma questão que envolveu toda a análise. O conhecimento do cotidiano eleitoral do jovem possibilitou discutir situações como a sociabilidade , a ritualidade e a própria decisão do voto como uma esfera que comporta inúmeros significados, muito além do sentido estritamente político de votar.

Summary

The fundamental theme of this study is pointed to the comprehension of the youth's vote, that is, the one who is being introduced into this form of political participation, which is the right to vote. The field research was done in the city of Uberlândia, in the state of Minas Gerais in the public schools from the outskirts. These schools were divided in voting sections. Two turns of the 1994 general elections and the 1996 municipal elections were compared. The methodology of work included the ethnographic observation and the social-historical analysis of the investigated context.

Catching the youth's voting expression, that is voting for the first time, turned to be possible the discussion of the electoral participation of the independent investigated group, and even in confront with the idealizations built around this act. To vote, as a democratic attitude, necessary for the voter to become a citizen, was a matter that involved the whole analysis. To know about the investigated voter's quotidian made it possible to discuss situations such as sociability, ritual and the voting practice itself as a sphere that contains a number of meanings beyond its strict political meaning.

Etnografia da tese

Na manhã de 3 de outubro de 1994, quando chegamos à Escola Estadual Profª Juvenília Ferreira dos Santos, no bairro Luizote de Freitas, na periferia de Uberlândia, para fazer o trabalho de campo, tínhamos pouca firmeza sobre o que iríamos investigar. Exatamente naquele dia, o País experimentava, pela segunda vez, a votação em dois turnos: eram Eleições Gerais e aquele 1º turno estava enfaticamente marcado pelas disputas nacional, para presidente da República, e estadual, para governador de Minas.

Naquela época, nas atividades do doutorado, estava acontecendo o curso do Prof. Michel Offerlé, integrante do GRAV - "Groupe de recherches sur l'acte du vote" - um grupo organizado pelo Centro de Pesquisas Políticas da Sorbonne e pela Associação Francesa de Ciência Política, que tinham o interesse em pesquisar o voto em suas várias possibilidades de análises.[1] O assunto das aulas nos interessava: tratava-se da história social do voto, utilizando a revolta dos parisienses em fevereiro de 1848, como pretexto para refletir questões como o sufrágio universal, a democracia, a cidadania cívica. O voto, enquanto uma conquista popular, era o questionamento que norteava as exposições. Como teria nascido essa conquista?

Na seqüência das exposições, o professor Offerlé ia arrancando os véus das evidências que hoje envolvem o ato de votar para exibir a tríplice resistência que ele sofreu por um longo período por parte dos grupos dominantes, que recusavam a lei dos

[1] Autores citados nesta tese também fazem parte desse grupo, tais como, Yves Déloye, Olivier Ihl, Daniel Gaxie, Alain Garrigou, Pierre Rosanvallon e outros.

números; por parte dos críticos, que não compreendiam como um simples pedaço de papel depositado em uma urna seria capaz de mudar a vida cotidiana dos indivíduos; por parte dos eleitores, que, ao votar, deveriam renunciar aos desorganizados e tumultuados protestos de rua. Dentro de uma cabine indevassável, cada vez mais e mais cidadãos votavam, percorrendo um longo aprendizado, capaz de conferir a esse ato o sentido de uma evidência.

A naturalização da operação social de votar não foi vista, então, como casual e, sim, a partir de situações concretas: em debates parlamentares, diferentes formas de eleições, violências de rua... A historiografia eleitoral francesa, estudada durante o curso, foi um pretexto para pensar a problemática do voto, da cidadania e da democracia, livre das idealizações que envolvem o tema e que são tão freqüentes nos estudos políticos. O voto foi apreendido como uma operação material e como um ato cognitivo, inscrito em um sistema ideológico que lhe garantiria o sentido.[2] A complexidade de seus significados, mostrada em passagens históricas e em detalhes daquele cotidiano eleitoral, alertou para o perigo, tanto de analisá-lo a partir de uma definição unívoca[3], como de celebrá-lo tal qual "um modelo de acesso ao bem comum."[4]

Nosso projeto de tese, até aquele momento, se voltava para o aluno trabalhador do 2º grau noturno e suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho qualificado. Incluir em nossos objetivos o universo político desse grupo pareceu-nos particularmente interessante. De um lado, pela dimensão que o voto ocupa nas diferentes instâncias da realidade social - não existe essa ou aquela manifestação coletiva que não seja votável.

---

[2] Alain GARRIGOU, La construction sociale du vote, *Politix*, Paris, PFNSP, 22, deuxième trimestre 1993, p. 5.

[3] Ibid, p. 13.

[4] Olivier IHL, *Le vote*, p.11.

De outro, pela possibilidade de lidar com questões diretamente ligadas à prática eleitoral em seu sentido restrito, uma vez que, no ensino médio, a maioria deles já vota. As perguntas que surgiram ali ajudaram a pensar a problemática da tese. Foram elas:

- O voto é uma ação que caracteriza a participação desses jovens no processo democrático em nosso País, ou melhor, o voto desses jovens se inscreve na concretização desse processo?

- Como essa participação se efetiva na prática, no acontecer da atividade eleitoral?

- Qual é a compreensão que eles têm dessa participação, ou seja, como eles apreendem o ato de votar que eles próprios estão, ali, praticando?

- Seria pretensão desta pesquisa conceber esse eleitor de primeiro voto como um cidadão?

Munidas de máquina fotográfica, um roteiro de entrevista e gravadores, partimos - esta pesquisadora e duas monitoras - para aquela escola de periferia, feita seção eleitoral. A intenção era de incluir na tese um capítulo sobre o voto do jovem, utilizando o método etnográfico, ou seja, fazer uso da observação e da análise sistemática do contexto eleitoral para responder a essas questões.

A opção pela etnografia, como um dos caminhos para análise, além da recente influência do professor francês, pareceu-nos particularmente interessante, por "dar asas" à nossa curiosidade de pesquisadora, ao permitir o interesse e o registro de questões que, habitualmente, não seriam consideradas relevantes.[5] Observamos, então, atentamente,

---

[5] "O etnólogo deve se interessar por tudo aquilo que não é escrito, não tanto porque os povos que estudam são incapazes de escrever, mas porque aquilo por que ele se interessa é diferente de tudo o que os homens se preocupam habitualmente em fixar na pedra ou no papel."[5] Claude LÉVI-STRAUSS, *Antropologia Estrutural*, p. 41.

todo o ambiente pesquisado; fizemos entrevistas, fotografamos pessoas e situações que nos interessaram. As monitoras cuidaram apenas das entrevistas. Os jovens, em seu primeiro voto, seriam o alvo da investigação.

- Como nós os encontraríamos?

Inicialmente, pelas características físicas. Observando o entra e sai do ambiente, escolheríamos, pelo crivo do olhar, aqueles que aparentassem menor idade. Feita essa abordagem, as primeiras perguntas da entrevista[6] já confirmariam, ou não, a sensatez da escolha.

O impacto inicial

O impacto do contato inicial não foi fácil para nós. Sentimos um misto de intimidação e encantamento. Intimidação, ao invadir o território alheio, com toda aquela parafernália de investigação, atraindo para nós a atenção daqueles a quem deveríamos observar. Encantamento, por estarmos diante de um palco movimentado, animado pela excitação daqueles jovens, pretensos eleitores, protagonistas de uma cena que exibia, em doses equilibradas, a responsabilidade cívica de votar combinada com a liberdade e a intimidade de quem conhece o terreno onde pisa.

---

[6] As primeiras perguntas do roteiro foram: " idade?, estuda?, série?, turno?, trabalha?, em que?, é a primeira vez que você vota?"

Da parte das monitoras que nos auxiliaram no trabalho de campo, o impacto da chegada, provavelmente, assumiu um outro sentido. Como jovens que são, e com idades comparáveis a dos investigados, a permissão para essa ou aquela entrevista esteve envolta por uma certa timidez e, até mesmo, pelo constrangimento de estarem ali, frente a frente com outro jovem da mesma faixa etária, interpelando sobre questões que transitavam da esfera estritamente política, como o significado do voto, a intimidade das relações familiares transformada em fórum de decisão eleitoral. A atuação dessas duas colaboradoras, hesitantes em primeiro contato, viria estender as possibilidades da análise pela maneira característica - e tão diferenciada - com que cada uma delas se colocou frente ao universo investigado.

Letícia, então em seus 18 anos e no 2º ano do curso de Medicina, atentou com cuidado para determinadas características de seus entrevistados - intrinsecamente ligadas ao objeto de seu curso, que, provavelmente, nos pareceriam irrelevantes para a pesquisa. A dificuldade detectada em um ou outro para falar, a baixa estatura, a obesidade ou, até mesmo, o interesse por algum assunto como, por exemplo, o jovem que lhe revelou fazer uso do ambiente eleitoral para "conversar com os amigos sobre doenças sexualmente transmissíveis", foram motivos de atenção em suas entrevistas. Iniciando o 2º grau e de olhar complemente diferente, os 16 anos de Vanessa estariam atentos à relativa excentricidade que aquele espaço lhe proporcionava. Não seria por acaso que cairia em suas mãos o eleitor "anarquista" ou o dançarino punk, ambos avessos a qualquer tipo de manifestação política.

Passado esse primeiro impacto, naquela manhã eleitoral de 3 de outubro de 1994, estaria dado o primeiro passo para que fosse reestruturado por completo o universo de investigação desta tese.

A restruturação do universo de pesquisa

A atenção que despertou em nós o contato com o contexto eleitoral produziu ecos que extrapolaram a fidelidade a nosso objeto original. O interesse pelas aulas do professor Offerlé, revolvendo toda a historicidade do voto, fundamental para explicar o processo de institucionalização desse ato, tornado universal, ou seja, de valor igual para todos, ressoaram ali, naquele contexto absolutamente nacional - e interiorano - em inúmeras possibilidades de análise. Metaforicamente, era como um filme, projetado rapidamente frente a nossos olhos, exibindo uma grande variedade de imagens em movimento, reclamando uma análise capaz de ultrapassar a perspectiva do olhar ou de uma lente fotográfica.

Imediatamente, uma ansiedade diferente apoderou-se de nós. Era preciso ser ágil e perspicaz para apreender, não apenas com o olhar, mas com todos os outros sentidos da percepção, a intensidade daquela cena. As questões que antes responderiam por um capítulo, passaram, assim, a delinear a problemática da tese. As monitoras, combinadas para trabalhar apenas o período da manhã, foram recrutadas para todo o dia. A expectativa por parte delas de "aproveitar" o feriado eleitoral precisou, às duras penas das justificativas acadêmicas, de ser substituída pela idéia de que aquela pesquisa era

fundamental para a elaboração da tese e, desta feita, seria preciso explorar ao máximo a situação.

A Escola Estadual Profª Juvenília, no bairro Luizote de Freitas tornou-se, então, a primeira de mais outras três, cuidadosamente pontuadas nos limites da cidade de Uberlândia, que visitamos naquele dia (Fig.1). O espaço escolar seria o campo desta investigação: o lugar onde o voto acontece para esta pesquisa e onde o jovem eleitor de primeiro voto pratica esse aprendizado político. Visitamos novos locais de votação. Afinal, será que em outras escolas da periferia também haveria tamanha movimentação?

A mudança de cenário veio mudar muito pouco o conteúdo da cena. A agilidade para dividir o tempo entre as escolas pesquisadas - sem contar que também éramos eleitoras e obrigadas a votar - foi um recurso que nos permitiu, além de uma visão mais ampla do contexto, somar um número significativo de entrevistas. O material coletado por nós, durante todo o dia, seria fundamental para construir uma análise monográfica do voto. Naquele momento, ficou claro que o tempo de trabalho de campo estava inserido em um tempo muito específico, "designado, sintomaticamente, como *tempo da política*": um período que possibilita ao eleitor pensar a política não como uma atividade permanente, mas como uma atividade circunscrita aos limites da eleição.[7] Era preciso perspicácia para apreendê-lo.

Torcemos para que houvesse 2º turno.

---

[7] Moacir PALMEIRA, Voto: racionalidade ou significado? p. 27.

Fig. 1 As escolas da investigação
Uberlândia - M. G.

Legenda

1 - E. E. Profª Juvenília Ferreira dos Santos - Bairro Luizote de Freitas

2 - E. E. Presidente Marechal Castelo Branco - Bairro Planalto

3 - E. E. Frei Egídio Parisi - Bairro Segismundo Pereira

4 - E. E. Segismundo Pereira - Bairro Santa Mônica

Resgatando um passado recente

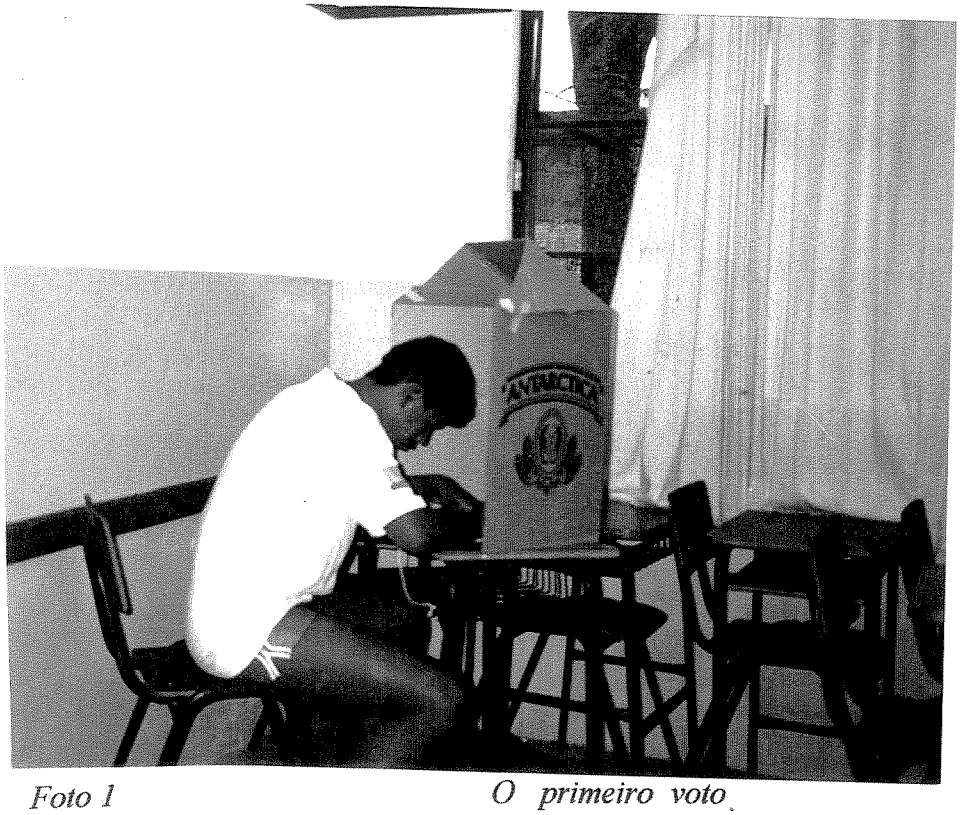
Entusiasmadas com a diversidade daquele universo, capaz de comportar situações tão diferenciadas em um mesmo ambiente, não hesitamos frente à possibilidade de retê-lo na lente de nossa máquina fotográfica. A originalidade que víamos naquelas cenas mereciam fazer parte do inventário da pesquisa. Seria um instrumento capaz de ampliar a visão daquele contexto, uma vez que, nas fotos, poderíamos apontar particularidades que, muitas vezes, no calor da hora e no afã de tudo registrar, não foram percebidas durante a observação. Elas poderiam, também, sinalizar o caminho para uma percepção mais detalhada daquele cenário e do conteúdo da cena que nele se processava, não apenas no que se refere à fidelidade do real, visualizando as pessoas, dos grupos de eleitores que freqüentavam o ambiente eleitoral mas, principalmente, as relações que precisávamos descobrir a partir das imagens.

O registro fotográfico tornou-se um instrumento que nos auxiliou a interpretar a dinâmica do ambiente eleitoral, na visualização de seu acontecer. As imagens contribuíram para o estudo das relações inscritas nos objetos e nas pessoas que víamos em ação. Os valores, a simbologia, a materialidade, as cores e os momentos da eleição puderam ser identificados, consagrando a complementaridade da representação fotográfica[8] em relação às demais técnicas de análise empregadas e facilitou a noção do conjunto pesquisado, o que, com a utilização de uma única técnica, certamente não seria possível. "Ver, descrever e constatar" como um exercício de busca do significado

[8] Olga R. de Moraes SIMSON, Som e imagem na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: reflexões de pesquisa, p. 6, mimeo,

daquele contexto, nos permitiu situar a investigação no espaço e no tempo, embora apenas isso não fosse o suficiente.[9]

A primeira foto, por exemplo, tirada no interior de uma sala de votação, registrou a seriedade cívica do jovem eleitor, isolado do mundo social pelas espessas paredes imaginárias da frágil cabine de papelão, na hora em que marcava a cédula. A formalidade de seu corpo, disciplinado para o ato, foi colocado em conformidade com as regras desse jogo democrático que é a eleição, ainda que em contraste com o modo descontraído como ele se vestia (Foto 01). Como esta, outras tantas fotos foram feitas por nós, em instantes em que nos vimos tomadas pela curiosidade, pelo prazer ou pela emoção: foram nossos olhos que desejaram ampliar, nos registros fotográficos, a capacidade de "enxergar" aquele contexto.



*E.F.G.**

Foto 1 — *O primeiro voto*
1º turno de 1994

[9] Boris KOSSOY, *Fotografia e História*, p. 65.

* As iniciais *E. F. G.* correspondem ao nome da autora das fotos, ou seja, a mesma desta tese.

As fotografias foram todas tiradas de forma amadorística e sem nenhuma sofisticação técnica. São fotos "não posadas", nas quais procuramos transpor para a discussão os detalhes do cenário, os momentos presenciados, as pessoas que transitavam nos arredores das seções e, especialmente, os jovens eleitores que pesquisamos. Elas não devem ser entendidas separadamente, já que foi a atenção a cada uma delas, associada aos dados da pesquisa - às falas dos eleitores, às situações observadas, ao próprio contexto a que elas remetem - que nos possibilitaram visualizar novas hipóteses para a análise[10], como, por exemplo, a socialibilidade própria do ambiente eleitoral. O conteúdo desta tese passa também pelas imagens dessas fotos, tiradas com o propósito substancial de captar as cenas dos quatro dias eleitorais de 1994 e 1996, nos diferentes espaços das escolas visitadas.[11]

Identificamos as fotografias desta tese com um título e um subtítulo indicando o período eleitoral ou o lugar em que foram tiradas. A localização de cada uma delas em trechos específicos dos capítulos não seguiu nenhuma subdivisão temática, ordem cronológica ou seqüencial. A intenção presente em todas elas foi a de adicionar à compreensão das questões tratadas uma referência visual. No caso das eleições, que não acontecem todos os anos, as fotos elucidam passagens da descrição[12], possibilitando o resgate de um passado recente - como as últimas eleições manuais, em 1994. Elas são capazes não apenas de revigorar as lembranças e aguçar nossa memória investigadora

---

[10] Zeila de B. F. DEMARTINI, Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em História da Educação, *TEXTOS CERU*, 7 (2): p. 14.

[11] Nesta tese, as fotografias são identificadas com a forma reduzida Foto; as figuras são identificadas com a abreviatura Fig. Ambas numeradas de acordo com a ordem de apresentação.

[12] Míriam L. Moreira LEITE & Olga R. de Moraes SIMSON, Imagem e linguagem: reflexões de pesquisa, *TEXTOS CERU*, 3 (2): p. 138.

mas, também, a dos leitores, possibilitando-lhes transferir a reflexão e a crítica às outras eleições por eles vivenciadas.

No imaginário do oficio de pesquisar, buscamos, na fotografia, reproduzir ao infinito, a singularidade do momento que só ocorre uma vez. Em cada uma das imagens aqui registradas, materializamos o desejo de repetir mecanicamente o que jamais poderá ser repetido existencialmente.[13]

À espera do 2º turno

Os resultados do 1º turno foram generosos com a pesquisa de campo. Foram mais ainda no que se refere à escolha estadual. Haveria eleições para decidir tanto a Presidência da República como o Governo do Estado de Minas. Em 15 de novembro de 1994, poderíamos retomar o trabalho de campo, iniciado em 3 de outubro.

Na pós-graduação, as aulas do prof. Offerlé seguiram seus dias habituais. Interessado nas eleições brasileiras, o período do curso havia sido cuidadosamente planejado de maneira que ele pudesse compreender como elas funcionavam aqui no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo, onde ele estava hospedado.

Nossa atenção aos temas desenvolvidos nas aulas foi redobrada. Era preciso anotar e refletir sobre todo o conteúdo discutido. As condições em que o curso acontecia eram propícias: o período eleitoral, o professor francês especialista em voto, os pós-

[13] Roland BARTHES, *A câmara clara*, 2. ed., p. 13.

graduandos brasileiros - e eleitores - interessados em discutir o assunto. Particularmente nesta tese, a ascendência francesa chegou a ocupar lugar de destaque na análise, o que, mais tarde, resultou na exclusão de muitos trechos da escritura, totalmente voltados para o modo francês de votar, fonte inspiradora da maior parte dos sistemas eleitorais do mundo ocidental.

À espera do 2º turno, procuramos repensar o objeto de análise da tese com base na caracterização teórica daquele contexto eleitoral, nos dados pesquisados no dia 3 de outubro passado e, principalmente, no interesse especial que já dedicávamos aos jovens, então, eleitores, motivo primeiro para que nos enveredássemos pelo tema. Era preciso, agora, marcar com nitidez o universo pesquisado.

O voto do eleitor jovem seria a expressão síntese de todo o trabalho. Na especificidade deste voto, apreendida ali, em seu acontecer, buscávamos as evidências que nos possibilitassem relacionar a prática do voto desse eleitor com as idealizações secularmente construídas em torno desse ato. A problemática da tese - gênese das questões que esperávamos responder com esta pesquisa - residiu, assim, no relacionar dessas duas concepções.

Alinhavando o universo pesquisado

Apreender a expressão eleitoral do jovem delineou-se, então, como a proposta geral da tese, o fio condutor capaz de alinhavar o universo investigado. A partir dela é que seria possível dimensionar o espaço político e social no qual esse jovem se insere,

fazer comparações com outros momentos políticos da vida nacional, elaborar questões ligadas à cidadania, à sua inserção no processo democrático em nosso País, às suas expectativas de mudanças políticas, estabelecendo a relação com as diferentes maneiras dele se manifestar nas duas eleições pesquisadas.

Era preciso partir do próprio campo de atuação desse eleitor, ou seja, do modo específico como ele se coloca frente ao ato de votar, independente ou até em confronto a toda teorização secular idealmente construída em torno dessa prática política. Era preciso ter clareza dessa proposta, principalmente pela impossibilidade de apreender o contexto pesquisado para além do dia 15 de novembro, quando voltaríamos às seções eleitorais.

Centro da investigação, o eleitor de primeiro voto - ou de primeiros votos, já que em 15 de novembro ele já estaria votando novamente - também deveria ser empiricamente definido. Pela experiência acumulada com a dissertação de mestrado e, principalmente, pela amostra do dia 3 de outubro passado, o eleitor desta investigação precisava ser visto como um indivíduo concreto que, na hora de votar, marca na cédula os sinais de sua história de vida, diferente do eleitor abstrato e universal, concebido pelos manuais de moral e civismo, analisados nas aulas do prof. Offerlé.[14] Ou, também, pelos manuais já utilizados em nossas escolas, em que o eleitor é universalmente definido como aquele que tem "responsabilidade para selecionar os melhores para as funções e tarefas que devem ser realizadas para o bem comum" (...) "devendo inspirar-se exclusivamente nos imperativos do bem comum"[15]. Nesses, suas características individuais, sua postura

---

[14] Obras historicamente ricas em exemplos de trechos de tais manuais são analisadas em: DÉLOYE, Yves, *École et citoyenneté*, capítulos 1 e 3 principalmente.

[15] PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, Ministério da Educação e Cultura, p. 606.

em relação à própria responsabilidade de votar, seus imperativos pessoais não fizeram parte da definição.

O jovem eleitor concreto, de idade oscilante entre 16 e 22 anos, morador da periferia da cidade de Uberlândia, foi, então, eleito o objeto de estudo desta tese. O tom da análise, ditado pela especificidade de sua expressão eleitoral, procurou interpretar o voto pelo campo intelectual do grupo investigado.[16]

As eleições de 15 de novembro chegaram mais cedo do que poderíamos imaginar. Naquela manhã úmida, anunciando chuva pela tarde, retomamos o trabalho de campo. As entrevistas do 2º turno foram feitas com muito mais desembaraço. As monitoras já não ficavam tão desapontadas frente à negativa de um ou outro eleitor que se recusava a ser entrevistado; tornavam-se hábeis em "esticar" a conversa com esse ou aquele jovem disposto a se manifestar. As novas questões incluídas determinaram o aprimoramento de algumas outras, constantes do primeiro roteiro.

Os entrevistados se mostraram espontâneos, aparentemente verdadeiros quando questionados, porém, tinham pressa, eram inquietos e, principalmente, seus interesses específicos em relação às eleições ultrapassavam o caráter estritamente político daquele dia. Fora essa vitalidade exacerbada, a maioria deles já trabalhava e a eleição - numa bela de uma terça-feira - significava uma folga, um "feriado" para que pudessem votar, interrompendo a semana de trabalho. Como, então, exigir que eles se dispusessem a passar um longo tempo a responder questões sobre um assunto que já havia lhes

---

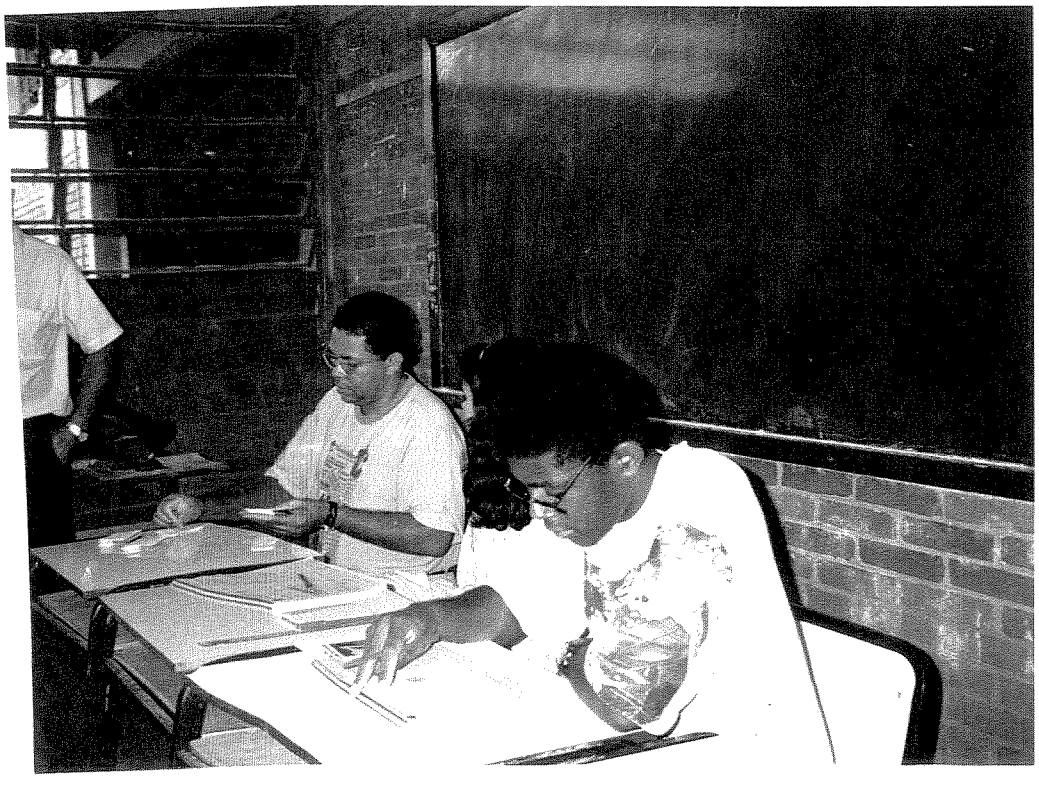
[16] Roger CHARTIER, *A história cultural*, p. 59. O estudioso chama a atenção para o perigo de análises elaboradas a partir do campo intelectual (e sensorial) do analista "ou seja, a decifrá-los através das categorias de pensamento cuja historicidade não é de modo nenhum apreendida e que consideram implicitamente como permanentes."

consumido, além do tempo de votar, a ansiedade, o medo e o aprendizado para desempenhar o papel de eleitor?

Hoje, com os capítulos definidos, essa "pressa" nos parece óbvia. Contudo, não seria tão evidente nas primeiras entrevistas. Em se tratando de um grupo tão específico como é o desses jovens, interpelados em um ambiente excessivamente fluido como são as seções eleitorais, onde eles se mantêm em constante movimento, é preciso ter prudência na elaboração das perguntas. A compreensão do objeto de pesquisa não pode estar vinculada à quantidade dessas questões e, sim, à expressividade das respostas que elas serão capazes de provocar. Ainda que essa expressividade não estivesse inteiramente sob o controle das entrevistadoras, a atenção prévia ao grupo investigado já seria meio caminho andado para apreendê-las.

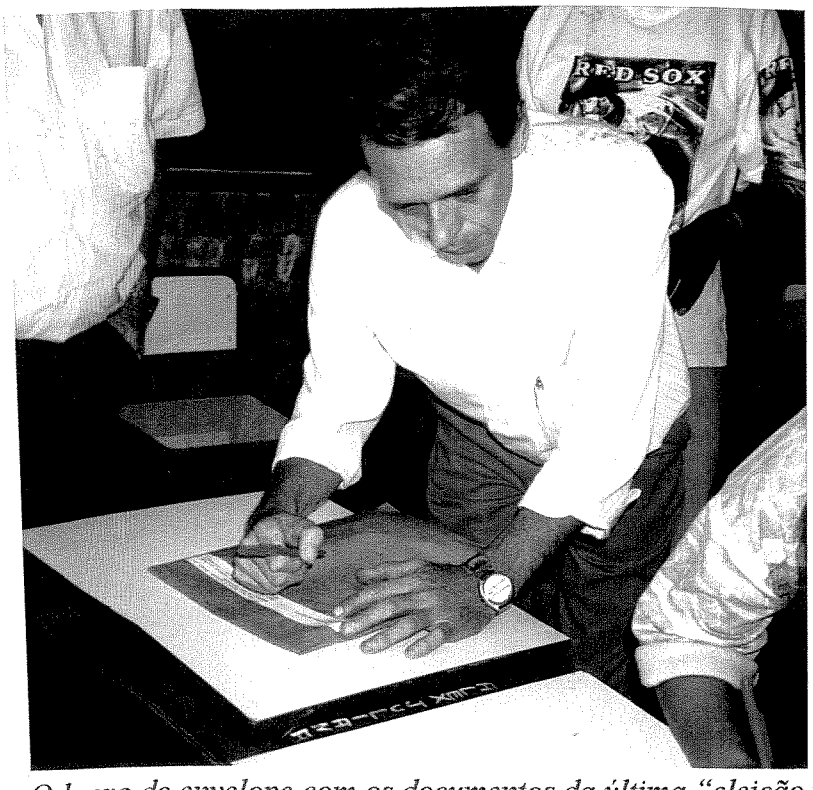
Em doses homeopáticas, ministradas durante esses dois turnos de 1994, adentramos no universo do voto jovem ou seja, no modo específico como esse eleitor se insere no contexto eleitoral. Os trabalhos de votação daquele dia foram os últimos completamente manuais, uma vez que em 1996 seria introduzido o voto eletrônico. Registramos suas imagens na lente de nossa câmara fotográfica. Os mesários, atentos, conferindo os canhotos que comprovavam a votação, eram uma prova evidente de que, a partir daquele momento, o cidadão eleitor concreto, de carne e osso transforma-se-ia em um número, registrado nos livros da eleição (Foto. 02). O envelope que guardava os documentos da seção, lacrado e assinado pelo presidente da mesa, além de reforçar o caráter simbólico da eleição, era um divisor de águas que mostrava que o voto, a partir do momento em que é colocado na urna, não pertence mais ao eleitor e sim aos capacitados em contá-lo, analisá-lo, interpretá-lo (Foto 03).

Essa finalização prenunciava um longo período de espera. Votação, agora, só daqui a dois anos.



E.F.G.

Foto 2 *O final dos trabalhos da última "eleição manual" 2º turno de 1994*



E.F.G.

Foto 3 *O lacre do envelope com os documentos da última "eleição manual" 2º turno de 1994*

A volta às escolas

O total de eleitores entrevistados nos dois turnos de 1994 chegou a 86, divididos em dois grupos com diferentes questões: 46 no primeiro turno e 40 no segundo. As falas dos eleitores representavam um rico material de pesquisa que, de certa forma, nos causava um certo receio pela responsabilidade de analisá-los. Além das falas, as fotos do cenário eleitoral revelavam um universo à parte, nem sempre percebido na hora da investigação. Somados a isso tudo, as anotações do caderno de campo aguçavam nossa memória para uma história recente, da qual nós também fazíamos parte.

- Como organizar todo esse material?

- E as leituras do curso do professor Offerlé? Elas nos ajudariam a pensar que o objeto desta tese é o voto do jovem no Brasil, em Uberlândia?

Reunimos todo o material pesquisado às leituras do curso e ensaiamos o que viria a ser um dos capítulos da tese. Na própria organização da escritura, muitas dúvidas se apresentaram. As eleições já haviam passado e não seria possível esperar até 1996 para um novo contato com o objeto desta investigação.

- Onde estaria aquele grupo de personagens, freqüentes às seções eleitorais nos dias de eleição?

Nas mesmas escolas onde fizemos as primeiras pesquisas - foi a resposta mais acertada. Quase todos moravam perto das seções onde votavam, eram jovens, estudavam e trabalhavam, compunham um universo semelhante ao já estudado no mestrado. Em maio de 1995, aproximadamente seis meses depois das Eleições Gerais, voltamos às escolas onde iniciamos o trabalho de campo. Pelas próprias características dos pesquisados, concluímos que, à noite, seria o horário mais propício para encontrá-

los. Uma das perguntas da primeira entrevista que os identificavam era sobre o turno em que estudavam e 73% deles cursavam o noturno.

Sem a "agilidade" do dia eleitoral e com muita tranqüilidade para escutar os novos eleitores, procuramos ouvir qual foi a impressão que eles tiveram de seu primeiro voto, a lembrança do dia eleitoral, dos candidatos escolhidos, enfim, o que a memória de cada um deles registrou sobre esse evento político chamado eleição. Gravamos entrevistas com aproximadamente 120 alunos, seguindo um roteiro mais flexível do que os utilizados anteriormente. A inclinação para uma análise qualitativa cada vez mais se acentuava, uma vez que era muito mais fácil conquistar a confiança de nosso investigado com uma conversa descontraída do que, propriamente, com um esquema rígido de perguntas. Nas transcrições das gravações, uma fita danificou-se, reduzindo para 99 o total das transcrições.

A caracterização da tese

Na pós-graduação, os trabalhos continuavam. Os ensaios de capítulos iam-se esboçando aos poucos. A influência da bibliografia francesa, tratando as eleições de uma maneira que consideramos particularmente interessante, às vezes nos fazia lembrar que desconhecíamos a historicidade das eleições brasileiras. Pelas idas e vindas de nossos sistemas eleitorais, "elaborados" tão a gosto dos grupos hegemônicos de cada época, procuramos identificar questões que pudessem enriquecer nossas análises com um número mais significativo de comparações, relacionando situações ou momentos

diferentes de nossa história eleitoral.[17] Apreender a especificidade do voto jovem era o grande desafio que movia esta investigação e, a partir dela é que seria possível responder às inúmeras questões que norteavam o trabalho de pesquisa.

Independente da bibliografia francesa, já havíamos acumulado um material muito denso sobre o grupo investigado. O próprio voto do jovem instigava a análise de situações que iam muito além de sua prática visível, como, por exemplo, o universo político, freqüentemente invadido por questões marcadamente sociais ou domésticas. A ritualidade da cerimônia eleitoral que, além de confrontar o sagrado e o profano, evidenciava a caracterização técnica do voto como uma ação que exige habilidade de movimento para ser executada. A contemporaneidade desse voto, compreendida como uma possibilidade da prática cidadã, precisava ser inserida em uma contextualidade histórica. O próprio desenrolar da legislação eleitoral em nosso País, ao facultar o direito de votar aos 16 anos[18], despertava a atenção para um grupo específico de indivíduos que, formal ou informalmente, já estava inserido no processo produtivo.

As eleições municipais de 1996, com a escolha concentrada em candidatos bem mais próximos aos eleitores, sinalizou a possibilidade de se estabelecer comparações com 1994, quando houve Eleições Gerais.

---

[17] Uma obra importante para a compreensão dessas idas e vindas, com explicação técnica das várias passagens do processo eleitoral e análise cronológica das diversas leis e códigos eleitorais brasileiros é Hilda Souza BRAGA, *Sistemas eleitorais do Brasil* (1822 - 1988), Brasília, Senado Federal, 1990. Uma análise mais crítica desse processo está em Maria D'Alva Gil KINZO, *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*, São Paulo, Símbolo, 1982.

[18] Para se ter uma idéia cronológica das restrições por idade, para se votar nas eleições da Colônia (1821) e do Império (1822- 1889) era preciso ter mais de 25 anos; a República Velha (1889-1930) diminuiu a idade para 21 anos; o Código Eleitoral de 1932 manteve os 21 anos; a reforma do Código Eleitoral em 1935 reduziu para 18 anos; a Constituição de 1988 criou uma faixa especial de voto facultativo dos 16 aos 18 anos. Hilda Souza BRAGA, op. cit., pp. 07-140.

- Será que o jovem eleitor iria se expressar politicamente de modo diferente nos pleitos municipais, se comparado com as Eleições Gerais de 1994?

A volta às escolas no horário noturno, aproximadamente 15 dias antes do 1º turno de 1996, aconteceu sem transtorno. Estávamos mais seguras do que deveria ser investigado. O aspecto técnico do ato de votar remetia a uma questão trabalhada desde os primeiros momentos da pesquisa mas que, com a efetivação do voto pelo computador, tornava-se evidente que a eleição, a despeito de ser um símbolo democrático, é uma operação material que implica um aprendizado para se realizar. Sua cenografia é produto de uma história[19] que já previu a máquina de votar no Código Eleitoral de 1932, mas que só encontrou condições de se viabilizar nas eleições de 1996, quando toda a técnica exigida para esse ato já estava interiorizada nos corpos, precindindo de evidências para se legitimar. Nas entrevistas, os alunos revelaram a ansiedade e a expectativa em relação ao desempenho correto dessa nova habilidade. A análise anterior do espaço eleitoral, caracterizado pelo isolamento da urna, reclamava uma "extensão" da abordagem, capaz de incluir mais essa parafernália tecnológica.

A disputa pela prefeitura da cidade não revelou nenhuma novidade: os personagens de ponta eram "figurinhas carimbadas": ambos já haviam sido prefeitos[20]. Os candidatos ao legislativo e os vereadores, tentando a reeleição, peregrinavam pelas escolas da periferia, distribuindo brindes e abraços aos alunos eleitores. A proximidade entre eleitores e candidatos acentuou o interesse pelo modo como eles se expressariam naquelas eleições. A própria caracterização do voto como um instrumento de participação que viabiliza a existência do eleitor como indivíduo, diante da possibilidade

---

[19] Olivier IHL, *Le vote*, p. 12

[20] Os candidatos eram: Virgílio Galassi (PPB; PFL; PTB e PL) e Zaire Rezende (PMDB; PT e PC do B)

de manifestar uma opinião[21], concorreu para que repetíssemos - então com uma nova roupagem - questões que nos ajudaram nessa compreensão.

Nesse período que antecedeu as eleições municipais, transcrevemos 36 entrevistas. Nas questões, vieram à tona situações domésticas, características pessoais e, até mesmo, referências a um convívio íntimo com os candidatos, o que não foi registrado nas eleições de 1994.

A pesquisa no 1º turno de 1996 foi bem mais tranqüila. A participação das monitoras novamente se fez necessária. Como jovens que são, teriam amadurecido mais como estudantes, como entrevistadoras, como pessoas e, certamente, compreendiam com muito mais clareza o quanto aquele contato com o investigado, na hora da eleição, era importante para esta tese.

Um profundo envolvimento com o universo pesquisado marcou aquela investigação. Naquele momento, já era possível compreender que a especificidade eleitoral do jovem, ou seja, o modo como ele coloca em prática o direito constitucional de se expressar em uma cédula eleitoral, reside tanto no próprio caráter de liberdade e pluralidade do voto[22], que torna viável a amplitude de concepções desta prática, como na própria fluidez do grupo investigado, em constante movimento no tempo e no espaço.

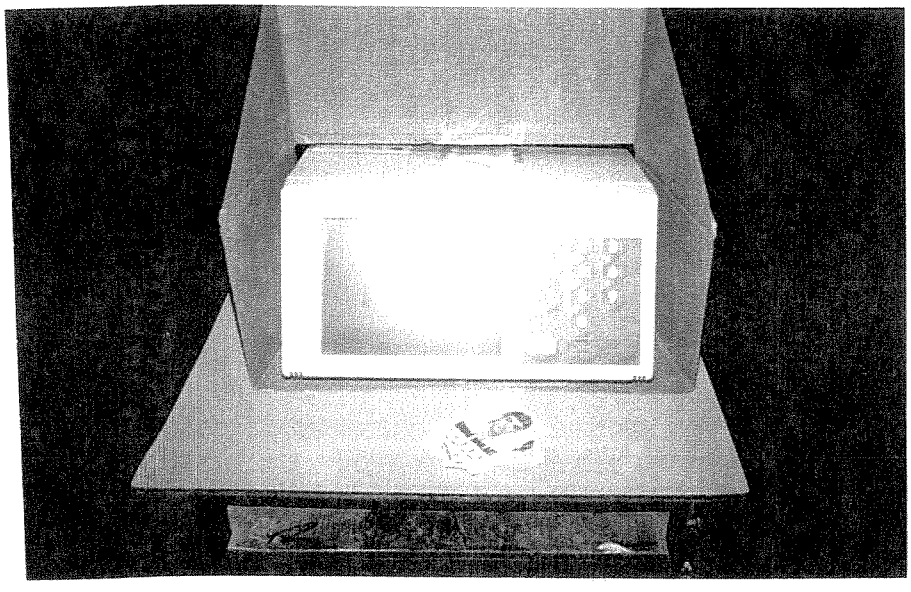
Em 15 de novembro de 1996, segundo turno das Eleições Municipais, não fizemos entrevistas. Reservamo-nos o direito de olhar, de ficar apreciando o movimento desordenado dos eleitores pelos pátios das escolas, pelos corredores, nas portas das seções eleitorais. Fotografamos esse vai-e-vém sem a preocupação de aproveitar essa ou aquela foto. Deixamo-nos levar pelo movimento do olhar. Às fotos desse dia, juntaram-se as tiradas anteriormente: o "santinho" esquecido (Foto 04); o encontro dos cabos

---

[21] Olivier IHL, op. cit. 15.

[22] Ibid., p.11.

eleitorais dos dois candidatos finais (Foto 05); o eleitor jovem se apresentando aos mesários, tornando-se parte de um corpo eleitoral (Foto 06); o fiscal de partido, observa "os bastidores" da seção eleitoral: as carteiras escolares, a pintura na parede, o armário da professora, a embalagem da urna eletrônica. (Foto 07).

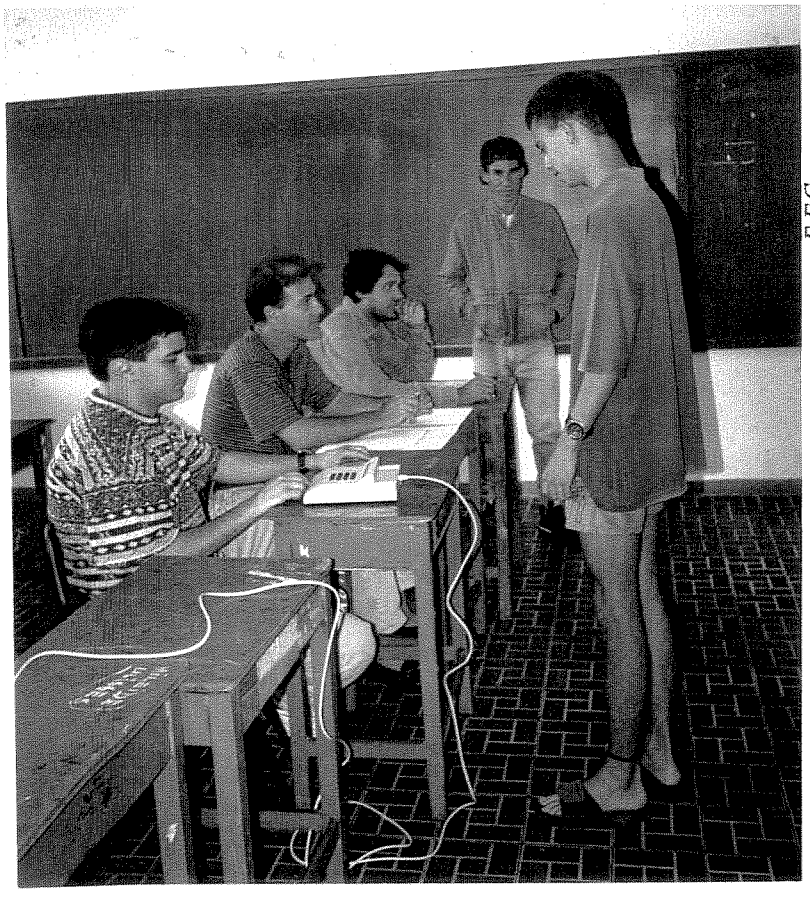


E.F.G.

Foto 4 *Voto para vereador: o lembrete esquecido. 1º turno de 1996*

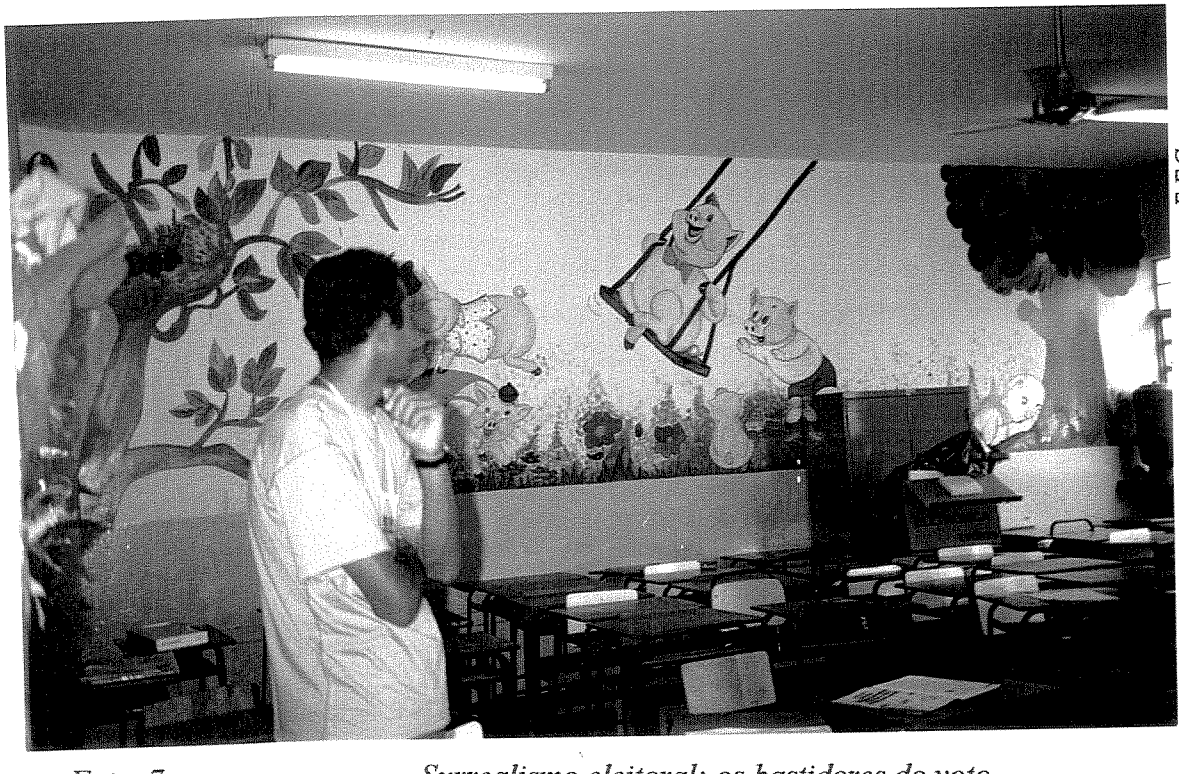
E.F.G.

Foto 5 *"Sociabilidade" e "rivalidade": o encontro dos cabos eleitorais adversários. 2º turno de 1996*



E.F.G.

Foto 6 *Civilidade hygh-tech: a identificação eletrônica do jovem, 2º turno de 1996*



E.F.G.

Foto. 7 *Surrealismo eleitoral: os bastidores do voto, 2º turno de 1996*

No interior da mesma escola Profª Juvenília, onde começamos o trabalho de campo, tivemos a sensação de que o cenário eleitoral se esvaía à nossa frente. Aquele momento marcava os limites etnográficos da tese, pelo menos no que se referia especificamente ao contato face a face com o sujeito desta investigação. Os jovens continuariam a votar nas próximas eleições, haveriam situações novas para serem investigadas. Para esta pesquisa, no entanto, os contornos já estavam traçados.

No trabalho com as entrevistas, conseguimos transcrever 257 relatórios, distribuídos em cinco grupos de diferentes questões, que ficaram, numericamente, assim distribuídos:

1º turno de 1994.....46 transcrições;

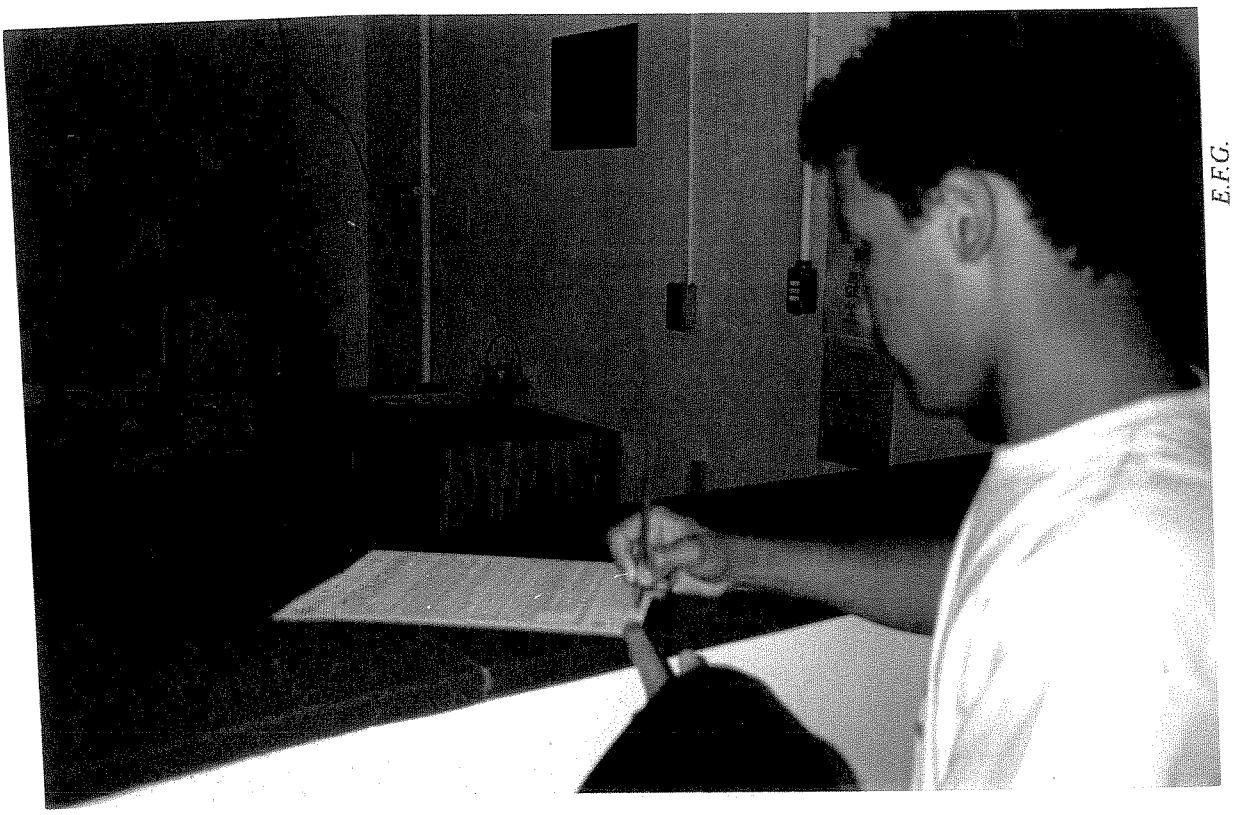
2º turno de 1994.....40 transcrições;

6 meses depois das eleições de 1994.....99 transcrições;

15 dias antes do 1º turno de 1996.....36 transcrições;

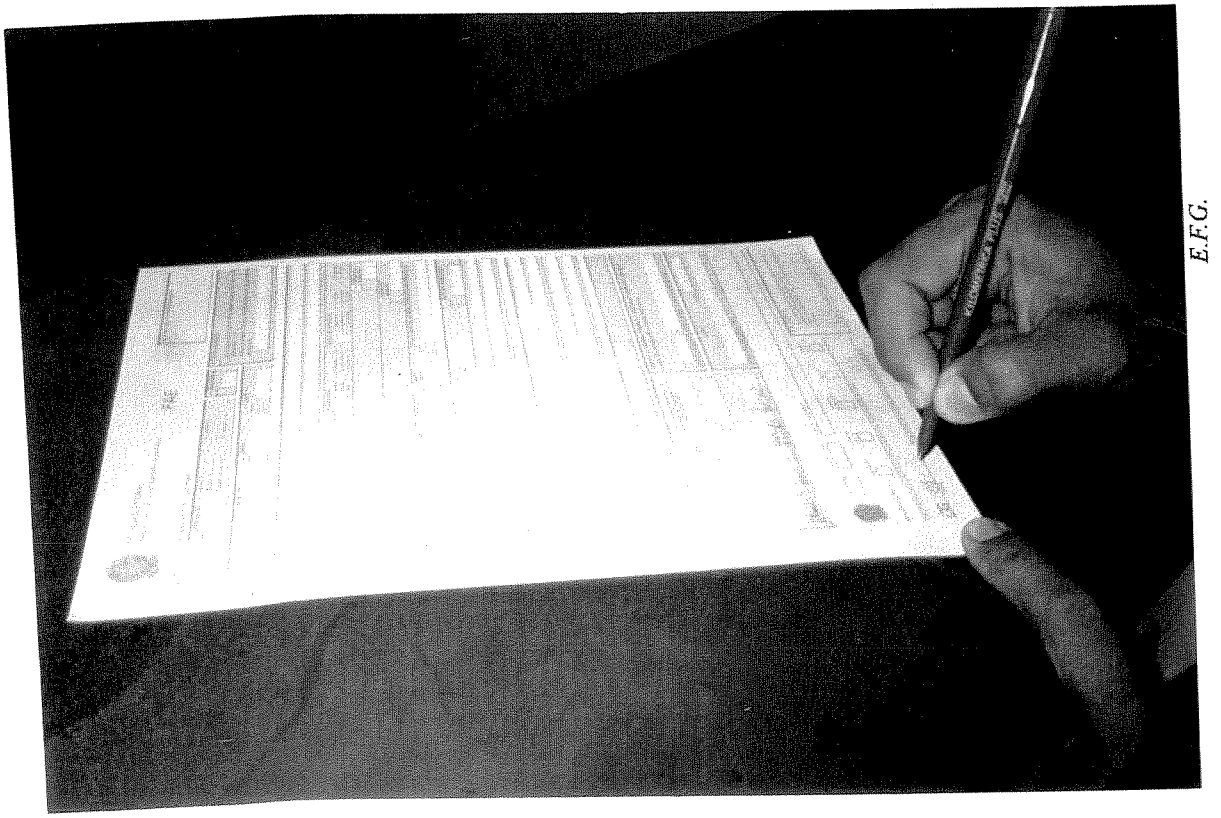
1º turno de 1996.....36 transcrições.

Depois do último 15 de novembro de 1996, voltamos a nos encontrar com alguns futuros eleitores no cartório eleitoral da cidade. Havia saído o resultado do vestibular e a Universidade Federal de Uberlândia exige o Título de Eleitor para se fazer a matrícula. Estávamos lá, à procura de dados sobre o contingente eleitoral de Uberlândia e, na coincidência desse encontro, não resistimos ao impulso de fotografar o momento "embrionário" do alistamento eleitoral do jovem. A assinatura marca a identidade legal do eleitor, construída sob o controle do Estado: o corpo biológico desaparece e, em seu lugar, emerge o corpo eleitoral (Fotos 08 e 09).



E.F.G.

Foto 8 — *O momento embrionário do alistamento eleitoral*
Fórum Eleitoral Des. Ayrton Maia. Uberlândia - M. G.



E.F.G.

Foto 9 — *A assinatura do eleitor marca a legalidade do voto*
Fórum Eleitoral Des. Ayrton Maia. Uberlândia - M. G.

A escritura dos capítulos

A escritura dos capítulos reclamou para si as angústias e os prazeres de se trazer à luz um trabalho de tese. A construção de cada um deles contou com uma forte dose de emoção, utilizada como impulso inicial. Ao elaborá-los, procuramos expressar fidelidade ao contexto pesquisado, a partir da abordagem etnográfica. A complexidade do ato de votar, contudo, reclamou espaço para a análise sócio-histórica, aliada a discussão de concepções diretamente voltadas para uma apreensão antropológica do tema.

A seqüência em que estão dispostos aqui não é a mesma que foram escritos. O primeiro deles, sobre "*A especificidade do voto jovem*", a despeito da tentativa de teorizar sobre o contexto eleitoral pesquisado, alerta para algumas questões diretamente ligadas à compreensão da participação eleitoral do jovem. Questiona a relação dessa prática eleitoral com o próprio efetivar da experiência cidadã desse eleitor.

O segundo, "O *Ritual do voto*", que analisa o desempenho do eleitor que vai votar pela primeira vez e o compara a um rito de passagem. Coloca questões diretamente ligadas à habilidade exigida para o efetivar da atividade eleitoral e que possibilitam pensar seu caráter disciplinador e homogeneizante. Chama a atenção para a simbologia cuidadosamente elaborada em torno da cerimônia eleitoral que legitima e atualiza o poder de representatividade do voto.

O terceiro capítulo, "*A sociabilidade do voto*", desperta para o significado social de que o jovem é capaz de conferir ao ambiente eleitoral, para além do conteúdo estritamente político do ato de votar. A questão fundamental que perpassa as análises deste texto centra-se na apreensão do voto pelo jovem como uma prática política capaz de gerar diferentes tipos de relacionamentos sociais. Nesse capítulo e em "*O ritual do voto*", de modo evidente, o caráter de complementaridade da fotografia se faz presente na exposição.

O quarto capítulo, "*O momento do voto jovem*", procura compreender as diferentes situações que concorrem para a orientação dada ao voto do jovem pesquisado. Nele estão presentes os principais momentos que precedem o sacramentar da cédula. Não vincular essa decisão a partidos e a candidatos mas à própria caracterização desse grupo de eleitores reclamou um tratamento diferenciado da análise, enfaticamente voltado para a especificidade de suas experiências de vida.

Nas "*Considerações finais*" procuramos alinhavar momentos cruciais da análise. Como o nome anuncia, a intenção foi elaborar uma conclusão. Um fechamento para uma proposta evidente desde as primeiras linhas desta tese, ou seja, estabelecer uma relação palpável entre a experiência vivida pelo jovem ao votar e as concepções idealizadas que são construídas em torno deste ato e que impedem a sua compreensão. Por seu caráter conclusivo, a sua leitura reclama explicações anteriores. Os quatro capítulos, no entanto, dispensam obediência à seqüência aqui apresentada, uma vez que cada um deles desenvolve "por inteiro" o tema a que se propõe.

A decisão de escrevê-los na primeira pessoa do plural não deve ser vista como um traço demagógico ou como um mero plural de majestade. Foi uma conduta reclamada pela "natureza" da análise que precisou recorrer não apenas às nossas leituras, às anotações do curso do prof. Offerlé ou à transcrição das entrevistas. Estiveram

também presentes nesta escritura as lembranças das monitoras Letícia e Vanessa - às quais muitas vezes tivemos que recorrer para explicar as situações pesquisadas - e a experiência e o cuidado de orientação da profª Drª Letícia B. Canêdo, atenta a nossos passos, não apenas por colocar em nossas mãos uma rica bibliografia política mas, principalmente, por estar presente em todos os momentos desta escritura.

O pronome *nós*, nas próximas linhas, assume o direito da palavra escrita para enfatizar a realização de um trabalho construído por muitas mãos.

A especificidade do voto jovem

A pretensão deste capítulo é de alinhavar algumas questões sobre o nosso objeto de análise, procurando demarcar teoricamente o universo pesquisado. Procuraremos caracterizar a atividade eleitoral do jovem, relevando particularidades desse contexto político que nem sempre são consideradas nas análises científicas; revolver o significado histórico do voto, relacionando o conteúdo ideológico que o envolve com questões práticas, reveladas nos depoimentos dos investigados desta pesquisa; discutir a relação voto e cidadania, considerando que votar é uma atividade representativa da experiência cidadã, necessária em uma sociedade democrática; ressaltar a naturalidade com que o conceito de cidadania é experimentado pelo eleitor jovem na hora de votar e as implicações dessa experiência.

A identificação de nosso jovem como eleitor iniciado reclama uma atenção especial em direção à aprendizagem do ato de votar, tanto em seu aspecto técnico, necessário à sua execução, como em sua dimensão política e simbólica.

A referência à produção acadêmica sobre o assunto é importante para nos situarmos teoricamente; faz-se necessária para que possamos enfatizar as características do objeto desta tese em relação a outros do contexto político eleitoral. A fala de nosso investigado, contudo, é que marca o percurso da análise.

Começamos pelas questões teóricas, aparentemente distantes do nosso eleitor, com o propósito de, com o intensificar a análise, apreendermos o voto do jovem em sua especificidade.

Os "epitélios" eleitorais

O voto do jovem, enfaticamente daquele que vota pela primeira vez, pensamos, é uma atividade ainda pouco explorada pela investigação sociológica e pouco conhecida pelos próprios jovens. Nas eleições de 1994, Cíntia, uma estudante de 17 anos, resumiu, em poucas palavras, o impacto de milhares de jovens que, como ela, experimentavam essa prática:

> " (...) eu não sabia como era a cédula. Fiquei um pouco curiosa, eu não sabia. Era a primeira vez." (Cíntia, 17 anos, 1ª série do 2º grau, não trabalha).

A emoção e a curiosidade dessa eleitora, sua postura, sua expressão para além da objetividade da escolha, são momentos ímpares do contexto eleitoral necessários ao conhecimento que buscamos. O voto de Cíntia, como todos os outros, uma vez colocado na urna, soma - se a milhares, que acabam elegendo este ou aquele candidato. O resultado final, é supresso por uma cifra - síntese da vontade de uma parcela significativa da população. Como ela, muitos outros votantes, provavelmente,

experimentam as mais diferentes reações diante da cédula que olham pela primeira vez, sem que possamos saber como esse ou aquele voto foi praticado.

O voto, reduzido a porcentagens numéricas, apaga experiências pessoais, exclusivas, que jamais serão recuperadas. Insere-se na própria forma de pensar do mundo tecnológico em que vivemos e que é capaz de tipificar , em resultados simplificados, quase tudo o que se possa imaginar.

Em outras palavras, o caráter técnico da sociedade atual - que parece se tornar cada vez mais acentuado - tende a minimizar o possível e empenha-se para fazer o mesmo com o impossível. Em uma explicação mais generalizada, que não deixa de incluir o procedimento eleitoral, é correto dizer que "(...) as siglas e os números, da mesma forma que os desenhos gráficos, são elementos simplificadores, normalmente utilizados na nossa sociedade técnica, necessitada de dizer o máximo com o mínimo. Por si só, não explicam tudo, pois acrescentam somente os traços considerados mais importantes para fazer parecer o que mais se quer expressar. Eles tipificam. Não alcançam todos os detalhes de uma representação, ou melhor, o significado histórico de uma determinada instituição."[23]

Essa tendência para abreviar situações complexas não é exclusiva da história recente. Em 1947, uma reportagem sobre a disputa eleitoral pelo governo de Minas Gerais já sinalizava para essa tecnicidade: "O páreo está ganho, Milton Campos será o presidente de Minas Gerais. A coligação PR - UDN - dissidência do PSD é invencível e levará às urnas 550 mil votos. Os nossos adversários não conseguirão 400 mil. Para chegar a essa conclusão basta um lápis, papel e um rápido exame do último pleito." Declaração do Sr. Milton Prestes ao jornal O repórter. Uberlândia, 04/01/1947.

[23] Letícia B. CANÊDO, Metáforas do parentesco, mimeo, p. 8.

Nossa angústia localiza se exatamente nessa perda do significado histórico da eleição, que nos impede de acompanhar a trajetória de cada voto até a sua chegada à urna; de não saber como este ou aquele voto foi praticado. Compreender o modo como o eleitor vai votar, como constrói sua decisão, como se constituem as modalidades de práticas, de gostos e de opiniões que, para este estudo, são mais importantes que a própria distribuição estatística desses votos.[24] Na opção de alguns em se tornarem eleitores - já que para os que ainda não completaram 18 anos, o voto é facultativo - evidenciamos, em expressões singelas, a incerteza e o temor:

> "Foi a primeira vez. Eu cheguei tenso, com medo. Com medo não sei de quê. Depois eu calmei... vi que não era complicado não" (Fábio, 17 anos, 6ª série, auxiliar de caixa).

> "Eu pensei assim ... Eu nem sabia em quem votar... Fui com medo sei lá, nem sabia. Nem sabia como ia ser lá." (Simone, 16 anos, 5ª série, doméstica).

Concordamos com a validade do voto, ou seja, com seu valor enquanto manifestação político-partidária dos jovens. São importantes as pesquisas que revelam a preferência eleitoral de determinados setores sociais como, por exemplo, daqueles que

---

[24] Sobre esta questão, veja Roger CHARTIER, *A história cultural*, p. 51. "Do mesmo modo que as modalidades das práticas, dos gostos e das opiniões são mais distintas do que essas obras (escritas) as maneiras como um indivíduo ou um grupo se apropria de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma."

cursaram até a 8ª série ou dos que ganham até três salários mínimos. Os estudos feitos nessa direção[25], no Brasil, são fundamentais para a compreensão do processo eleitoral, contudo, mantêm distância com o objeto desta tese.

Estamos de acordo com nossos estudiosos, que vêem o voto como um elemento do processo democrático, necessário à participação do povo nas decisões políticas. Os estudos realizados nesse sentido são cruciais para a compreensão e viabilidade do "acontecer" democrático no em nosso País.[26] O motivo que anima esta pesquisa, no entanto, inscreve-se em uma dimensão particular da realidade política, justamente porque toca em questões "epiteliais," aparentemente sem importância no resultado geral das

---

[25] Veja: Bolivar LAMOUNIER, *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil (1970 - 1979)*, Rio de Janeiro, Vozes, 1980. Bolivar LAMOUNIER e Fernando Henrique CARDOSO (orgs.), *Os partidos e as eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Cebrap, Paz e Terra, 1978, reune textos com este tipo de análise como os de B. LAMOUNIER, Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente e Vilmar FARIA, As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais. Fábio Wanderley REIS (org), *A Lógica do processo eleitoral brasileiro*, São Paulo, Símbolo, 1978, apresenta análise dos comportamentos eleitorais de determinados setores sociais nos textos de: Bolivar Lamounier, Presidente Prudente: o crescimento da oposição, num reduto arenista e de Fábio Wanderley Reis, Classe Social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. Veja ainda: Antônio Carlos Alkmin dos REIS, *A participação eleitoral no Brasil (1988 - 1989)*, Rio de Janeiro, Iuperj, Tese de Mestrado, 1992. No cenário internacional, veja Seymor M. LIPSET, *Political Man*, New York, Doubleday, 1960.

[26] Especificamente sobre esta questão, é clássica a tese de livre docência da professora Maria Victória de M. BENEVIDES, *Democracia participativa*, São Paulo, Ática, 1991.Veja ainda: Francisco WEFFORT, *Por que democracia?*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Angelina Cheibub FIGUEIREDO e Marcus FIGUEIREDO, *O plesblicito e os sistemas de governo*, São Paulo, 1993. É interessante citar ainda: Maria D'Alva Gil KINZO, *Representação política: perspectivas teóricas e um exame da experiência brasileira*, São Paulo, PUC, Tese de Mestrado, 1978; Mônica Mata Machado de CASTRO, *Participação e comportamento político*, Belo Horizonte, Cadernos DCP, 1985. Vamirech CHACON, A revolução pelo voto, Belo Horizonte, *Revista brasileira de estudos políticos*, 1984.

eleições, como, por exemplo, o cuidado com que o jovem se veste para ir votar - nem sempre possível de ser revelado nas fotografias desta tese - e que evidenciam suas roupas simples, porém, limpas e bem passadas, com vincos característicos das peças recém tiradas do armário. Ou ainda, o registro de diálogos fortuitos, apreendidos no calor da experiência eleitoral de nosso observado:

> "- Mãe, que quadrinho a senhora votou, no de baixo ou no de cima?"
>
> "- Votei no meu candidato!"
>
> " - Qual quadrinho?"
>
> "- No debaixo."
>
> "- Ah bom!"

Ou ainda:

> "- Até quem está trabalhando pro Azeredo vai votar no Costa."
>
> "- Será?"
>
> "- A maioria."

É a riqueza desses ínfimos detalhes do contexto eleitoral, traduzidos pela especificidade do voto de nosso investigado, que caracteriza este estudo. São esses "epitélios", que constróem o fundamento desta pesquisa.

Para imprimir materialidade às nossas indagações, ou seja, apreender o significado concreto do voto jovem, frente às idealizações e teorizações que generalizam o ato de votar, procuramos analisá-lo em sua especificidade, praticidade e liberalidade.

Como ele é praticado e o que é dito e escrito sobre ele, tanto pela produção acadêmica como pelo grupo investigado.

Ver em todo eleitor um cidadão, como se essa fosse uma condição natural de todo aquele que vota, é uma possibilidade que reclama um questionamento. No entanto, voto e cidadania, muitas vezes, aparecem, na fala dos próprios jovens, como características espontâneas e decorrentes uma da outra:

> "Votar é um ato de cidadania. Exercer sua cidadania, sua responsabilidade com a pátria e escolher seus representantes." (Luiz, 18 anos, cursa o pré-vestibular).

Conceber o voto unicamente como uma conquista do povo pode ser como caminhar por um terreno minado que expõe, em sua superfície, a idéia de que votar é um símbolo inquestionável da vontade popular. Nossas indagações encontram no eleitor jovem o depositário de um tipo de posicionamento político que pode ser incômodo para esse tipo de argumento. A espontaneidade com ele é capaz de se colocar frente a questões dessa natureza é que dá consistência a essa discussão. Já nos surpreendemos[27] por outras vezes pela maneira própria do jovem ver o mundo. Nos depoimentos

[27] O efeito surpresa, aqui, fica por conta de depoimentos radicais como o deste aluno, que ignora toda a construção social dos trabalhadores pela representação política, que assegura aos eleitos o salário e garante-lhes a atuação política: "A única coisa que vai melhorar o Brasil é se fazer uma lei para os políticos, proibindo de não ganhar salário. Salário nenhum! O político fica só como voluntário." Elisabeth da Fonseca GUIMARÃES, *O aluno trabalhador: das possibilidades de um cotidiano político a uma política para o cotidiano*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1990.

registrados em nossa dissertação de mestrado[28], o voto, mesmo estando à margem do tema central daquele estudo, foi provocativo da indignação e da descrença daqueles pesquisados. Um deles desabafou:

"Eles falam, falam, falam...A gente vota; fica tudo igual."[29]

O voto do jovem, analisado em sua especificidade, dá consistência às respostas que buscamos. Nossos investigados, em seus depoimentos, muitas vezes, contrariam ou colocam em dúvida concepções já cristalizadas pelo senso comum, como, por exemplo, a que definição do voto como "uma arma" que "permite a cada um participar das decisões que dizem respeito à coletividade, o que significa igualmente responsabilidade pessoal em face das decisões tomadas."[30] É preciso, então, considerar a diversidade dessas concepções para não limitar a investigação do tema.

A intenção do próximo item é polemizar sobre essa diversidade.

---

[28] Ibid., p. 149.

[29] Ibid., p. 48. Nome, idade, escolaridade e profissão foram omitidos aqui, conforme exposto na dissertação.

[30] PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, p. 606.

O que é votar ?

Em 03 de outubro de 1994, quando perguntamos aos jovens que permaneciam no interior das seções eleitorais *"O que é votar pra você?"*, obtivemos uma variedade de respostas que partiam da própria noção de direito, mesclada com a de responsabilidade, até a fastidiosa idéia de que é *"muito chato"*, *"ruim"*, *"detesto"*. Analisando alguns desses depoimentos em sua individualidade, percebemos que toda essa variedade de concepções, se organizada de outra maneira, comporta um novo tipo de leitura. Selecionamos, assim, quatro deles, guiados pela projeção de mudança de seus conteúdos:

> "Elege um candidato que você acha uma boa pessoa, que você acha que vai ter um bom desempenho pra cidade que você mora." (Sérgio, 17 anos, 6ª série, office-boy).

> "É um direito que a gente tem de escolher alguém pra colocar no governo, que a gente acredita que atende às nossa necessidades...É por aí. É uma coisa boa também, já que a gente tem alguém que a gente confia." (Lúcia, 22 anos, 2º magistério, auxiliar de creche).

> "Um compromisso que a gente tem com o país." (Wanda, 17 anos, 6ª série do 2º grau, não trabalha).

> "Escolher uma pessoa que vai dar certo aqui, que vai melhorar o Brasil." (Gustavo, 16 anos, 7ª série, serralheiro).

"Bom desempenho", "direito", "escolha" e "compromisso", nas falas desses eleitores, de ocupações diversas e cursando séries escolares diferentes, podem ser alinhavadas pela expectativa comum de fazer do voto um provocador de transformações significativas em suas vidas, na cidade onde moram ou em seu País. Tanto para Lúcia e Wanda, que já ultrapassaram o desafio do 1º grau, como para Sérgio e Gustavo - para quem a escolarização tem sido um processo demorado - a possibilidade de experimentar uma vida melhor encontra, na instituição do voto, um alento; um fio que alinhava suas esperanças. No arremate final, o desejo de mudança, expresso na crença e na confiança de "*que vai dar certo, que vai melhorar o Brasil*".

Saber como nosso eleitor concebe o voto, de certa forma, instigou a comparação de conceitos tecnicamente mais elaborados desse ato com a própria produção acadêmica definidora do termo. Votar, tanto em explicações teóricas como na própria opinião desses jovens, remete à expectativa de satisfação de um resultado eleitoral, provocando uma nítida interseção entre a prática e o objeto, ou seja, entre o ato de votar e seu efeito imediato.

No mais consultado dicionário de nossa Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, votar também é concebido na dependência de seu resultado:

"Aprovar por meio de votos: a assembléia votou o projeto."[31] O *Dicionário Contemporâneo Caldas Aulete* registra, como o primeiro significado do termo, a ação de "escolher ou eleger (alguém) em escrutínio."[32] A frase que exemplifica o verbo, remete a essa finalização: "Foi ele o mais votado nas penúltimas eleições."[33] Já o substantivo voto é explicado pelo *Dicionário de Sinônimo e Antônimos da Língua Portuguesa*, em sua 34ª edição, por meio de seus agentes e de sua adjetivação: "O voto dos juizes" (...) "Voto de qualidade: voto de Minerva."[34]

Na França, *La Grande Encyclopédie*[35], editada em 1885, não faz nenhuma referência ao verbo votar. À palavra voto, no entanto, são atribuídos dois significados: o primeiro diz respeito ao "Direito Civil", ao "voto," à "cidadania"; o segundo ao "procedimento parlamentar", ao "Parlamentarismo". A intenção, ao enviar o leitor a esses conceitos, foi evocar um conjunto de práticas que, naquele momento histórico, eram necessárias à institucionalização da moderna democracia. Mais recentemente, o dicionário *Le grand Robert* definiu o voto como "opinião expressa em uma assembléia deliberante, um corpo político." Votar é "expressar sua opinião por seu voto, seu sufrágio."[36]

Esse embaraço de significados existe devido à ênfase dada ao conteúdo, à orientação e ao grau de elaboração do voto, ou seja, a tudo aquilo que ele pode representar: as expectativas de cada eleitor, o caráter da opinião que ele expressa, o tipo de candidato que ele elege, as conseqüências que acarreta na vida das pessoas. As

---

[31] Aurélio BUARQUE DE HOLANDA, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1791.

[32] CALDAS AULETE, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, p. 4261.

[33] Ibid., p. 4261.

[34] F. FERNANDES, *Dicionário de Sinônimo e Antônimos da Língua Portuguesa*, p. 865.

[35] GRANDE ENCYCLOPÉDIE, tome 31, p. 1146.

[36] LE GRAND ROBERT de la langue française, p. 821.

palavras de nossos jovens, coletadas ali, no interior da cena eleitoral, se não respondem ao rigor dessa elaboração teórica, remetem à própria origem latina do termo *votum*, que pode significar "*coisa desejada, desejo expresso.*"[37] Especificamente, no âmbito desta pesquisa, pode ser analisado como aspiração de experimentar uma vida melhor.

O que precisa ficar claro nessa discussão conceitual - e que está muito além tanto de sua prática quanto de seu objeto - é que o voto é o resultado de uma complexa elaboração. Assim sendo, não pode ser visto unicamente como uma atividade que o eleitor exerce naturalmente. Não é uma evidencia que dispensa explicações. Como operação eleitoral, abriga em seu âmago uma diversificada rede de relações sociais que ultrapassa a pureza patriótica atribuída aos eleitores, capaz de definir o ato de votar como "o exercício de uma faculdade altamente significativa, pelo potencial de influência que lhe cabe na construção e na orientação dos destinos nacionais."[38] Romper idealizações desse tipo pode não ser interessante, principalmente porque traz à baila questões de natureza contraditória, que podem estar em discordância com o desejo dos votantes.

O ato de votar, a despeito do caráter codificado e normatizado que os dicionários confundem com o resultado , "é um comportamento político cuja significação social e as condições de existência são objeto de conflito visando a uma representação dominante, na perspectiva da formulação e da identidade política."[39] Muito além do caráter polêmico que os significados dessa prática trazem em seu interior,

---

[37] Antônio Gomes FERREIRA, Dicionário de Latim-Português, p.1082.

[38] Francisco T. da SILVA, *Curso de Educação Moral e Cívica*, p. 89.

[39] Yves DÉLOYE, L'élection au village. Le geste électoral à occasion des scrutinscantonaux et régionaux de mars 1992, p. 84.

existe uma questão mais abrangente, vinculada a manutenção da hegemonia política e a própria disputa pelo poder, inerente à sua representatividade.

A "naturalidade" do voto

A opinião do jovem sobre o processo eleitoral pode não estar em sintonia com aquilo que é naturalmente apregoado pelo discurso oficial:

> "Eu acho que a eleição, não sei, é uma opinião minha, pra mim, tinha que acontecer todo ano. A gente acha tanto problema, tanto defeito nas pessoas que a gente elege que eles ficam até mais tempo que precisa." (Maria do Carmo, 19 anos, 3ª série do 2º grau, auxiliar de escritório).

> "Não votaria. Não adianta, a gente vota, todo mundo que chega lá em cima só quer conseguir dinheiro pra eles (...) Além de estar ganhando um salário alto, ainda pega por fora." (Márcio, 19 anos, 8ª série, auxiliar de manutenção).

> "É uma meleca. Acho que o pessoal que se elege gasta muito dinheiro à toa, coisa que não deveria fazer..." (Elizeth, 19 anos, 8ª série, doméstica).

A sinceridade dessas opiniões revela particularidades não muito interessantes para a legitimação dos eleitos. A justificativa que cada um deu para sua insatisfação, a vontade de ver renovado o quadro de políticos ou de conter as verbas, a descrença com a administração pública revelam o posicionamento desses eleitores frente ao processo eleitoral.

Nesta pesquisa, são, justamente, essas "particularidades" que podem nos ajudar a estabelecer um contraponto entre o voto - essa instituição eleitoral que, mediante apelos morais, estabelece os limites dos argumentos racionais que levam os homens a votar[40], os significados que os eleitores lhe dão, como é interpretada essa ação e os usos que dela são feitos.

Alain Garrigou chama a atenção para uma tendência vigente na atualidade, em que as elites mantêm o manejo do processo eleitoral. Os eleitores, ao delegarem a palavra a seus porta-vozes, acabariam por reforçar uma requintada organização da política, calcada na divisão de trabalhos entre agentes profissionais cada vez mais especializados.[41] A construção do papel do eleitor torna-se, conseqüentemente, fruto de uma aprendizagem que se faz continuamente. A eficiência de seu desempenho, garantindo que ele vote correto, que tenha boa conduta e disciplina são comportamentos que precisam ser interiorizados com antecedência. Eles caracterizam uma disputa entre as elites políticas empenhadas em construir esse papel, conforme seus interesses particulares.[42]

Um exemplo histórico, que nos pode ajudar a entender essa construção, está contido no documento que institucionalizou o voto universal na França, e que é

---

[40] Alain GARRIGOU, *Le vote et la vertu*, p. 71.

[41] Ibid., p. 71.

[42] Alain GARRIGOU, *Le vote et la vertu*, p. 18.

apresentado como a mais preciosa declaração da revolução de 1848. Ele não seria mais que o resultado de sucessivas alterações feitas no decreto original por essa mesma elite, que não pouparia esforços para resguardar seus direitos e privilégios.[43] O "delineamento" do voto, ou seja, a sua forma arrematada, está diretamente ligado à maneira como ele tem sido construído, ou melhor dizendo, é uma pista para compreendermos as elaborações deste ato.[44]

Michel Offerlé, em análise semelhante, tem postura bem mais agressiva. Em seus textos, ele não deixa dúvida: o voto não é uma evidência. Avaliá-lo como algo natural, espontâneo, incorporado à vida das pessoas é desprezar toda a construção histórica em torno desta instituição. É compreendê-lo a partir do que está escrito nos manuais do voto - afirmativos, ao qualificar como "grave culpa cívica e moral não votar ou não votar bem"[45] e não como resultado de um demorado processo de aprendizagem. Suas conclusões, ainda que fundamentadas em cuidadosa pesquisa histórica das eleições na França[46], são importantes não apenas para a compreensão teórica deste capítulo, mas

---

[43] O cientista político confronta o documento oficial, que constituiu o voto universal em 5 de março de 1848, na França, com versões anteriores do mesmo documento e analisa as correções feitas a lápis na lei eleitoral. É seu próposito trazer à tona o jogo de interesses que houve por trás da proclamação da universalidade do voto. Alain GARRIGOU, Le bouillon du suffrage universel. Archéologie du decret du mars 1848, p. 168

[44] Curiosamente, lembramos, aqui, o subtítulo do livro de Alain GARRIGOU, "*Comment les français sont devenus électeurs*." (op. cit.) e o título do Colloque International: How did they become voters? The history of franchise in modern european representational systems, realizado em Florença, em abril de1995. Esse colóoquio foi organizado pelos integrantes do GRAV.

[45] Angelo AGAZZI, *Curso de Educação Moral e Cívica*, p. 112.

[46] Para defender sua posição o pesquisador volta ao século passado e abre arquivos como o das eleições francesas em 1876; investiga eleições parisienses de 1881 a 1912; compara reportagens de jornais franceses como Le Figaro, Le Gaulois e L'Intrusigant. Analisa a evolução do número de votantes em Paris no início deste século. M. OFFERLÉ, Le nombre de voix. Électeurs, partis et électorats socialistes a la fin du 19^{e} siécle en France, p. 12.

também, para ensaiarmos uma comparação com a prática do voto, tal como ela acontece nos dias atuais.

O cientista analisa o voto em assembléia, anterior a Revolução Francesa, em que as pessoas, com as mãos levantadas, votavam sobre as questões da vida do lugar, e ressalta a primeira mudança, instituída pelo processo revolucionário: os eleitores, reunidos em uma sala, votavam em segredo. Essa nova situação, além de provocar discordância dos que não sabiam escrever, era problemática, uma vez que, de um lado, havia o receio de ter uma eleição tumultuada e, de outro, a possibilidade das pessoas não se interessarem em participar. São fatos históricos[47] como esses que fundamentam os argumentos do cientista.

O voto, que hoje parece uma evidência, é, para ele, o resultado de uma elaborada construção social, que envolve elementos distintos: *os eleitores*, que formam o corpo eleitoral; *o Estado*, que é empreendedor e fabricante de identidade; *os dispositivos materiais*, que não podem ser vistos como simples objetos (urnas, cabine, listas, etc.); *os construtores intelectuais*, encarregados de explicar racionalmente aquilo que o povo quer dizer através de mapas, gráficos e comentários eleitorais.[48]

Pela historicidade dessa análise, uma hipótese é que o voto não se faz naturalmente como querem fazer parecer os homens públicos para se legitimarem no poder. A maneira como ele tem sido apropriado faz com que perca as características de ato político e transforme-se em ato meramente material e aprendido. Votar, embora pareça uma ação espontânea, simples e evidente, é o produto de uma longa e cuidadosa

---

[47] No que se refere a experiência brasileira, as crônicas de Lima Barreto, especialmente "O chefe político e seu eleitor," dão um exemplos dessa construção social. Lima BARRETO, *Vida urbana*, pp. 158-160.

[48] Michel OFFERLÉ, Eclats de voix., p.72.

elaboração, o que descarta definitivamente a possibilidade de analisá-lo como resultado de um procedimento natural. Expressões já consagradas pelo senso comum, que o vêem como "a arma por excelência da vida democrática"[49] ou "o ato mais considerável da vida política" ou, ainda, que fazem celebrações do tipo: "todo mundo participa da vida política graças ao sufrágio universal"[50], certamente não foram confrontadas com a espontaneidade da doméstica Elizeth, registrada momentos atrás.

Nos estudos políticos brasileiros, a prática do voto, analisada em seus "epitélios", ainda não despertou o entusiasmo dos acadêmicos, a ponto de se tornar questão indispensável nas pesquisas. Nos vinte e cinco anos que seguiram à Segunda Grande Guerra Mundial, o interesse de nossos estudiosos girou em torno da redemocratização ocorrida a partir de 1945. Nesse período, com a derrubada do Estado Novo, os partidos e as eleições, ainda que empolgassem a muitos, recebeu resposta acanhada da Ciência Política.[51]

Após 64, a preocupação com o impacto das eleições sobre o projeto de implantação da democracia animaria a produção acadêmica. Os pesquisadores priorizaram questões mais amplas, procurando relacionar o processo eleitoral à conjuntura e à problemática político-institucional.[52] Um balanço bibliográfico sobre a

---

[49] Angelo AGAZZI, op. cit., p112.

[50] Alain GARRIGOU, *Revue Française de Science Politique*, v. 32, n. 6 , december 1982, p. 952.

[51] Bolivar LAMOUNIER e Fernando Henrique CARDOSO, op. cit, p. 3.

[52] "(...) o próprio clima político criado no segundo semestre do ano passado introduziu vários investigadores a prestar mais atenção a um fenômeno até certo ponto singular: depois de tantos anos de duro condicionamento político-militar à manifestação do pensamento e da vontade do cidadão (que levou ao aumento do voto branco e do voto nulo, como é sabido) criara-se uma situação (...) que, em vez de extinta, estava silenciosa, à espreita de uma oportunidade segura para manifestar-se. Idem, *Os partidos e as eleições no Brasil*, 1976, p. 9.

produção pós 1978 mostrou que a preferência de nossos cientistas concentrou-se na formação dos partidos, principalmente no Partido dos Trabalhadores.[53]

Revendo a literatura acadêmica sobre o voto, o pesquisador francês Frédéric Bon fez severas críticas à Ciência Política de seu país e do estrangeiro pelo pouco espaço dedicado ao conhecimento do voto.[54] Ele atribuiu este descaso ao medo que os cientistas teriam de se envolverem em um debate normativo sobre a legitimidade das eleições. Essa lacuna, seria originária da própria tradição da Sociologia Eleitoral Francesa, iniciada por André Siegfried, o primeiro a se preocupar em conhecer cientificamente aquele processo através de seus resultados e da aplicação do voto como um indicador válido dos diferentes tipos de opinião. Em suas palavras, "o sufrágio universal, por mais imperfeito que seja sua expressão, fornece periodicamente ao eleitor, a cada um, a oportunidade de declarar sua opinião ou de indicar suas tendências."[55]

A crítica de Bon é dirigida ao voto como indicador inquestionável da vontade geral. Concebê-lo como mera evidência[56] significa não precisar compreendê-lo para

---

[53] Olavo BRASIL de Lima Júnior e outros, *Bib* nº 34, 2º semestre, p. 5.

[54] Frédéric BON, Qu'est-ce qu'un vote?, p.175.

[55] "(...) creio considerar o sufrágio universal como o indicador mais sério das grandes orientações políticas." André SIEGFRIED, *Tableau politique de la France de L'Quest sous la IIIe Republique*, p.VIII. É interessante ver ainda a pesquisa de Mona OZOUF (E. H. E. S. S. Institut R. Aron): Quelques remarque sur l'acte de vote dans une commune bretagne, na qual a pesquisadora reexamina os dados eleitorais analisados por Siegfried, porém, em espaço geográfico reduzido. Nas suas conclusões, o voto é um gesto coletivo, ainda que se pese sobre ele o caráter de individualidade.

[56] A discordância relativa à concepção do voto como mera evidência iniciou-se na França com Frédéric Bon, despertando o interesse de outros estudiosos. Nesse aspecto, M. Offerlé também faz críticas a Siegfried: reconhece o mérito deste precursor mas mantém a discordância. (Éclats de voix, p. 64). O mesmo tipo de análise faz René Remond em *Pour une histoire politique*, Seuil, Paris, 1988, p. 36.

estudar as eleições. Esse tipo de conduta pode resultar em uma visão parcial do tema, o que, certamente, não inclui depoimento de eleitor, descrição do lugar do voto ou os passos desse ritual. As preocupações desse pesquisador[57] são destacadas no final deste item: "O ato do voto é um gesto político cuja significação social e condições de existência são objeto de múltiplos experimentos, intensos debates, numerosos conflitos visando à definição de uma representação dominante para que se legitime a democracia eleitoral."[58]

No próximo passo, na tentativa de compreender um pouco mais sobre o voto no Brasil, buscaremos referências em passagens de nossa experiência histórica.

Votar no Brasil

A produção acadêmica mais recente sobre a prática do voto no Brasil, ainda que apresente trabalhos como os de Lamounier e Kinzo ou de Olavo Brasil, não deixa de marcar um certo acanhamento, principalmente quando a polêmica gira em torno da definição do *que é votar*. A necessidade de "questionar significado do ato eleitoral"[59],

---

[57] Yves Déloye, em conferência, assinala atualidade da preocupação de Bon com o significado do ato eleitoral. Yves DÉLOYE, Rituel et Simbolisme électraux: reflexions sur l'expérience française, p. 2.

[58] F. Bon apud Yves DÉLOYE, op. cit., p. 2.

[59] M. OFFERLÉ, Mobilisation électorale et invention du citoyen: L'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX siècle, p. 150.

lembrada por Déloye, ou a crença de que o povo tenha conquistado o sufrágio universal[60], criticada por Offerlé, ainda não se tornou prioridade de investigação. Pelo próprio rumo que a análise histórica tem tomado, registrando a fala daqueles que, pelas vias tradicionais, tiveram a voz silenciada, "fica feio" tocar em questões que coloquem em dúvida a conquista do voto pelos mais humildes e desfavorecidos, ainda mais pela classe trabalhadora. São raros os registros de depoimentos do tipo deste, encontrado na pesquisa de Armando Boito Júnior:

> "Esse negócio nós da lavoura não marca. Vai lá e vota. Eu acho que eleição deve adiantar; pra nós na roça, não, mas pra eles deve adiantar. Eu penso que deve adiantar senão eles não faziam eleição."[61]

Ao pesquisar o voto, procuramos saber o que se passa com o jovem que está votando - se ele confere ao voto poderes, direitos, prerrogativas, responsabilidades - antes de enquadrá-lo num conjunto de responsabilidades que, a nosso ver, só atrasariam a própria efetivação da representatividade eleitoral. Quando um historiador afirma que "o sufrágio universal não foi uma dádiva das classes dominantes, nem mesmo da burguesia, mas uma dura conquista dos trabalhadores"[62], o que nos intriga é, justamente, o desenrolar dessa análise, que generaliza as vontades e faz de todo trabalhador um responsável por essa instituição. Como continuar sustentando tais afirmações, num país

---

[60] Yves DÉLOYE, op. cit., p. 2.

[61] Armando BOITO JÚNIOR e Verena MARTINEZ-ALIER, Enxada e voto, p. 257.

[62] Marco Aurélio GARCIA, *Trabalhadores e eleições*, p. 12.

em que o voto é obrigatório e que, no contato direto com o eleitor, fomos capazes de registrar estes depoimentos:

> "Se o voto não fosse obrigatório eu não votava porque não adianta nada." (Luiz, 18 anos, 8ª série, mecânico).

> "É meio difícil falar assim né! porque a gente não tem um candidato assim tão bom... então você tem que arriscar um. Votar? Eu não sei te falar... É muito difícil,... Tem que ter muita conscientização." (Cristina, 18 anos, 8ª série, secretária).

> "Eu voto porque se não votar eu não vou receber." (Maurício, 18 anos, não estuda, serviços gerais).

Esses jovens eleitores, precoces trabalhadores, que experimentam diariamente a política praticada no país, cavam, com as dificuldades que enfrentam, autorização para se manifestarem sobre o voto. O que eles dizem, ainda que seja a resposta que cada um dá à vida que leva, pode não ser de muita conveniência registrar, já que, em seu aspecto geral, "mancha" a trajetória de luta dos trabalhadores em direção ao direito de votar. A dificuldade de lidar com essas questões é, justamente, porque elas reclamam da pesquisa acadêmica discussões bem fundamentadas.

Ao insistirmos em conhecer o voto como um objeto que comporta significados distintos, além daqueles que formalmente lhe são atribuídos, a intenção é apreender essas particularidades, contidas na soma dos resultados das eleições. A passagem de algumas situações históricas pode ser um caminho para provocarmos a discussão. Ela nos ajudará

a pensar a relação entre o voto idealmente concebido e o voto historicamente praticado no Brasil.

Uma dessas situações é vista pelo historiador José Murilo de Carvalho em *Os bestializados*. Ele analisa a cidade do Rio de Janeiro[63] no momento em que transitávamos do Império para a República e que representava, para os maiores entusiastas[64] desse novo regime, a participação do povo na política, no melhor exemplo da Revolução Francesa. O espírito francês da "belle époque", inspiração de escritores e poetas, não seria suficiente para imprimir na população a capacidade de se organizar e de se impor politicamente. A participação popular, aventada com a República, viu-se reduzida à frustração, ao desapontamento.

No terreno da participação eleitoral, a novidade republicana causou pouco impacto. Não haveria mais a exigência de renda, porém, os analfabetos continuavam impedidos de votar, o que travava significativamente o aumento do número de eleitores.[65] Na República, como já ocorrera no Império, ficava fora da sociedade política a grande maioria da população; os critérios de exclusão variavam da renda à

---

[63] Ele justifica a escolha do Rio para essa incursão por ser o ponto central da atividade política da época, emitindo ecos por todo o país. Compara a cidade a uma "caixa de ressonância", que, contraditoriamente a essa sua fachada de "cartão-postal" da República, não tinha força política própria para se impor ao sistema oligárquico de dominação. José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados*, p. 33

[64] O autor cita como partidários desta idéia Silva Jardim e Lopes Trovão. Ibid., p. 46.

[65] O veto ao analfabeto foi inspirado em John Stuart Mill que influenciou a formação do pensamento político da época. Era contra o voto do analfabeto e daqueles que não sabiam fazer as operações básicas de aritmética. Considerava, contudo, um dever da sociedade oferecer condições para que todos se alfabetizassem. Ibid., p.168.

alfabetização. "O voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação".[66]

A afirmação célebre do francês Louis Couty, "o Brasil não tem povo", é o resultado da surpresa deste europeu diante da ausência, em nosso país, do que ele chamou de "massas fortemente organizadas de produtores livres, agrícolas ou industriais" e de "eleitores sabendo pensar e votar, capazes de impor ao governo uma posição definida."[67] O exagero dessa análise reclamava da população brasileira uma resposta política nos moldes da participação popular européia. Etnocentrismo à parte, fica o dado para a construção de nosso objeto: o incentivo à participação pelo voto, que a República pretendia inaugurar, não chegou a 5% da população total. O ideário de tornar o povo o ator principal da atividade política, o máximo que conseguiu foi fazer com que os dispostos a participarem fizessem-no por caminhos não oficiais. O povo não era representado e os que se diziam seus representantes não representavam ninguém.[68]

A prática do voto republicano, apreendida pela análise daquela realidade, mantinha longa distância da participação popular. "Bestializado", qualidade hilária com que Aristides Lobo adjetivou a perplexidade e o desapontamento do povo brasileiro com a Proclamação da República, foi substantivada por Murilo de Carvalho para intitular o seu livro, numa crítica mordaz àqueles que não compreenderam o descontentamento da população com o que se passava, justamente porque a observavam com olhos europeus, sem perceberem a propriedade das manifestações que se davam por fora do sistema político formal.[69] Em suas palavras, "O povo sabia que o formal não era sério. Não

---

[66] Ibid., p.44.

[67] Vamireh CHACON, Comunicação de massas na sociedade democrática, p. 343.

[68] Sobre essa questão caberia aqui uma longa exposição sobre as fraudes eleitorais. Esse, contudo, não é o objetivo desta investigação.

[69] Um exemplo típico era a revolta da vacina, analisada por esse historiador.

havia caminhos de participação, a República não era pra valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse política a sério, era quem se prestasse a manipulação (...) Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio de janeiro por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra."[70]

Uma outra situação: em março de 1930 - um passado não tão remoto - os mesmos votos que elegeram Júlio Prestes, o candidato oficial do governo, não seriam suficientes para fazê-lo assumir o cargo. Em outubro do mesmo ano, Getúlio Vargas, o candidato derrotado nas urnas, após denunciar que as eleições haviam sido fraudadas, tomou posse da presidência, apoiado por um forte movimento de civis e militares.

Ainda em 1945, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que reunia predicados como o combate à ditadura, a representação do novo, da sociedade pós-guerra, além de ser considerado "incorruptível, solteiro e bonito - o que lhe garantia votos de mal-amados de ambos os sexos,"[71] perdeu a eleição para Eurico Gaspar Dutra, que defendia os interesses dos setores mais conservadores e a continuidade do autoritarismo. Em 1950, novamente candidato, o brigadeiro perde para Getúlio, eleito com 48% dos votos dos trabalhadores, os mesmos que tinham nesse ditador um pai e que sabiam perfeitamente a quem ele reservara seu amor de mãe.

A citação, ainda que breve, de situações tão marcantes da história brasileira, inexplicáveis pela ótica da razão democrática, reclamam uma revisão teórica em direção ao voto, independente se ele vai eleger Jânio Quadros ou Collor de Mello. É preciso, então, um pouco mais de objetividade, um pouco menos de idealização, para que o voto seja apreendido em seu caráter prático, antes mesmo que se converta em resultado.

---

[70] José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados*, p.160.

[71] Carlos Heitor CONY, O brasileiro sabe votar?, In: Gilberto Dimenstein, *Como não ser enganado nas eleições*, p. 62.

Do Voto à cidadania

Votar, na fala do jovem, é uma das práticas da cidadania:

> "...é muito bom a gente saber exercer a cidadania da gente. Eu acho que eu votei certo..." (Nívea, 19 anos, 1ª série do 2º grau, auxiliar de contabilidade).

Em uma primeira análise, não há como questionar esta relação. Votar, enquanto atividade material, é uma ação que, ao ser praticada por esses jovens, remete ao exercício explícito da condição cidadã. Para a construção deste capítulo, no entanto, o conceito reclama a explicitação da teoria. Partimos da proposição, já difundida pelo senso comum, de que todo aquele que vota é um cidadão, o que - entendemos - significa usufruir dos direitos e se comprometer com os deveres de um cidadão. Com o intuito de analisar criticamente a facilidade com que a cidadania é atribuída à generalidade dos eleitores, transformamos essa proposição no questionamento fundamental que impulsiona este item:

-Todo indivíduo que vota pode ser considerado um cidadão?

A mesma pergunta, dirigida especificamente ao jovem desta investigação, fica assim formulada:

- O exercício do voto pelo jovem é suficiente para garantir-lhe a condição cidadã?

O ponto de partida desta discussão pretende ser o mais simplificado possível. Ou melhor dizendo, o mais palpável, porque constrói seu conteúdo na experiência de vida do eleitor iniciado. São eles próprios, em seus depoimentos, que delineiam os contornos básicos da condição cidadã que almejam. Ao nos explicar o que é votar, uma estudante do 2º grau revelou suas expectativas:

> "Exercer o poder do voto, a cidadania. Todo mundo tem que dar sua forcinha pra ver se o Brasil melhora." (Angela, 18 anos, 3ª série do 2º grau, não trabalha).

Um dado concreto, e que não pode ser desprezado, é a intensa carga de esperança que o eleitor deposita no voto. É essa "forcinha" capaz de provocar a mudança. Está contida no corpo simbólico, necessário ao próprio suporte da condição cidadã. Nesta tese, a ênfase é dirigida ao caráter material dessa concepção, cuidadosamente analisado por Alfred Marshall.

Em linhas gerais, a teoria da cidadania em Marshall postula a igualdade humana, aliada ao direito de participação integral na comunidade.[72] Em seu resultado extremo, estariam estabelecidas as "condições sociais nas quais todo homem estivesse contente com o padrão de vida que esperasse receber da cidadania."[73] As características essenciais apontadas pelo sociólogo para usufruto dessas condições são aquelas consideradas por sua geração como apropriadas a um cavalheiro[74], o que se torna

---

[72] T. H. MARSHALL, *Cidadania, classe social e status*, p. 62.

[73] Ibid., p. 107.

[74] Ibid., p. 61.

possível mediante a participação na herança social. Entendemos essa herança como um conjunto de bens simbólicos e materiais que a sociedade oferece a seus membros e que lhes possibilita dela participarem igualitária e dignamente. Entendemos que a prática do voto, como atividade material e simbólica, faz parte da condição cidadã, por ser um dos direitos que torna efetiva essa participação.

O cientista francês Pierre Rosanvallon, em "Le sacre du citoyen", alerta para a ambigüidade da expressão "sufrágio universal" que, para ele, remete indistintamente a um direito e a um procedimento - elementos que não são da mesma natureza. Para compreender essa ambigüidade, explica, precisamos saber que a utopia de uma sociedade economicamente igual foi idealizada muito antes de se pensar em igualdade política. Em Roma e Atenas, por exemplo, o cidadão era membro de uma comunidade juridicamente constituída muito antes de ser dotado de direitos políticos próprios. A preocupação dos utopistas do século XVIII em nivelar as fortunas é anterior a de nivelar os direitos políticos. Na sociedade moderna, ao contrário, a igualdade entre os homens é traduzida pelo direito do voto. O sufrágio universal rompe com a visão antiga de democracia e confere à igualdade entre os homens um novo significado.*

** Pierre Rosanvallon, Le sacre du citoyen, Gallimard, 1992.*

Insistimos, então, no questionamento inicial deste item:

- Por que votam, esses jovens são cidadãos?

- O voto ou "o poder do voto" por si só é capaz de conferir cidadania a esses eleitores?

Da Matta justifica esse atropelo de conceitos pela maneira peculiar com que a sociedade brasileira dicotomiza o indivíduo da pessoa.[75] Compreender essa dicotomia reclama o conhecimento da própria noção de pessoa, teorizada por Marcel Mauss, uma das categorias do espírito humano que, apesar de julgarmos inata, ainda está por ser elaborada. A pessoa é o indivíduo igual a todos os outros do seu clã, porém, dele destacado "pela máscara, por seu título, por sua posição, seu papel, sua propriedade, sua sobrevivência."[76]

Na análise da sociedade brasileira, Roberto da Matta foi quem mais claramente contextualizou esse destaque conferido à pessoa. Suas reflexões podem nos ajudar a entender por que "o direito de voto" e de "cidadania" recebem interpretações decorrentes. Sem querer repetir aqui as argumentações do antropólogo, em termos gerais, a pessoa é aquela que recebe um tratamento especial, pessoalizante, é chamada pelo nome, inspira nossa confiança e solidariedade. Vive num universo relacional onde é conhecida e destacada dos demais. A pessoa nunca está sujeita às penas da lei, adaptáveis para o seu favorecimento. É preferível desrespeitar a lei a desagradar a pessoa.

O indivíduo, ao contrário de tudo isso, é anônimo, desconhecido, "foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitos."[77] Para ele, a lei deve ser aplicada sem restrições. Ser indivíduo, em nossa sociedade, é muito diferente de ser pessoa, assumindo, características próprias, contrapostas à idéia de pessoa ou ser relacional. O indivíduo está sempre só diante da lei, isolado das relações sociais que o caracterizam

---

[75] Roberto DA MATTA, *Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro*, 4 ed., p. 187.

[76] Marcel MAUSS, *Sociologia e Antropologia*, p. 216.

[77] Roberto DA MATTA, op. cit. p. 188.

como pessoa. É por isso que fica complicado julgar uma pessoa sem, antes, individualizá-la, isolá-la, transformá-la em indivíduo.[78]

Ser o indivíduo cidadão não é o mesmo que ser a pessoa cidadã. Enquanto ser o primeiro é viver enclausurado por normas e leis impessoais, ser o segundo é usufruir das benesses das relações sociais interessadas. São características de nossa cultura que não podem ser ignoradas nesta trajetória. "No fundo, é como se a sociedade tivesse várias fontes de cidadania, cada qual sendo básica e todas operando de modo a permitir uma série de compensações sociais."[79]

São essas fontes variadas que permitem que cada um dos brasileiros receba uma classificação específica de cidadania. Ou seja, a cidadania aqui não poderia ser entendida como uma condição básica, direito de todos os brasileiros. Seria, sim, uma situação de momento, oscilante conforme necessidades e interesses particulares. Quanto a nossos eleitores e às possíveis fontes de cidadania de nossa sociedade, não seria incoerência da parte desses jovens se auto-incluírem em uma dessas fontes. O próprio da Matta explica os períodos eleitorais como aqueles em que os indivíduos passam a fazer parte do convívio social das autoridades, recebem tratamento diferenciado, tornam-se pessoas e passam a ser considerados cidadãos pelo poder do voto.[80] Este mesmo "poder" que, na hora de votar, é palpável para Luiz - ou para Angela - indivíduos transformados em pessoas, eleitores, cidadãos.

Uma outra questão importante diz respeito à própria naturalidade com que o conceito de cidadania é apropriado, o que facilita sua assimilação desenfreada. O termo

---

[78] Idem, *A casa e a rua*, p. 96.

[79] Ibid., p. 98.

[80] Idem, *Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro*, 4 ed., p.189.

foi empregado neste e em outros itens desta tese com naturalidade pelos eleitores. Isso acontece, ironiza Da Matta, porque, aqui, ele assume um grau extraordinário de institucionalização política; é uma característica nata e presente em nossa sociedade, faz parte da natureza humana dos brasileiros, "um elemento básico e espontâneo de sua essência" e não, como deveria ser, o desempenhar de um papel social.[81]

São essas ""especificidades" de nossa cultura que precisam ser consideradas numa análise crítica da prática cidadã. O momento de cidadania, vivificado na hora de votar, não pode ser confundido com um projeto maior de participação integral desse eleitor na comunidade. É uma cidadania temporária, que se manifesta ali, no contexto eleitoral; que faz parte de nosso acervo cultural; que evidencia a variedade de significados a que nos referimos no início deste item. Se de um lado ela nos ajuda a identificar caracteres de nossa cultura, por outro, possui frágeis alicerces, ao contrário dos tencionados por esta análise.

Votar, como uma operação material, pensamos, é insuficiente para edificar o cidadão. Em termos de herança social, pouco tem revertido em mudanças para esses eleitores. Se fizermos uma comparação dos anos de escolaridade desses jovens - a maioria trabalhadores - com outros da mesma faixa etária e que têm o privilégio de se dedicarem integralmente aos estudos, teremos a dimensão de como esses investigados têm sido socialmente deserdados.

Seria, portanto, coerente nomeá-los generalizadamente de cidadãos? O uso insistente e indiscriminado da palavra, ultrapassa, pois, nossos singelos caracteres culturais. Para Michel Offerlé, essa denominação é também o resultado de um eficiente trabalho de construção do cidadão eleitor, do qual participam um corpo de regras

---

[81] Idem, *A casa e a rua*, p. 72.

eleitorais juridicamente estruturadas - um espaço de negociação que propicia a troca de favores e privilegia os interesses particulares daqueles que as elaboram. Para ele, o "interesse" jurídico na identificação do cidadão eleitor, é o resultado do sucesso e do "crescimento da eficiência de um 'Estado' neutro, produtor de tecnologias racionais de edificação e de identidades sociais e padronizadas."[82]

Toda essa discussão teórica é necessária devido à própria complexidade do conceito que, como admite Romanelli, "nem sempre é percebido com clareza pelos historiadores e cientistas sociais."[83] Da parte dos investigados, uma eleitora, em seu depoimento, ensaiou uma crítica histórica mais elaborada:

> "A gente vê que é uma coisa que nasceu desde... é antiga, mas veio da burguesia. Depois que o povo conseguiu que o voto fosse livre...(...) Isso foi decidido não por nós. Foi pela burguesia primeiro porque eles queriam que eles... automaticamente... eles próprios ganhassem. A massa que votava." (Aparecida, 21 anos, 3ª série do 2º grau, vendedora).

Em linguagem coloquial, Aparecida chama atenção para uma das questões mais contraditórias do contexto eleitoral, que é a liberdade do voto, utilizada para legitimar a tomada e a permanência no poder. Ainda que sua referência seja a ascensão burguesa, sua fala é promissora no sentido de reforçar a crítica às diferentes formas de cidadania,

---

[82] Michel OFFERLÉ, La nationalisation de la citoyennete civique en France, p. 4.

[83] Raffaele ROMANELLI, Electoral systems and strutures. A comparative perspective, p. 13.

difundidas na atualidade. Dentre essas formas, ou fontes, podemos incluir não somente aquelas teorizadas por Da Matta, conhecidas e vivenciadas "naturalmente" por nós brasileiros, como também, as periódicas, criadas e difundidas nas épocas de campanhas eleitorais. Ou, ainda, as diárias, divulgadas cotidianamente pelos empreendimentos políticos, resultantes da manipulação empresarial sobre o processo de representação, que transfiguram os interesses do cidadão, incorporando-os aos mecanismos de mercado.[84]

Em um estudo de características próximas a esta tese, de conhecer a experiência política dos mais novos, porém, em um contexto cultural completamente diverso, Annick Percheron[85] desenvolveu pesquisa sui generis em duas escolas situadas nas periferias norte e sul de Paris. A pesquisa consistia em apresentar aos estudantes uma lista com uma centena de nomes para que eles se manifestassem: se gostavam, se não gostavam, se ignoravam. Os nomes pertenciam ao vocabulário político e iam desde as significações mais concretas como salário, polícia, greve, às mais subjetivas como "dever", "prestígio", "paz", "fraternidade". A finalidade era compreender como aquelas crianças organizavam seu domínio político.

Foram registradas associações que definiram o cidadão como "o homem honesto e honrado que tem responsabilidade" ou "um patriota que ama e defende seu país." O interesse, aqui, contudo, voltou-se especificamente para a denominativa "cidadão é o morador da cidade, da comunidade", o que nos possibilita abrir um espaço para tocar em uma das questões mais instigantes que circundam o próprio conceito e que só mais recentemente tem sido abordada: o contraste entre a cidadania, que é nacional, que nasce com o Estado Nacional , e a exigência do domicílio eleitoral local para votar.

---

[84] Michel OFFERLÉ, Mobilisation électorale et invention du citoyen: L'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX siècle, p. 161.

[85] Annick PERCHERON, *L'univers politique des enfants*, p. 41.

A novidade da análise não é nossa. É Michel Offerlé quem alerta para a contradição inerente ao próprio conceito, possibilitando que a identificação do cidadão se dê a partir de uma perspectiva nacional e de outra local. Um exemplo histórico, retirado da política nacional, é a Ata de Proclamação do Governo Provisório, de 15 de novembro de 1889, em que Marechal Deodoro da Fonseca evoca "o povo, o exército e a armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com nossos concidadãos residentes na província..."[86]

Explicado em poucas palavras, e tomando como referência a nossa própria investigação, entendemos que, para ser cidadão no Brasil, é preciso, antes de mais nada, se sentir brasileiro para, a partir daí, poder incorporar o caráter da nacionalidade e da cidadania brasileira. O direito de voto, exercido enquanto prática cidadã, é dado apenas aos que estão inscritos na lista eleitoral, que é local.[87] Nela só podem inscrever-se aqueles que residem dentro dos limites da localidade. É ela que determina localmente quem é e quem não é cidadão, a partir da residência fixa naquele domicílio eleitoral. Ora, se a cidadania é nacional, por que exigir a prova de domicílio, uma circunstância local, para que o eleitor exerça um direito seu como brasileiro? O alistamento local não seria uma contradição, frente a idéia de cidadania nacional?

---

[86] Olavo BRASIL de Lima Júnior (org), *Sucessão e posse na República, 1881-1989*, p. 36.

[87] "A operação de formação de um corpo eleitoral implica registrar, numa lista oficial, aqueles que podem votar dentro de princípios racionais estandardizados. Melhor dizendo, significa determinar quem pode e quem não pode ser considerado cidadão. (...) as diversas normas nacionais regulando o registro oficial do cidadão dependem, na sua aplicação, de quem tem controle político sobre a qualificação do eleitor, que é feita localmente." Leticia CANÊDO, As listas eleitorais e o processo de nacionalização da cidadania no Brasil (1822-1845), p.6.

De volta à pesquisa de Percheron, reconhecemos a consistência daquela denominativa, ainda que a própria cientista a tenha incluída no rol das representações fluidas. Conceber o cidadão como um "morador da comunidade" é absorver toda a contradição que o conceito encerra. Um caso por nós presenciado permitiu-nos evidenciar o caráter local da cidadania, a partir do relato de Maria Aparecida, moradora da cidade de Uberlândia, M. G., porém, eleitora de Unaí, M. G. Em junho de 95, ao tentar se inscrever para a compra financiada de um lote, na Prefeitura de Uberlândia, foi informada de que só poderiam pleitear os lotes os eleitores locais, ou seja, aqueles cujos títulos fossem daquela cidade. Ela explicou:

> *"A palavra cidadão é uma palavra interessante do ponto de vista dos processos de socialização. É uma das palavras mais facilmente reconhecidas pelas crianças (6% disseram eu não conheço) e das mais amadas (85% disseram eu amo). Mas as representações que as crianças fazem são extremamente fluidas. Através da história dos ensinamentos cívicos e mesmo do latim, a criança se familiarizou com o conceito, aprendeu a reconhecê-lo e a associá-lo a um conjunto de outros conceitos, ou princípios abstratos como liberdade, República, igualdade. Colocada sozinha, longe de seu contexto, ela não tem existência própria." Annick Percheron, L'univers politique des enfants, Fondation nationale des sciences politiques / Armand Colin, 1974, p. 95.*

> "Quando eu fui a primeira vez, ele disse que eu tinha que ir no cartório de Unaí pegar uma certidão que eu ia transferir pra cá. O título eu queria pra mim tirar o lote. Com o comprovante eu vou conseguir a inscrição no lote. Com isso eu voto aqui e faço a inscrição. Tem que ser eleitor daqui pra conseguir

> alguma coisa aqui dentro de Uberlândia. Sem os documentos e o título daqui não adianta, ninguém faz nada por mim aqui." (Maria Aparecida de Carvalho, 32 anos, doméstica).

O exercício da cidadania, expresso pela vontade dessa eleitora de, como qualquer brasileiro, possuir um pedaço de terra pra morar foi negado em virtude de um critério de classificação por domicílio. A cidadania de Maria Aparecida está localizada. Precisa obedecer às imposições burocráticas da lista eleitoral; submeter-se a quem tem o controle político desse alistamento para obter o seu registro oficial de cidadã; ser identificada pela comunidade como moradora do lugar. O título de eleitora, prova de seu acesso legal à cidadania nacional, é restrito a um território específico,delimitado. A identificação dessa cidadã-eleitora com a nação está subordinada à cidadania local. Ser cidadã brasileira só é possível mediante o reconhecimento oportunista, e contraditório, do corpo político local.[88]

Michel Offerlé explica essa determinação da cidadania, condicionada ao local de moradia e que estipula localmente "quem é e quem não é cidadão", como o resultado de três lógicas parcialmente contraditórias. Burocrática: a definição jurídica do direito de voto; política: definida pelos responsáveis pela lista e pelos responsáveis pela eleição; comunitária: o reconhecimento pela comunidade de seus membros. Essas lógicas podem ser complementares ou exclusivas. A política local, não estando desvinculada do social,

---

[88] "(...) o relacionamento da cidadania cívica nacional passará pela aceitação da cidadania local. A identificação com esta comunidade imaginada que é a nação se fará contra e pelo canal da localização onde se constrói a relação com a política e com os políticos públicos, onde se manifesta a cidadania em seus usos, onde se faz a aprendizagem do interesse de ser francês." Michel OFFERLÉ, La nationalisation de la citoyennete civique en France, p. 7.

pode recorrer ao direito e à jurisdição como recurso pela moralização da construção do corpo eleitoral .[89]

A (in) sustentável concreticidade da prática cidadã

No percurso deste trabalho, discutiremos a relação entre voto e cidadania. A intenção é abstrair a praticidade dessa relação a partir de alguns momentos pinçados de nossa memória histórica, de algumas reflexões teóricas e da fala de nossos eleitores.

Voto e cidadania, para o pesquisador italiano Antônio Annino, mantêm entre si relação fortemente assimétrica.[90] Não existe proporcionalidade entre eles. Em nosso caso específico, essa assimetria torna-se perigosa, uma vez que possibilita que sejam feitas várias leituras de um mesmo conceito.

O ato de votar, em uma análise imediata, flagrado no próprio acontecer da eleição, é uma necessidade abstrata que, se remetida em direção à experiência de vida dos jovens, ainda não deu grandes provas de ter se convertido em cidadania.[91] O

---

[89] Michel Offerlé, op. cit., p. 04.

[90] Antônio ANNINO, Vote et decalage de la citoynneté dans les pays Andins et Mesoamericains, p. 23.

[91] A filósofa Olgária MATTOS, num desabafo sobre o massacre de Matupá, afirmou que "o país ainda não reconhece o que é cidadania. Hoje ela está mais do que nunca ameaçada. O brasileiro não tem idéia do que seja o bom trato." *Folha de São Paulo*, 25 /3/1991, p.5.

comparecimento às urnas, expresso em seus depoimentos, é uma atividade de compreensão incerta:

> "Bom brasileiro pode ter orgulho de votar...A gente tem esse privilégio mas é um privilégio muito restrito. Você é obrigado a fazer uma coisa... Por exemplo: se você não está disposto a votar, você não vota. O voto deveria ser livre, assim como a escolha de seu candidato deveria ser livre" (Antônio, 22 anos, 2º série do 2º grau, pedreiro).

> "É mais que um direito. É um dever que a gente tem de pessoa consciente. Votar é essencial desde de que você queira exigir algumas coisas da sua cidade, de seu país." (Mara, 19 anos, cursa o pré-vestibular, vendedora).

Tanto para Mara como para Antônio, eleitores e trabalhadores com níveis de escolaridade semelhantes, votar é definido por um movimento oscilante: ora um privilégio, ora um dever ou uma obrigação; ora uma restrição, uma falta de liberdade; ora uma necessidade do eleitor de impor sua vontade. O desencontro dessas concepções, ainda que pouco esclareça a relação entre voto e cidadania, está inscrito na própria fragilidade que ronda os dois conceitos, principalmente se contextualizarmos essas falas na experiência de vida desses jovens.

Ao recorrermos à nossa História recente, um exemplo que, diretamente, pouco tem a ver com esses jovens, mas que, de modo geral, envolveu todo o país e que pode explicar essa fragilidade de que falamos é a "*Luta pela cidadania contra a fome e a*

miséria," liderada por Betinho. O próprio título da campanha chama a atenção para o fato de que a cidadania reclama condições satisfatórias de vida. Nelas é que reside a própria motivação para a campanha: na coleta de alimentos, na falta de empregos, no assentamento dos sem-terra, nas questões que tocam concretamente a vida - ou a sobrevida dos brasileiros.

Em um artigo escrito para a *Folha de São Paulo*, nos últimos dias de 1993, titulado "O ano da semente", porque a cidadania foi plantada no dia-a-dia de cada um dos que acreditaram na capacidade de mudança do Brasil", o sociólogo atenta para o estado de fome de 32 milhões de brasileiros e de indigência de 16 milhões de crianças que crescem na miséria. O despertar em 93, diz Betinho, é para "ver no outro um cidadão igual, com direito a uma vida digna, comida, trabalho, casa, escola."[92]

Ao nomear o "ano da semente", Betinho fala de uma cidadania que está em processo de germinação, que está por se realizar. O voto é um componente desse processo, não é sua garantia, ainda mais quando pensamos que, no caso brasileiro - como da América Latina - a cidadania não tem sido construída por um processo linear.[93] Existe uma interdependência entre o Estado e a comunidade, o que faz com que um precise do outro para coexistir. Essa interdependência provoca a alternância contínua de leis eleitorais e de constituições[94], submetendo a efetivação da prática cidadã a um ritmo inconstante. É interessante citar, aqui, alguns dos momentos que evidenciam essa intermitência; idas e vindas que ameaçam a sustentabilidade da cidadania, refletindo na vida de todos nós brasileiros.

---

[92] Herbert de SOUZA, Despertar da cidadania, *Folha de São Paulo*, 1/1/1994, p.3.

[93] Antônio ANNINO, op. cit., p.23.

[94] Só para se ter uma noção, os códigos eleitorais que já vigoraram neste século são: os de 1932; 1950; 1965. As Constituições, iniciando pelo século passado, são: 1824; 1891; 1934; 1937; 1946; 1967; 1988, esta última, já com a Emenda Constitucional n. 15, de 12/9/1996.

No Brasil Império (1822-1889), por exemplo, quando a Constituição de 1824 restringiu a participação eleitoral dos menores de 25 anos; dos filhos-famílias, que estivessem na companhia de seus pais, salvo se tivessem ofício público; dos criados domésticos; dos religiosos e de todos que vivessem em comunidade claustral; dos que não tivessem renda mínima anual de 100 mil réis.[95] O voto era a descoberto e não havia nenhum sigilo.

A República Velha (1889-1930) traz como um de seus principais movimentos reinvindicatórios a luta pelo voto feminino e pelo voto secreto que, embora tenha sido estabelecido pela legislação eleitoral, continuava a descoberto. O voto secreto e o voto feminino só vieram a ser adotados depois da Revolução de 1930, com o Código Eleitoral de 1932.[96]

Em um tempo não muito distante, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu o pluripartidarismo, implantou o sistema bipartidário e estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República, dando plenos poderes ao governo.

Um último exemplo mais recente, comentado por Dalmo de Abreu Dallari como "um avanço", é a Constituição de 1988 que, segundo o jurista, apresenta uma marca humanista, "que proporciona o exercício da cidadania". Ele admite, contudo, que "infelizmente o povo está acostumado a dar pouca importância ao processo eleitoral, ainda não acredita que através das eleições o povo participa do governo, e por isso escolheu mal. Mas eu tenho a impressão que comportamento tão negativo, indecente

---

[95] Hilda Souza BRAGA, *Sistemas eleitorais do Brasil* (1822 - 1988), 1990, p.14.

[96] Ibid., p. 68.

mesmo do congresso nacional, vai fazer com que o povo reflita melhor nas próximas eleições."[97]

Essa mesma Constituição tem um trecho comentado pela cientista política Maria Vitória de Mesquita Benevides[98]: "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes ou diretamente." Para ela, a palavra "*diretamente*" foi uma grande mudança porque significa que o próprio eleitor pode manifestar seus interesses. A sorte de impedimentos que recaem sobre essa participação,[99] faz com que a cientista não poupe críticas à não regulamentação desse dispositivo constitucional, o que acaba por impedir o eleitor de exercer um direito adquirido

A cidadania que concebemos é aquela que se revela na própria experiência de vida de nosso eleitor. Sua efetivação, no ato de votar, permite-lhe afirmar sua existência; é necessária para torná-lo cidadão, porém insuficiente. Ser cidadão para esse jovem, pensamos, é ter o direito de se expressar pelo voto mas, é, também, ter o direito de acesso a outros setores da vida social como educação, alimentação, moradia, trabalho, sem falar, é claro, de tempo para descansar, para viver, para sentir-se satisfeito com o padrão de vida que leva, como propôs Marshall.

Ao dirigir-se ao jovem, é o mesmo Betinho que avisa: "ao votar, a primeira recomendação é ter calma. Eleição é assunto sério, o voto é um ato de cidadania importante e precisa ser muito bem pensado."[100] O voto é uma das ações que dá

---

[97] Dalmo de A. DALLARI, *Jornal da U.F.U.* (Universidade F. de Uberlândia), Junho, 1995, p. 2.

[98] Maria Vitória de Mesquita BENEVIDES, *Revista Veja*, 23 de Agosto de 1995.

[99] Lembramos aqui Bourdieu ao considerar que "(...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes - sobretudo, o tempo livre e o capital cultural." Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, p. 164.

[100] Herbert de SOUZA, Prefácio - Votar e acompanhar, in: Gilberto Dimenstein, op.cit, p. 9.

sustentabilidade à prática cidadã. Não é a única, mas precisa ser considerada, uma vez que é por meio dele que o eleitor manifesta sua opinião. Portanto, precisamos de prudência para não reproduzir aqui o vício semântico de definir cidadania por uma lista de significados sem nenhuma conexão entre si e que, em termos concretos, são incapazes de sustentar essa prática.

O voto jovem : da pureza de significados a conveniência cidadã

Neste capítulo, procuramos caracterizar a participação do jovem em um dos veios do processo democrático em nosso país, ou seja, a escolha eleitoral. A proposta de estabelecer a relação objetiva entre a sua atuação política, apreendida no calor da hora, e as idealizações elaboradas em torno do voto marcou o ritmo da análise.

Procuramos saber como esse voto é praticado pelo jovem; como é concebido pela Ciência Política e por esses eleitores, como tem sido historicamente construído e oportunamente utilizado. Indagamos sobre sua prática, sobre seu percurso até as urnas. Tomamos o cuidado para não ser enfeitiçados pelo canto dos vícios semânticos, tão bem empregado pelos discursos ideológicos e capazes de reproduzir, com propriedade e eficiência, os benefícios do voto sem comprometer seus principais privilegiados. Preocupamos em justificar nossas referências teóricas com as situações mais compreensíveis e palpáveis possíveis. O contato com o jovem eleitor - insubstituível para esta tese - deu o tom às argumentações.

As concepções às quais recorremos, mostram-nos a elasticidade com que o voto tem sido definido, a diversidade dos olhares que o captam, as várias possibilidades de análise: um sinal de que ainda há muito o que se discutir sobre o assunto. As questões aqui trabalhadas não descartam as discussões anteriores - acrescentam. Para nós, o ato de votar não é uma atividade natural, espontânea, evidente, instintiva. Ao contrário, é uma ação que vem sendo historicamente construída; que, para ser estudada, reclama a investigação das práticas e dos usos que dela são feitos. Como manifestação de uma opinião, precisa ser compreendido a partir do posicionamento do eleitor investigado - independente das cifras que sintetizam seus resultados.

As situações aqui analisadas têm a intenção de saber como nossos jovens eleitores lidam com a prática eleitoral, independente dos discursos ufanistas que definem o voto como "o exercício de uma faculdade altamente significativa, pelo potencial de influência que lhe cabe na construção e na orientação dos destinos nacionais."[101] Duvidamos da facilidade com que ele tem sido idealizado, de modo a, convenientemente, atribuir cidadania aos eleitores. Voto e cidadania são mais do que palavras em um dicionário: são práticas vividas, reclamam necessidades materiais e simbólicas.

O voto, pensado como um componente palpável da condição cidadã, exige do jovem uma leitura do mundo que vá além do significado da "promessa"[102] presente em seu conteúdo. A diversidade da cultura brasileira, presente também na idéia de cidadão, abre espaço para que o conceito assuma diferentes tipos de significados, inclusive o da negatividade, quando, por exemplo, o indivíduo é interpelado em uma Delegacia de Polícia ou em uma batida de automóveis.[103] É essa diversidade que abre

---

[101] Francisco T. da SILVA, op. cit., p. 89.

[102] Antônio Gomes FERREIRA, op. cit., p. 1082.

[103] Roberto DA MATTA, *A casa e a rua*, p. 88.

espaço para que a cidadania jorre por diferentes fontes. O cidadão que concebemos - ou que gostaríamos de conceber - não tem como negar esses caracteres culturais. É sujeito de direitos e de deveres já concretizados e não por concretizar.

Este capítulo, figurado no início desta tese, poderia muito bem não ser o primeiro. Sua colocação é proposital, uma vez que, aqui, nos é possível a referência teórica a questões analisadas nos próximos capítulos, porém, com abordagens distintas. A conjugação da observação etnográfica com a pesquisa sócio-histórica - buscando conhecer o contexto eleitoral em seus epitélios - tem a intenção de relacionar situações habitualmente desprezadas, porém, capazes de imprimir um novo tom à análise. A apreensão do voto jovem inscreve-se na necessidade de partir para uma abordagem objetiva da participação eleitoral, independente das idealizações que o envolvem. O perigo de tais idealizações é, justamente, conferir uma pureza de significados ao voto, que não avança em nada a sua compreensão: nem do eleitor na execução dessa prática, nem da Ciência Política na compreensão deste objeto.

O ritual do voto

O jovem quando decide tornar-se eleitor, ou mesmo quando, compulsoriamente, precisa inscrever-se em uma lista eleitoral, depara diante de si com um conjunto de procedimentos aos quais ele deve responder com ações anteriormente prescritas e sobre as quais ele não possui nenhum controle. Esses procedimentos não podem ser alterados mesmo que seja essa a sua vontade; devem ser executados obedecendo rigorosamente ao que está estipulado desde o momento de seu alistamento eleitoral até o momento em que ele deixa a sala de voto. A submissão do eleitor a esses procedimentos é inevitável e obrigatória; eles determinam o modo de ser daquela realidade especifica, em que o voto é o centro das atenções; compõem o ritual do voto que, sumariamente definido[104], se resume em um conjunto de regras de comportamento capazes de impor sua vontade a quem dele participa; um artifício que, de certa forma, prescreve o comportamento do votante naquele momento.

O que queremos neste capítulo é compreender esse ritual a partir do comportamento daquele que está sendo iniciado nessa prática: o eleitor jovem. A passagem da condição de não eleitor para a de eleitor é enfatizada na análise por ser esta uma característica marcante nesse ritual. O ato de votar praticado por esse jovem é

---

[104] Apoiamo-nos aqui na definição de Durkheim: "Enfim os ritos são regras de comportamento que prescrevem como o homem deve se comportar com as coisas sagradas." Émile DURKHEIM, *As formas elementares de vida religiosa*, p. 72.

analisado como um rito de passagem[105] por ser uma prática que lhe permite adentrar em um universo totalmente novo e, literalmente, colocá-lo frente a frente com os mistérios da eleição, ainda que ele não seja capaz de desvendá-los. É como confidenciou Rivanildo, aluno da 6ª série, ao falar de seu primeiro voto:

> "Nossa Senhora, pra votar...será que é dificil assim? Que qu'eu faço pra mim votar? Como é que é? Aí eu fui ensinando assim na minha cabeça até que eu cheguei aqui e eu vi que era tudo diferente do que eu pensava. Fiquei com um pouquinho de medo. Fiquei assim apavorado, tremendo, pensando assim...Eu pensava assim: Nossa Senhora, será que eu vou dar conta?" (Rivanildo, 17 anos, 6ª série, serviços gerais).

É a concreticidade das sensações de Rivanildo diante do diferente, do inesperado, do incontrolável - porque votar é um procedimento cujos movimentos foram estipulados com antecedência e, para serem seguidos com rigor, ele precisou ir "ensinando assim" na sua cabeça - que queremos apreender nessa cerimônia ritual. A prática do voto como um rito de passagem, em que os jovens experimentam o medo, a ansiedade, a dúvida e até o apavoramento, será, pois, o ponto de partida desta discussão.

Este capítulo parte do que há de clássico nos estudos dos rituais, procurando apreender, no comportamento eleitoral dos investigados, seus componentes

---

[105] A caracterizacão do rito de passagem será pesquisada a partir da obra de "Arnold VAN GENNEP, *Ritos de passagem*, Petrópolis, Vozes, 1978.

fundamentais. A novidade da análise está na interpretação própria que o jovem é capaz de conferir a esse rito, que mantém seus caracteres básicos e essenciais, porém envoltos por intensa especificidade. A compreensão desse ritual, acreditamos, requer conhecer muito mais do que nossos olhos podem ver; requer a resposta a uma série de indagações que, continuamente, aguçam a nossa curiosidade. Em um primeiro momento, perguntamos:

- O que sente o jovem que vai votar pela primeira vez; qual é o seu comportamento nesse rito de iniciação?

- Ao decidir se tornar eleitor ou mesmo quando, compulsoriamente, precisa se inscrever em uma lista eleitoral, de que modo ele interioriza os passos dessas ações já prescritas pelo ritual do voto?

- Como ele traduz esse complexo conjunto de procedimentos? Como ele é capaz de apreender o rigor dessa cerimônia cívica em meio a um ambiente que, aparentemente, se contrapõe à rigidez desse ritual?

À compreensão do ritual do voto, em suas questões imediatamente perceptíveis - ou não - dedicaremos este capítulo.

Ritual e vida cotidiana

A resposta para nossos questionamentos caminha em direção à indagação fundamental desta tese, que coloca em evidência o comportamento daquele que está votando pela primeira vez, em toda sua especificidade, para relacioná-lo às possibilidades de objetivação dos ideais democráticos em nosso país. Os possíveis significados que esse grupo de eleitores é capaz de conferir ao voto, será visto a partir da própria expressão daquele que está votando pela primeira vez: em sua postura, seus gestos, na transcrição de seu depoimento. A fala de Sandra, uma empregada doméstica que trabalha na eleição como fiscal do seu partido político, pode nos ajudar a explicar um pouco do que pretendemos:

> "...tenho muitos anos de caminhada. Se vou votar num candidato, eu vou me preocupar com ele (...) a gente preocupa com quem a gente vai votar (...) A gente é formada..." (Sandra, 22 anos, 5ª série, empregada doméstica e fiscal do P. T.).

O ritual do voto, que tem na cédula o seu objeto material, possibilita àqueles que o estão praticando uma troca de posição no cenário social: o homem comum, funcionário público, ascende a presidente da mesa; o estudante é respeitado como mesário e a analfabeta como eleitora; a doméstica, como aconteceu com Sandra, reserva sua posição servil e se impõe como fiscal de seu partido. Assim, fica compreensível dizer que o rito é "um aspecto das relações sociais" e, mais ainda, que o rito é uma

técnica "para a mudança de posição da pessoa moral, do profano para o sagrado, ou do sagrado para o profano".[106]

Por isso, é preciso aguçar nossa capacidade de observação, uma vez que os movimentos praticados por ele ao votar estão rigorosamente seqüenciados, caracterizando o que Van Gennep chamou de "disposição tendencial dos ritos". Eles são os mesmos em toda a parte e, ainda que submetidos a uma multiplicidade de formas, estão sempre expressos por uma seqüência típica, que caracteriza "o esquema dos ritos de passagens".[107] Esses movimentos seqüenciais reclamam atenção, justamente porque são plenamente compatíveis com os executados na vida cotidiana, chegando, inclusive, a se confundirem em determinados momentos.

Roberto Da Matta explica que, nesse aspecto, "os ritos não parecem ser momentos substantivamente diferentes daqueles do mundo cotidiano mas, combinações desses momentos."[108] A própria estrutura do ritual reserva espaço para essa combinatória, uma vez que é a sua configuração que marca o momento definido como ritual. A sua lógica faz com que as relações sejam acentuadas num determinado momento para serem inibidas em outro.[109] Isto quer dizer que a vida ritual de uma sociedade não precisa ser só formal ou só informal; pode conter elementos de várias naturezas e que guardam combinações entre si.[110]

O mesmo eleitor que mantém atitude consternada na hora de votar, ao se distanciar da sala de votação, recupera a postura alegre e relaxada, faz gozações, volta a utilizar o espaço da eleição para propósitos informais, prevalecendo a descontração e a

---

[106] E. R. LEACH, *Repensando a Antropologia*, p. 206.

[107] Arnold VAN GENNEP, op. cit. p.159.

[108] Roberto DA MATTA, *Carnavais, malandros e heróis*, p. 65.

[109] Ibid., p. 55.

[110] Ibid., p. 53.

brincadeira. Tudo isso acontece lado a lado a uma cerimônia cívica rigorosa, que é a eleição, sem que ele sinta estar ameaçando o caráter democrático de sua escolha. A sociabilidade, a proximidade, a amistosidade são inibidos na hora de votar para serem acentuados minutos depois.

A explicação para essa variação de comportamentos está na matéria prima do ritual, que é a mesma da vida diária. No ritual, entretanto, as situações são enfatizadas, as coisas são ditas com veemência, de modo coerente e consciente, buscando imprimir maior clareza às mensagens sociais.[111] Todos que participam de uma eleição, por exemplo, desde o eleitor ao porteiro escalado para cuidar da escola durante esse período, somos protagonistas de uma situação que, naquele instante, enfatiza o votar como uma capacidade de escolha política democrática. Assim sendo, fazemos uso de inúmeros instrumentos para justificar essa ênfase, expressamos verbalmente essa capacidade em ordens que comandam nossas ações, introjetamos a seriedade desse ato de modo a lhe conferir importância.

Por um olhar não tão enfático, sem a eloqüência inerente ao ritual, toda essa situação volta a ser corriqueira e trivial, o que alerta para o fato de que estas poderiam ser, também, as características de sua execução. Isto significa que "os rituais não devem ser tomados como momentos essencialmente diferentes (em forma, qualidade e matéria-prima) daqueles que formam e informam a chamada rotina da vida diária."[112] A mesma servente que é responsável pela escola no dia da eleição consegue, sem problemas, conciliar o seu trabalho com o ato de votar. Uma delas explicou que:

---

[111] Ibid., p. 65.

[112] Ibid., p. 60.

> "Votar demora só um pouquinho, não atrapalha nada não." (Maria Abadia, 45 anos, servente).

Essa proximidade entre os momentos do ritual e aqueles que compõem a vida cotidiana, às vezes, chega a causar espanto, principalmente no caso do voto que, apesar de todo o aparato cerimonial e simbólico que o envolve, não deixa de ser um rito pobre,[113] de duração reduzida, marcado pela falta de um local exclusivo, tornando as escolas, repartições públicas e clubes em locais de votação. Um eleitor expressou sua dificuldade em assimilar a representatividade política do lugar:

> "Eu achei estranho ir lá pra Educação Física[114]."
> (Gerson, 19 anos, 2º série do 2º grau, não trabalha).

A inexistência de um cenário característico - o que faz com que sejam feitas improvisações no mobiliário - e a não exigência de um protocolo dos eleitores pode nos instigar a comparar o voto com outros rituais laicos mais complexos e mais intensos. A duração deste rito, no entanto, não será tão curta se considerarmos que nosso jovem, a partir do momento em que se inscreve na lista eleitoral, ainda que de modo tênue, já se coloca em "compasso de espera", na expectativa de consumar seu voto. *"Uma sensação nova, assim, diferente... estranho"*, como nos confidenciou Roberto, um estudante de 16 anos, que trabalha nos Correios. Do alistamento até o encerramento dos trabalhos,

---

[113] Frédéric BON, Qu'est-ce q'un vote? *H. Histoire*, n.2, op. cit. p. 178. Para ilustrar, a fala de 3 pesquisadas sobre o feriado das eleições, que reforça esse pensamento: " É um espaço... um dia pro eleitor votar, descansar porque votar é só um minutinho." (Andréa, 21 anos, 1º grau, serigráfica); "... é muito rápido pra você votar hoje. Não haveria necessidade de um feriado integral." (Aparecida, 21 anos, 2º grau, vendedora); "...votar é rapidinho e você tem o resto do dia. Vota num minutinho e fica livre." (Marisa, 18 anos, 7ª série, doméstica).

[114] Educação Física é um campus universitário transformado em seção eleitoral.

marcado pelo início da apuração, não existe tanta rapidez. E a não exigência de um protocolo - o que permite ao eleitor votar até mesmo sem o título, identificando-se por sua assinatura - marca o resultado de uma cuidadosa organização anterior, que se inicia com o alistamento e tem como propósito assegurar a presença daquele voto no cômputo geral da eleição.

Para compreender o ritual é preciso penetrar em sua gramática.[115] Em nossa análise, isto significa saber como é construído todo o ritual do voto e não somente seus momentos culminantes. Adentrar em questões que lhe são materialmente visíveis e, principalmente, naquelas quase imperceptíveis no momento de sua execução mas que, nas mesmas proporções, dele fazem parte.

O voto como emblema material

Os movimentos do eleitor iniciado, quando chega a sala de votação, guardam um cuidado milimétrico: o andar compassado em direção à mesa de identificação; o título em evidência; a expressão consternada de um corpo quase em repouso; a lentidão com que se move da mesa ao isolamento da cabine e desta até a urna. Os movimentos facilmente identificáveis justamente porque estão inscritos na própria generalidade do gesto

---

115 O antropólogo explica que: "Haveria, assim, uma gramática ou combinatória que permitiria penetrar no "mundo do ritual," e o ponto central de seu estudo deve ser essa gramática, e não as essências que tradicionalmente têm sido utilizadas para descrever e interpretar tais momentos." Roberto DA MATTA, op. cit., p. 55.

eleitoral, que precisa ser cumprido com todo rigor para forjar sua legitimidade social.[116] Neles se inserem uma série de situações que nos permitimos incluir nesta análise, desde a preparação antecipada desses eleitores para irem votar - o que implica a escolha da roupa, a separação do título colocado em lugar de destaque dentre os outros documentos pessoais, a organização dos afazeres domésticos para facilitar as coisas - até a escolha do horário mais conveniente, que combine com as outras atividades do dia. Fábio, um jovem, que durante o dia é caixa em um supermercado do bairro onde pesquisávamos, contou-nos o que fez no primeiro turno das Eleições Gerais de 1994:

> Eu lembro que eu fui pra beira do rio...Aí a gente veio. Votou, mas não votou muito certo não. Votou só pra governo (...) eu estava tenso. Não pensei. (Fábio, 17 anos, 6ª série, auxiliar de caixa).

Esta inserção de diferentes situações na cerimônia do voto é possível, porque o mundo do ritual é um mundo onde tudo está relacionado.[117] É esse "relacionamento" que faz com que o seu ritual se dote ora de especificidade, quando apreendido em seu cerimonial; ora de diversidade, quando incluso na generalidade das práticas que o envolvem. Para explicar a especialidade e a diversidade dos ritos, Roberto Da Matta define-os como "momentos especiais construídos pela sociedade. São situações que surgem sob a égide e o controle do sistema social, sendo por ele programadas."[118] Esta

---

[116] Olivier IHL, L'urne electorale, formes et usages d'une techinique de vote, *Revue Française de Sciense Politique*, v. 43, n. 1, 1993, p. 32.

[117] Ibid., p. 58.

[118] Ibid., p. 56.

definição, entretanto, reclama por especificidade. Se, num plano mais geral, os ritos são meios utilizados pelos homens para imporem sua vontade ao mundo[119], num plano delimitado, são atitudes que esses homens adotam em direção a determinadas situações que lhes inspiram interesses.[120]

Podemos, então, concordar que "toda a vida social é, de fato, um 'rito' ou ritualizada"[121] sem, contudo, descartar a generalidade do momento que analisamos. Marcel Mauss, ao conceituar o rito, atentou para perigo das generalizações, principalmente porque alguns atos tradicionais, praticados diariamente da mesma maneira[122], muitas vezes, são confundidos com ritos, ainda que não passem de situações costumeiras. A preocupação em "diferenciar o rito do costume, da convenção social, da etiqueta"[123] acompanha o antropólogo em sua análise. Essa confusão, explica, não deixa de ter seu fundamento, uma vez que "o rito se vincula ao simples costume por uma série ininterrupta de fenômenos intermediários. Quase sempre, o que é costume aqui é rito em outro lugar; o que foi um rito se torna um costume, etc."[124]

O ato de votar, como um dos momentos diferentes e especiais construídos e controlados pelo Estado, mediante a atuação da Justiça Eleitoral, é um componente periódico da realidade. Ao ser praticado, ele é capaz de congregar em si o sentido

---

[119] Émile DURKHEIM, op. cit., p. 123.

[120] LÉVI-STRAUSS, *Antropologia Estrutural*, p. 148.

[121] Ibid. , p. 56.

[122] Marcel MAUSS, A prece, p. 138. O autor cita como exemplo desses atos: "O simples bom-dia espalhado em toda a Europa é um verdadeiro desejo, nitidamente formulado e, entretanto, possui apenas uma significação convencional"

[123] Roberto Cardoso de OLIVEIRA, Introdução a uma leitura de Mauss, *Mauss, Antropologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais n.11, p. 28.

[124] Marcel MAUSS, A prece, op. cit. p.138.

essencial da ritualização, que está prescrita em sua própria eficácia. Na opinião de nossos eleitores sobre "*o que é votar*?", evidenciamos essa expectativa material:[125]

> "Eu faço questão de votar certo né, porque é muito importante. Qualquer voto... assim... se faltar um... o meu pode ser aquele que está errado." (Inês, 19 anos, 8ª série, não trabalha).

> "O voto é uma decisão importante que nós temos que tomar. Nós podemos mudar o país com o voto." (Neusa, 21 anos, 2º grau, desempregada).

> "É procurar um futuro melhor pro Brasil porque é o único jeito que a gente tem mesmo." (Márcio, 19 anos, 1º grau, servente).

A expectativa desses eleitores é que torna o voto "uma decisão importante", em que é preciso "votar certo". É ela que possibilita que haja conformidade com o que lhe é prescrito, fazendo com que o eleitor respeite as regras deste ritual. Seu mérito, no entanto, deriva não apenas dessa conformidade com seus preceitos, mas, principalmente, do rito em si. Mauss explica ainda que "um rito tem, pois, verdadeira eficácia material,"[126] uma vez que sua prática é a provocativa de seus efeitos.

---

[125] 65% das respostas a essa pergunta faziam referências ao voto como uma escolha capaz de provocar mudanças.

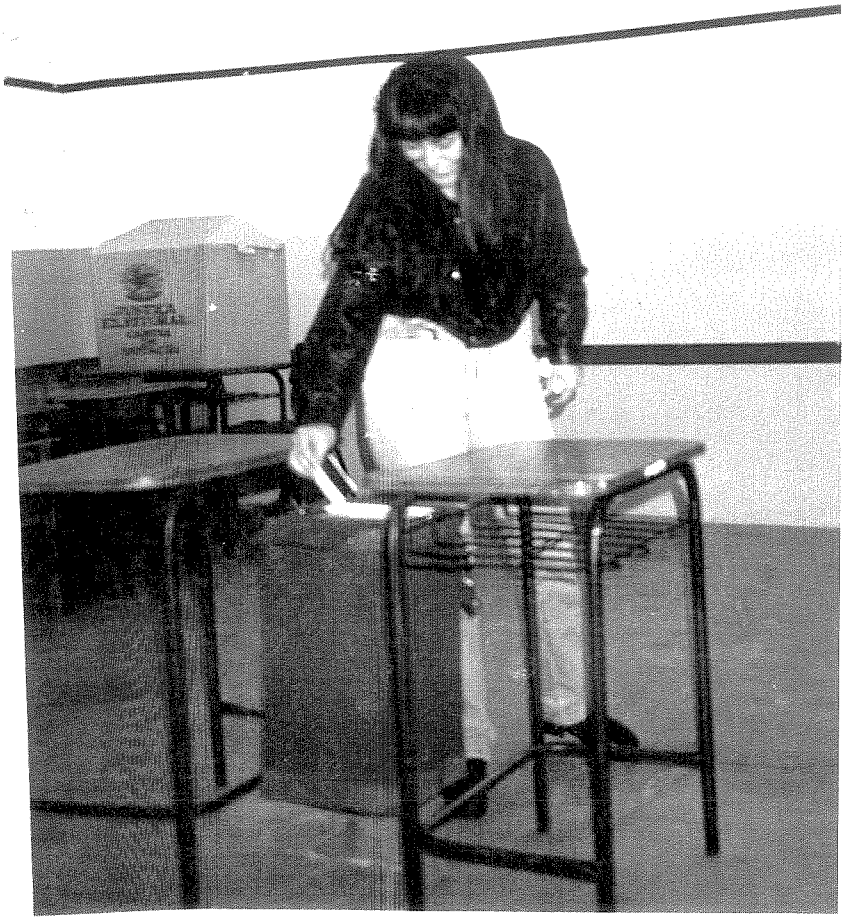
[126] MAUSS, op. cit. p.138.

Assim como "graças ao rito as plantas crescem", o voto, para nosso eleitor, é a garantia de mudança, "*é o único jeito*". É uma evidência tanto na fala de Neusa, que está desempregada, como na de Márcio ou de Inês, que não trabalha. Ao participar desse ritual, o eleitor sente-se único, individualizado, ainda que, no resultado final, seu voto seja coletivizado em milhares de outros, tornando-se apenas uma cifra. Então, é preciso "*votar certo*", "*se faltar um... o meu pode ser aquele que está errado.*" Quando não fazemos aquilo que o rito determina, seus efeitos não acontecem como deveriam, uma vez que eles estão ligados "à própria natureza de sua prática."

Em uma discussão ainda preliminar, afirmar que "os ritos são atos" e, no caso específico desta investigação, que o ato do voto é um rito manual, caracterizado pelo movimento do corpo daquele que o pratica, pelo deslocamento dos objetos, como, por exemplo, da própria cédula introduzida dentro da urna ou pelo título entregue aos mesários para conferência. Na época do voto manual, assistimos, ainda que à distância, a uma eleitora colocar seu voto na urna (Foto 10). Em outra seção pesquisada, alguns eleitores gesticularam com ênfase, ergueram o voto nas mãos para garantir essa evidência. Um jovem gritou: "*Votei no V,*" fazendo sinal com a mão; um outro, não tão explícito, preveniu: "*Votei no ladrão!*" sem identificar seu voto. Esses gestos foram feitos para que fossem visualizados e compreendidos. Sua encenação é que conferiu eficácia ao rito.[127] Tudo feito para não deixar dúvida: votar é a confirmação material de nosso rito (Foto 11).

---

[127] Ibid., p. 155.



E.F.G.

Foto 10 O ato de votar: materialidade visível.
1º Turno 1994

E.F.G.

Foto 11 Votar "confirma" a materialidade do rito.
1º Turno de 1996

Movimentos e gestos caracterizam o ato de votar como um rito manual. No entanto, ao obedecerem a uma seqüência própria, cadenciada pela força do hábito, evocam no eleitor o aspecto psico-afetivo, o que, além de possibilitar que este ato seja profundamente interiorizado, o tornam "objeto de uma intensa valorização simbólica."[128] A esse caráter material podemos acrescentar uma densa dimensão abstrata. Recorrendo a Durkheim, é possível dizer que o voto - a cédula preenchida - reúne em si as características dos chamados emblemas[129], que são formas particulares da vida social, capazes de encarnar os sentimentos coletivos. A essa definição, acrescentamos, o adjetivo "material", para enfatizar que o voto é algo perceptível a todos. Por meio dele, a sociedade exprime seus sentimentos sobre coisas duráveis, fazendo com que o motivo inicial que lhe deu origem continue a agir. O seu caráter emblemático está, justamente, naquilo que ele suscita de comum no sentimento coletivo. O reconhecimento desse caráter emblemático foi evidenciado nas palavras de Antônio, que trabalha num escritório de contabilidade:

> "(o voto) é o símbolo máximo (...) eu tenho plena consciência que o Brasil um dia possa mudar. Pode não ser com esses candidatos que estão aí, pode ser com outros. Pode ser na próxima eleição." (Antônio, 21 anos, 2º série do 2º grau, auxiliar de contabilidade).

---

[128] Sobre a força do hábito no comportamento eleitoral, Déloye afirma que "...onde os modos de comportamento fixos são afetados por um grau de incerteza, manifesta a força dos hábitos sobre o comportamento eleitoral." Ives Déloye, "L'élection au village", op. cit., p. 87.

[129] Émile DURKHEIM, op. cit., p. 286. "...o emblema não é apenas um procedimento cômodo que torna mais claro o sentimento que a sociedade tem de si mesma: serve para construir esse sentimento; é, ele próprio, um dos seus elementos constitutivos."

O tom enfático de seu depoimento traduz a intensidade da esperança depositada na eleição; evoca a certeza da mudança, ainda que sem data certa para acontecer. Por esse e outros depoimentos dos jovens pesquisados, que fizeram declarações da mesma natureza, não será exagero caracterizar o voto como um emblema material, pelos ideais de democracia e civilidade que evoca. Principalmente se pensamos na durabilidade[130] que caracteriza esses ideais, que permanecem por mais de um século a fazer a cabeça do mundo civilizado. Como um emblema material, o voto mantém vivificada a simbologia que lhe foi atribuída na época de sua institucionalização,[131] o que contribui para que nosso eleitor interprete-o como a possibilidade de mudar o rumo das coisas.

Yves Déloye, ao analisar o ato de votar em seu aspecto ritual, chama a atenção para a intensidade de sua dimensão simbólica.[132] Seu cerimonial distingue-se dos demais principalmente pela gravidade de seu vocabulário e pela intensa valorização simbólica dada à participação eleitoral. Os símbolos utilizados e a própria encenação desse ato "mobilizam os valores dominantes das sociedades democráticas: a Nação, a Soberania, o Povo, a Opinião Pública, o Interesse Geral como um conjunto de categorias abstratas que o momento eleitoral objetiva e faz existir com seu vigor em direção à unidade e à homogeneidade."[133] Nas Eleições Gerais de 1994, em que a ênfase esteve voltada para a

---

[130] Durkheim explica que: Sem símbolos, os sentimentos sociais só poderiam ter existência precária (...) As paixões violentas que se desencadeiam no meio da multidão diminuem e se apagam assim que a multidão se desfaz. Émile DURKHEIM, op. cit., p.287.

[131] Referimos, aqui, à institucionalização do voto universal, em 1848, na França.

[132] Ives DÉLOYE, L'election au village. Le geste électoral à l'occasion des scrutins cantonause et regionause de mars 1992, *Revue Française de Science Politique*, n.1, v.43, fevrier, p.86.

[133] O autor cita o depoimento de um jovem de origem marroquina que declara: "o que é votar? É um prazer se me é dada esta possibilidade, este direito. Quando eu vejo meus pais e outros aqui que não tem esse direito, então, eu, me sentindo marroquino, e além disso de nacionalidade

escolha presidencial, foram comuns depoimentos que evocaram o caráter nacionalista do voto, a responsabilidade com a nação. Votar foi concebido como *"decidir o futuro do país;"* demonstrar o *"amor à Pátria"; "participar da cidadania."*

Na hora de votar, todas essas abstrações objetivam-se, tornam-se próximas do eleitor, fazendo com que a possibilidade da escolha democrática[134] vislumbre-se como uma realidade concreta, palpável. A eleição, como os nossos pesquisados definiram, "*é uma coisa democrática*" que depende da "*participação de todo o povo*", "*da colaboração de todas as pessoas*" para afirmar a identidade e a unidade nacionais.[135]

Assim sendo, o ritual do voto é uma operação que deve ser compreendida em seu aspecto material e simbólico. Objetos e movimentos materiais que lhe conferem aparência específica só adquirem o significado de um ritual político quando seus praticantes, os eleitores, se imbuem desse espírito cívico. Na consciência do jovem, não acontece diferente, mesmo porque, neste ritual, ele não está apenas respondendo com gestos e ações a uma situação institucionalmente criada pela sociedade, está sendo contagiado pelos sentimentos de respeito e de civilidade que o aprendizado dessa prática reclama. Votar, pela própria repetição dos movimentos[136] - uma vez que todos votam

---

francesa e que me deram o direito de votar, então eu aproveito. É tudo." (Rennes, 22 de março, 1992, II, 21 anos, em formação) Ibid., , p.87.

[134] "A função política do ritual em seu conjunto aparece então claramente: a eleição funda a legitimidade da ordem democrática 'stato-national' exprimindo o que permite dizer a soberania nacional, ou seja, igualdade e equivalência dos indivíduos e das vozes." Idem, Rituel et Symbolisme électoraux: reflexions sur l'experience française, Colloque International *How did they become voters? The history of franchise in modern european representation systems*, p. 10.

[135] Ibid., p. 8.

[136] "A movimentação nada tem, entretanto, de espontâneo. A efetivação deste ritual eleitoral, fruto da nova divisão do trabalho político, provoca fortes resistências." Olivier IHL, op. cit., p. 12.

com os mesmos gestos - e pela necessidade periódica[137] dessa cerimônia, propicia a interiorização imediata de seus ensinamentos. Matéria e sentimento confundem-se nesse ato e, até mesmo nos menos experientes, pudemos ver suscitados os resultados dessa aprendizagem.

O material e o simbólico

Uma vez que caracterizado o voto como um emblema material, passamos a especificar com mais detalhes seus elementos constitutivos. Não que as situações aconteçam de modo separado: ora o material, ora o simbólico. Pelo contrário, é justamente porque elas se entrelaçam que devemos identificá-las. Dessa forma, analisaremos, aqui, alguns dos elementos que a prática de votar encerra: uns com sua materialidade facilmente evidenciada como o lugar do voto, a cédula eleitoral e a urna. Outros nem tanto, como o sagrado, a magia e a dramaticidade. Queremos compreender como o eleitor investigado lida com essa situação que congrega elementos de diferentes naturezas, capazes de provocar-lhe as mais intensas reações pessoais. Como exemplos, registramos os depoimentos destes dois trabalhadores, alunos do 1º grau:

---

[137] "Os ritos são, antes de tudo, meios pelos quais o grupo se afirma periodicamente." Émile DURKHEIM, op. cit., p. 460.

> "Tive uma sensação muito forte porque quando a gente sai de casa pra votar é uma responsabilidade muito grande que a gente vai fazer porque votar...pr'aquela pessoa..." (Welington, 22 anos, 7ª série, mecânico).

> "Saí com uma certa ansiedade porque eu sabia que naquele momento eu ia decidir meu futuro e do país. Eu já me senti com uma grande responsabilidade nas mãos." (Maurício, 20 anos, 8ª série, office-boy).

É essa "*sensação muito forte,*" essa "*certa ansiedade,*" essa "*responsabilidade nas mãos*" que nos fascina na expressão desses jovens, justamente porque revelam não apenas a emoção e o compromisso com a eleição, mas o sentimento de civismo que os envolve e que faz com que, naquele momento, a decisão política de votar ocupe posição de destaque em suas vidas. Como é possível uma transformação desta ordem; essa distinção tão marcante - e imediata - de elementos e situações tão diferentes?

A resposta pode estar no espaço do ritual do voto, que é um lugar cuidadosamente criado para despertar no eleitor o sentimento de civismo. O ambiente onde se desenvolve a prática do voto, o modo como se vota, os desdobramentos desse ato, os equipamentos que lhe conferem materialidade nada têm de superficiais ou inconseqüentes. Por isso mesmo, no momento do voto, o eleitor deve ser separado das demais atividades sociais. Sua condição de cidadão deve estar isolada de sua condição social. Ele deve entrar no ambiente político exclusivamente com seus argumentos; todos

os seus bens não políticos devem ser deixados de fora,[138] o que significa não apenas os objetos materiais mas, também, suas emoções e seus sentimentos particulares.[139]

A sala onde se vota é um lugar que deve estar isolado das atividades cotidianas, para que não haja confusão entre ambos. Esse isolamento não é recente. Na França, origem do voto universal, desde 1848 que esse espaço se tornou o centro de um processo de difusão de modelos de comportamentos e normas impostos ao eleitor progressivamente; um autêntico laboratório cívico marcado pelo auto-constrangimento.[140]

No Brasil, o Código Eleitoral de 1932[141], determinava em seu texto: "No local da votação, será separado do público o recinto da Mesa e, ao lado desta, deverá achar-se a máquina de votar ou um gabinete indevassável, para que, dentro dele, possam os eleitores, à medida que compareçam, colocar suas cédula nas sobrecartas oficiais."[142] Essa sala foi, assim, transformada em um lugar propício à experimentação de novos procedimentos e à aplicação de conhecimentos cientificamente elaborados: uma oficina

---

[138] Michael Walzer, *Spheres of Justice:* A defense of pluralism & equality. Oxford, Martin Robertson, 1983, apud Ives DÈLOYE, Rituel et Symbolisme électoraux: reflexions sur l'experience française, Colloque International *How did they become voters? The history of franchise in modern european representation systems*, p. 12

[139] Ibid., p. 13.

[140] Ives DÈLOYE, op. cit. p. 12.

[141] *O* Código Eleitoral de 1932 - avançando no tempo - faz diversas referências ao "uso das máquinas de votar, regulado oportunamente pelo Tribunal Superior, de acordo com o regimento" do Código. Pelo previsto, a máquina seria "aparelhada com alavancas, correspondentes aos nomes dos candidatos, sem cuja preparação ela não poderia funcionar". O voto seria "dado na máquina, dispensando-se a cédula". No entanto, o próprio Código lança dúvidas sobre a sua implantação, ao avisar: "Si se utilizarem máquinas de votar, o processo de votação será regulamentado oportunamente." Octávio KELLY, *Código Eleitoral Anotado*, 2 ed. pp. 72-91

[142] Octávio Kelly, op. cit., p. 85.

de civismo. O ato de votar, tecnicamente analisado, evidenciava uma aprendizagem que precisava ser interiorizada com antecedência, para que o ritual ocorresse conforme o planejado.

Este texto, editado em 1947, pode nos dar a idéia histórica do cuidado com essa aprendizagem pelo modo como lista as etapas a serem interiorizadas pelo eleitor:

> *"a) saber com exatidão onde funciona sua mêsa eleitoral*
> *b) solicitar do mesário, ao chegar, uma senha numerada, e esperar que chame seu número*
> *c) chamado, assinar as listas de inscrição e dirigir-se á mêsa com seu título eleitoral*
> *d) recebendo do presidente da mêsa um envelope, dirigir-se á cabine, colocando dentro do envelope 4 (quatro) cédulas e fechando-o convenientemente voltar á sala e colocá-lo na urna."*[143]

O aprendizado do eleitor é absolutamente necessário, uma vez que não se vota sempre da mesma maneira. Na eleição de 1996, quando foi introduzido o voto eletrônico, a impressão que tivemos foi que o cuidado redobrou, dada a própria natureza da mudança, que incluiu um elemento totalmente novo no cenário eleitoral: a máquina de votar. Em lugar de destaque nas escolas, caminho garantido dos eleitores para a sala de votação, uma variedade de cartazes recomendava (Foto 12): "*Vote em mim*", com a conclusão:

"*Voto eletrônico. É mais fácil votar assim.*"

---

[143] *Jornal O repórter, Uberlândia, 5/01/1947*

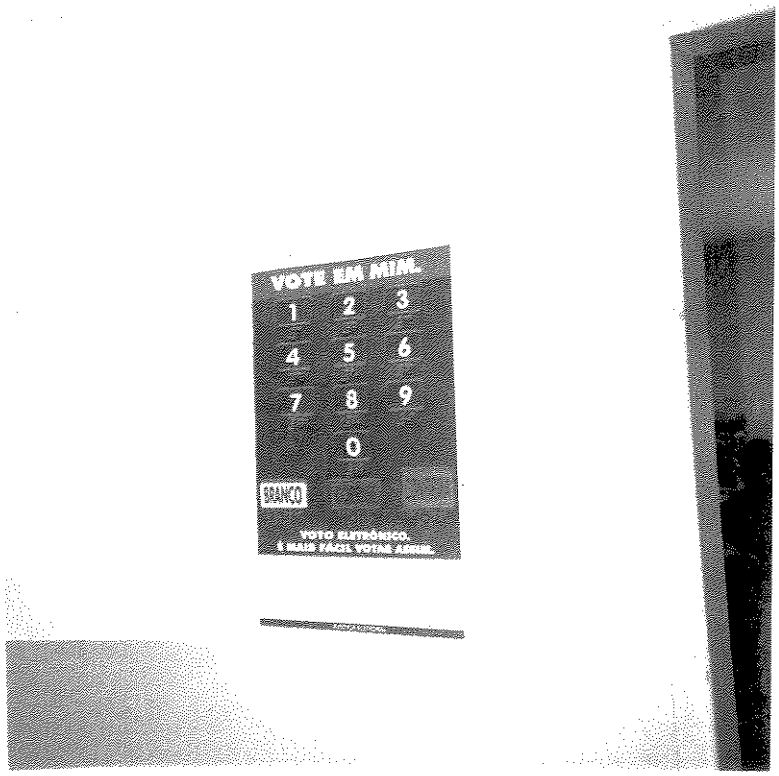


Foto 12 A "facilidade" do voto.
2º Turno 1996

Foto 13 "Treinando" o voto.
Uberlândia M. G.- 1996

Para votar, é preciso precaução. Qualquer tipo de alteração, qualquer movimento inesperado, reflete sensivelmente na seqüência desse ritual.[144] Antes mesmo de experimentar a novidade eletrônica, nossos jovens já estavam "interiorizados" da necessidade de promover esta mudança no processo eleitoral; sabiam até mesmo repetir as vantagens do invento:

> "Facilitou bastante. Eu acho que agora vai agilizar muito mais. Vai ser bem mais organizado. Eu achava desorganizado até mesmo na hora de abrir as urnas, de ver quem ganhou. Demorava muito mais. Agora vai ser bem mais rápido." (Lívio, 19 anos, 3ª série do 2º grau, não trabalha).

> "É uma idéia boa né! Legal, muito mais fácil, mais prático. Facilita muito mais pras pessoas. Pelo computador é muito mais fácil. Pode levar papelzinho."(Franciele, 18 anos, 8ª série, secretária).

As mesmas expressões utilizadas nos cartazes foram repetidas com ênfase pelos entrevistados: sinal de que o ensinamento repassado pela Justiça Eleitoral e reforçado pela mídia estava sendo assimilado com eficiência. Em algumas praças da cidade, máquinas de votar, instaladas dias antes da eleição, testavam o desempenho dos votantes nessa nova modalidade eleitoral. Junto a cada uma delas, um cartaz da Justiça Eleitoral, apoiado pelo SEBRAE, reforçava aquele aprendizado com a chamada para o "*vote certo*"(Foto 13). Alguns de nossos investigados, que se dispuseram a experimentá-la, explicaram-nos:

---

[144] Ives DÈLOYE, op. cit. p. 16.

> "Eu já passei a praticar; pelo menos nas praças aí eles estão ensinando como votar. Eu já fiz, pratiquei, votei certinho." (Rones, 22 anos, 2ª série do 2º grau, porteiro).

> "Eu aprendi, assim, pelo que vi na televisão; já fui ver pessoalmente. Eu gostei. É fácil, não tem dúvida não." (Eliane, 18 anos, 8ª série, secretária).

As etapas necessárias a um aprendizado eficiente precisam ser testadas com antecedência e, até serem efetivamente colocadas em prática, precisam ser reforçadas. Em 1994, quando houve Eleições Gerais, também aconteceu o mesmo. Folhetos explicativos sublinhavam os passos do eleitor; marionetes seguiam esses mesmos passos pela televisão, guiadas por uma voz, ao fundo, que indicava, sistematicamente, como se deveria proceder.

Marcel Mauss explica que os ritos se constróem por fórmulas orais e manuais de operação.[145] A expressão canônica "votou",[146] pronunciada na França para sacramentar esse ato, é solenemente análoga à postura formal com que, em Portugal, o presidente da mesa recebe o voto da mão do eleitor para, de pé e de próprio punho, colocá-lo dentro da urna. No contexto brasileiro, essas fórmulas efetivam-se oficialmente com o treinamento prático dos eleitores, com os comunicados pela televisão e com as instruções da Justiça Eleitoral aos membros da mesa, nos dias que antecedem as eleições. São situações instruídas tanto pela atividade prática como pela palavra dita, que reforça o significado atribuído aos gestos e aos objetos. Esses significados não são casuais, ao

---

[145] Marcel MAUSS, A origem dos poderes mágicos nas sociedades autralianas, op. cit. p. 80.

[146] A expressão dessa 'fórmula canônica' é citada por Fréderic Bon ao se referir a fala do presidente da mesa. F. BON, op. cit., p. 178.

contrário, são tecnicamente preparados para dar sustentação simbólica ao ritual. A facilidade com que eles são assimilados transforma os próprios eleitores em seus protagonistas. Depois de ser iniciada no voto eletrônico, Patrícia, uma empregada doméstica, descreveu-nos:

> "É mais assim.... eficiente, diferente. Foi a primeira vez, né? Eu não sei como votava antigamente mas pelo jeito, é mais prático também." (Patrícia, 17 anos, 6ª série do 1º grau, doméstica).

Esse desempenho esperado do eleitor, essa eficiência, acontece justamente porque "os símbolos não são simples suportes abstratos, abertos ao livre jogo de interpretação. Eles possuem igualmente uma materialidade eloqüente, que se personificam em procedimentos, cenários e objetos que correspondem a habilidades particulares. O universo das tecnologias eleitorais demonstra que as fórmulas materiais do voto reverenciam uma dimensão propriamente política."[147] É por isso que, mesmo quando o jovem se refere ao seu desempenho em direção ao voto eletrônico como uma habilidade técnica, ele não deixa de incluir as características simbólicas deste procedimento. Se, por um lado, votar pelo computador é visto como "*uma coisa que não tem rolo*", "*que evita roubar*", "*que não tem esse negócio de fraude*", por outro lado, esse é um voto que promete ultrapassar os limites do político e ser:

> "(...) mais emocional, melhor, mais fácil (...) A mesma hora que terminar de acabar a votação já vai

[147] Olivier IHL, op. cit., p. 59.

> saber tudo, não vai ter que esperar outro dia nem nada." (Weberson, 19 anos, 7ª série, serviços gerais).

> "(...) uma nova emoção, o tipo de vida, renascer. Pra mim, o que é sério mesmo é o computador. Não tem erro, não tem bagunça, não tem briga."(Jairo, 6ª série, office-boy).

O voto - estampado na cédula eleitoral - é um símbolo político concreto e de fácil assimilação. Tecnicamente elaborado, é a caracterização desse objeto que distingue o nosso ritual e que o diferencia das outras práticas humanas.[148] No entanto, não é o único. Com paciência e perspicácia, poderemos relacionar aqui uma série de equipamentos eleitorais que possibilitam aos eleitores consagrar a cerimônia do ritual, conferindo-lhe materialidade própria, independente das improvisações e dos objetivos que lhe são atribuídos.

A listagem desses equipamentos, embora tecnicamente construída, jamais pode ser vista exclusivamente por esse aspecto. A cédula, na qual o eleitor sacramenta sua opinião; as setas indicativas das seções eleitorais; os crachás dos fiscais de partido; as digitais dos analfabetos, ou, ainda, as cabines de votação, marcam simbolica e materialmente o momento da escolha eleitoral. Nelas, o eleitor fica duplamente isolado do mundo exterior: primeiramente, pelas fronteiras da sala do voto para, em seguida, isolar-se, ainda que momentaneamente, dos olhares curiosos que podem influenciá-lo em sua decisão.

---

[148] "Uma regra moral, com efeito, nos prescreve, assim como um rito, maneiras de agir, mas que se dirigem a objetos de gêneros diferente. Portanto, é o objeto do rito que se deveria caracterizar para poder caracterizar o próprio rito." Émile DURKHEIM, op. cit. p. 68.

*O isolamento do eleitor, na história das eleições brasileiras, não acontece apenas em caráter simbólico. Um fato que ajuda a atestar a sua materialidade aconteceu nas eleições de 1945, no município de Bicas, M. G., quando o partido situacionista venceu devido aos "quartéis", ou seja, aos alojamentos onde ficavam os eleitores recrutados da zona rural, isolados até a hora de votar, para não sofrerem o assédio dos cabos eleitorais do partido adversário. Os eleitores, os patrões e os cabos eleitorais, foram todos isolados num armazém de café de um dos chefes situacionista. Aqueles eleitores que permaneceram nas ruas foram arrebanhados como vacas bravas pelo chefe situacionista, delegado e prefeito, e levados para votar, sob forte vigilância.**

**O. M. Carvalho apud M. D. Gil. KINZO, Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil, p. 83.*

Nas eleições de nosso país, a utilização das cabines de papelão, de certa forma, combina com a aparente simplicidade e improvisação do ritual do voto, delegando aos mesários o cuidado com esses equipamentos. No segundo turno das Eleições Gerais de 1994, quando ainda não havia o voto eletrônico, registramos o flagrante de uma presidente de mesa com a urna e a cabine de isolamento de sua seção, à espera de uma possível carona até a junta apuradora dos votos (Foto 14). Situar-se no isolamento significa o preâmbulo para utilização do mais cobiçado e misterioso dos equipamentos de nossa relação, ou seja, a urna eleitoral.[149]

[149] A autoridade atribuída a urna estabelece-se dentro de um quadro de relações complexas, do qual fazem parte, de um lado os equipamentos eleitorais usados de formas diferenciadas, de outro as habilidades necessárias à sacralização desta operação.[149]

Foto 14 Rumo à apuração.
2º Turno de 1994

Dotada de dignidade excepcional pela literatura eleitoral, a comparação da urna com um altar teve origem nos compêndios de civismo franceses e arrebanhou como seguidores uma expressiva legião de republicanos. O propósito foi o de educar as novas gerações para a República. A citação de um trecho de uma conferência feita em Paris, em 1882, pode nos dar a noção de como ela era definida: "Uma simples caixa de

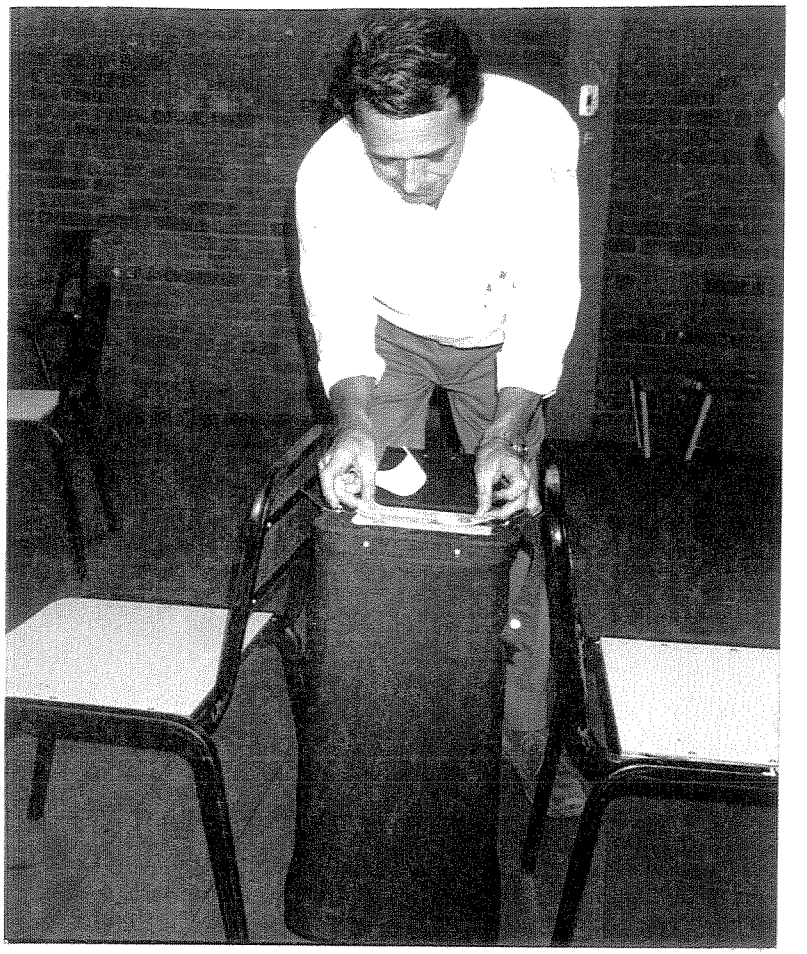
madeira branca depositada sobre a mesa *do voto*... qualquer coisa de emocionante que experimentam os fiéis quando eles se aproximam de um altar."[150]

Nesta pesquisa, a urna é um dos equipamentos que requer para seu escoramento o uso de carteiras escolares (veja Foto10). Sem comprometer o cenário e nem desmerecer o caráter cívico da eleição, esse escoramento integra-se "naturalmente" ao ritual como meros suportes desse equipamento. O gesto eleitoral individual recebe, ali, a sua representação coletiva, sintetizando o desenrolar de uma série de movimentos que atingiram o seu ponto culminante. Em 1994, quando o voto ainda era manual, o lacre da urna obedecia a todo um cerimonial executado pelo presidente da mesa com o testemunho dos mesários e dos fiscais de partido. (Foto 15).

Atualmente, com a institucionalização do voto eletrônico, o jeito de votar mudou, mas a sacralização desse ritual permanece intensa. A reverência sacramental à urna - antes solitária no centro da sala - agora é feita a máquina, responsável direta pela decodificação da escolha. Nosso eleitor, ao digitar "confirma" para sacramentar seu voto, ouve como resposta um sinal sonoro e vê a palavra "FIM" estampada na tela do vídeo. A cédula eleitoral, desta feita, tem reforçada sua sacralidade em seu grau mais intenso, ao cair diretamente na urna, sem que o eleitor tenha com ela nenhum contato manual (Foto 16).

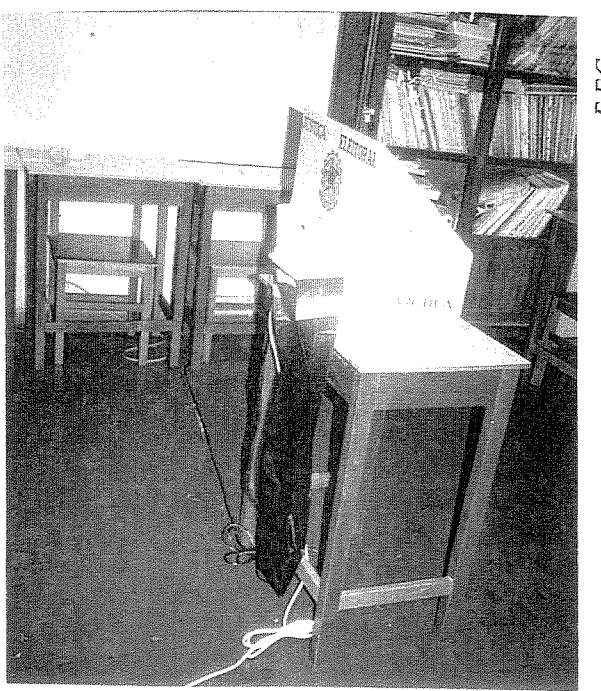
---

[150] Da educação cívica; Conferência feita no Palais du Trocadéro a 6 de agosto de 1882. Paris, Librairie Picard-Bernheim et Cie, 1883, p. 15, apud Olivier IHL, L'urne eleitorale, p. 31



E.F.G.

Foto 15 Lacre manual: um procedimento do passado
2º Turno de 1994



E.F.G.

Foto 16 Urna eletrônica: a cédula livre do contato manual
1º Turno de 1996

O sociólogo que mais claramente analisou o aspecto sagrado das coisas mundanas foi Émile Durkheim.[151] Para ele, a sociedade, assim como consagra os homens, também consagra as coisas. Isto é possível porque o sagrado é uma invenção humana. Continuamente, os homens criam seres, objetos, lugares e símbolos sagrados para responder às suas necessidades. Este caráter de sacralidade das criações humanas, no entanto, não lhes é inerente. Ao contrário, são atributos externos que lhes são convenientemente conferidos.[152]

Existem coisas sagradas de diferentes graus. Durkheim cita os amuletos como referência para um objeto sagrado com o qual os homens se sentem relativamente à vontade.[153] A hóstia, por exemplo, exige dos católicos formalidade absoluta, um respeito divinal. Com o voto, esse grau já não é tão elevado. Contudo, o próprio cerimonial que envolve a eleição, a atitude de consternação necessária, a brevidade - ou mesmo a falta - do contato com a cédula são motivos pra acentuar a sacralidade de seu conteúdo. A efetivação do "confirma", fazendo com que o voto do eleitor una-se a milhares de outros e, a partir daí, perca a sua especificidade e passe a fazer parte de uma nova composição que desconhecemos, reforça seu aspecto misterioso.[154]

Um objeto parece sagrado pela intensidade dos poderes que lhe são alusivos. A cédula, analisada objetivamente, não passa de uma folha de papel em que, a partir de uma relação de cargos, nomes e partidos, registramos a nossa opinião. No entanto, a intensidade de seus poderes está diretamente ligada à capacidade de provocar mudanças sociais que lhe é atribuída. Pelo alto grau de contagiosidade do sagrado existente no

---

[151] Émile DURKHEIM, op. cit.

[152] Ibid., p. 391.

[153] Ibid., p. 69.

[154] "Assim, a idéia de mistério nada tem de original. Ela não foi dada ao homem, foi o homem que a forjou com suas próprias mãos juntamente com a idéia contrária." Ibid., p. 59.

voto - que conta com as colaborações da mídia e com a aglomeração espontânea de eleitores, principalmente dos jovens, nas seções eleitorais - não fica difícil a difusão desses poderes.

O próprio Durkheim adverte para o fato de que "não basta que admiremos um objeto para que ele nos pareça sagrado, isto é, para que ele seja marcado com aquele caráter que faz com que qualquer contato com ele pareça sacrilégio ou profanação."[155] O voto, como uma das práticas inventadas pelo homem, forja a idéia do sagrado na composição de suas características, encarregando-se de identificar, com precisão, tudo o que lhe é imediatamente profano. No cenário eleitoral, sagrado e profano constituem dois mundos relativamente opostos e separados, que se sustentam mutuamente no reforço de suas próprias características.

Em dia de eleições, é possível compreender essa oposição por ser um dia especialmente diferente dos outros, em que as ações comuns, próprias da vida cotidiana, são canceladas; os trabalhos e as preocupações são interrompidos. O dia de eleições é um feriado capaz de provocar uma quebra na rotina diária, como nos explicaram Luzia, uma eleitora que não trabalha fora, e Márcio, que trabalha de dia e estuda à noite:

> "O feriado das eleições marca o Brasil inteiro. Então eu acho que o povo respeita mais porque o simples fato de votar...escolher uma pessoa pra governar... eu acho que respeita mais. Os outros feriados a gente nem respeita." (Luzia, 19 anos, 2ª série do 2º grau, não trabalha).

---

[155] Ibid., p. 121.

> "Acho próprio o feriado. Dá um tempo pro pessoal ir votar. Vota tranqüilo, não tem problema de você estar trabalhando e o patrão fica(r) enchendo o saco." (Marcos, 22 anos, 1ª série do 2º grau, auxiliar administrativo).

Diretamente oposto ao caráter sagrado do feriado das eleições, contrapõe-se o profano, sintetizado na figura do patrão, como nos explicou Marcos, sempre presente nos dias de trabalho. A pausa para a prática do ritual não seria, então, para as pessoas aproveitarem melhor a cerimônia. Seria, sim, "uma folga temporária," capaz de relacionar os eleitores com o sagrado e distanciá-los das questões vulgares, próprias do aspecto profano do cotidiano. A fala dessa eleitora que está prestes a concluir o 2º grau, pode ajudar a pensar essa folga:

> "Eu acho o feriado importante pra isso: o pessoal está refletindo o futuro do Brasil, do país. Eu acho o feriado importante pra isso e não pra gozar, aproveitar." (Valdete, 18 anos, 3ª série do 2º grau, não trabalha).

Seria como se o aspecto profano do trabalho e o aspecto sagrado do voto não pudessem existir ao mesmo tempo. Precisariam estar separados não pela estranheza de suas formas mas, pela falta de características comuns entre eles. No entender de Durkheim, "os seres sagrados são, por definição, seres separados. O que os caracteriza, é que, entre eles e os seres profanos, existe solução de continuidade. Normalmente, uns

são externos aos outros. Todo conjunto de ritos tem por objetivo efetivar esse estado de separação que é essencial."[156]

Um eleitor fez referência direta ao profano no dia eleitoral ao explicar que *"tem gente que bebe no dia, tem gente que nem pensa em nada."* Da generalização de suas palavras, podemos dizer que o eleitor alcoolizado, o drogado, o arruaceiro ou o intencionado em cometer agressões também fazem parte da cerimônia. Eles compõem o aspecto negativo do rito, que está diretamente relacionado ao positivo. Os policiais, os fiscais de partido, os presidentes de mesa e, de modo generalizado, a Justiça Eleitoral como um todo, cumprem a tarefa de deixar clara a necessidade desta separação.[157] Ao entrevistar um presidente de mesa, percebemos como se dá, para ele, essa distinção:

> "O presidente é a autoridade máxima dentro da sua seção (...) Fica na porta controlando a entrada, orientando. Os outros conferem a documentação. Ficam 4 na mesa. O presidente é encarregado de distribuir a cédula. É um coordenador da sua seção. Remanejar as pessoas. É preciso procurar ser flexível para manter um bom ambiente de trabalho, sem deixar de manter o rigor da responsabilidade do voto." (Greco, 46 anos, técnico-administrativo, presidente da seção eleitoral).

---

[156] Ibid., p. 363.

[157] "Todo culto apresenta duplo aspecto: um negativo, outro positivo. (...) as duas espécies de ritos que assim denominamos estão estreitamente associadas; veremos que um supõe o outro. Mas elas não deixam de ser diferentes e, ainda que seja apenas para compreender as suas relações, é necessário distingui-los. (...) propomos chamar de culto negativo o sistema formado por esses ritos particulares (...) eles limitam-se a proibir-lhes determinadas maneiras de agir; portanto assumem todos a forma de proibição, como se diz correntemente em etnografia, do tabu." Ibid., p. 364.

O papel do presidente da mesa nas seções eleitorais, além de coordenar a votação, é também o de reforçar materialmente os limites do sagrado. Por isso sua presença é essencial. É em sua figura que o eleitor visualiza, no plano imediato, as autoridades cívica e simbólica que envolvem a eleição. É ele que determina institucionalmente quem pode e quem não pode entrar na sala, quem responde ou não às exigências daquele cerimonial. O mesmo Greco esclareceu-nos que *"os fiscais não podem tomar atitude. Colocar em xeque sua autoridade. Eles têm que chegar ao presidente..."*

O sagrado, como aquele que o profano não deve tocar, fica, assim, proximamente resguardado pela autoridade evidente do presidente da mesa. A proibição do porte de armas ou do consumo de bebida desde a véspera - numa indicação de que as armas e o álcool fazem parte de um mundo profano que deve ser, o quanto antes possível, afastado do ambiente sagrado do ritual - são imediatamente reforçados. Esses inconvenientes, manifestos por exclusões, podem assumir inúmeras formas e apresentar-se de várias maneiras no cenário eleitoral. Eles constituem os chamados interditos ou proibições e têm a função de ratificar a incompatibilidade existente entre certas situações e estabelecer a separação entre outras, tidas como incompatíveis. [158]

Um outro componente simbólico de nosso ritual é a magia. Ela se encarrega de temperar o caráter secreto do ritual do voto, causando incerteza e dúvida no eleitor na hora de escolher, dada a responsabilidade da decisão.[159] Nos candidatos, provoca receio e inquietação, justamente porque o controle que eles têm sobre quem vota é limitado,

---

[158] Ibid., p. 364.

[159] Quando perguntamos a um eleitor quanto tempo ainda ficaria na escola: "Cheguei agora e já vou embora. Já votei. O voto é secreto, o pessoal vai fica perguntando." (Alain, 22 anos, cursa o pré-vestibular, auxiliar de escritório).

mesmo num país onde o comparecimento é obrigatório. Um eleitor reclamou do assédio dos candidatos: *"É nego dando tapa nas suas costas, pedindo coisa. Já saio esperando que ali na frente alguém me barra pedindo voto."* Cleide, uma jovem de 17 anos, usou a expressão *"barriga gelada"* para externar o medo que estava sentindo antes do primeiro voto. Esta outra, professora primária, foi mais categórica ao explicar sua indecisão:

> "Quando eu saí (de casa) eu estava na dúvida se era aquilo mesmo que eu queria, se valia a pena ...uma coisa que daria certo." (Luzimar, 21 anos, 3º série do 2º grau, professora de pré-escolar).

Eleitores e candidatos, protagonistas desse ritual, são igualmente acometidos pelos mesmos sentimentos de dúvida[160] e ansiedade[161] embora provocados por motivos opostos mas complementares. A dramaticidade da cena eleitoral é garantida pelo aspecto solene e cadenciado desses atores. Tudo é cuidadosamente sinalizado para identificar os personagens e assegurar o destino da cédula. Do lado de fora, o eleitor, o candidato, os fiscais de partido desempenham seus papéis, vestidos a caráter. Do lado de

---

[160] "Foi a primeira vez que eu votei, foi assim, legal, diferente. A fila estava enorme. Grande né! O pessoal tudo assim (...) meio preocupado. Muitos não tinha certeza em que deputado ia votar. (Francisco, 19 anos, 1º grau, servente)

[161] Sobre esta questão, Lévi-Strauss cita Radcliffe-Brown: "...a saber, na falta do rito e de crenças associadas, o indivíduo não experimenta a ansiedade: é que o rito, por seu efeito psicológico, cria um sentimento de insegurança e de perigo. É pouco verossímil que um insular de Andaman considerasse perigoso consumir carne de dugnong, de porco ou de tartaruga, se não tivesse um conjuntos de ritos especiais cuja a finalidade expressa é protegê-lo contra esses perigos." LÉVI-STRAUSS, Totemismo hoje, *Os pensadores*, p. 148.

dentro da sala, o próprio arranjo cenográfico encarrega-se de marcar a posição dos atores, hierarquicamente marcados em seus devidos lugares. A materialidade destes equipamentos técnicos é simbolicamente envolta pela sacralidade, pela magia, pelo mistério.

A homogeneização dos eleitores

Os ritos nascem e crescem irregularmente. São o resultado de atitudes rituais adotadas pelos próprios homens em direção a espécies animais e vegetais que lhes inspiram interesse espontâneo, no sentido que lhe atribui Lévi-Strauss. A prática do voto pelo eleitor jovem é representativa desse tipo de atitude? A periodicidade desse cerimonial, praticado e reavivado a cada nova eleição, pode ser tomada como uma evidência do caráter ritualístico do voto? O gosto de nossos eleitores pelo ato de votar sinaliza para o interesse e para a continuidade dessa prática ritual? A análise dos depoimentos dos iniciados pode nos ajudar a responder estas questões:

> "É uma coisa boa porque a gente nunca votou, né! É a melhor coisa que tem! (Mauro, 18 anos, 5ª série, serviços gerais).

> "Quando eu fui votar a primeira vez eu achei que era o máximo (...) Minha sensação era assim, saber que o meu voto vai contar ali, é um ponto a mais." (Elaine, 17 anos, 2º grau, digitadora).

> "Tava normal, até bom! Tô acostumada; já é a terceira vez que eu voto aqui." (Abadia, 20 anos, 2ª série do 2º grau, vendedora).

A novidade para Mauro torna-se "o máximo" para Elaine e uma rotina para Abadia. São atitudes inscritas no próprio rol das atitudes rituais periodicamente praticadas e reavivadas a cada nova votação. Um outro exemplo é a descrição da jornada eleitoral, utilizada em obras literárias e em reportagens políticas, que releva a dignidade e a sensatez do eleitor ao mesmo tempo que reforça a eficácia de votar.[162] Essa dignidade, essa sensatez e essa eficácia são características que ultrapassam o aspecto solene de uma eleição, concorrendo não apenas para que o eleitor valorize e se preocupe com sua escolha; fazem com que ele sinta a necessidade de obedecer à risca os passos desse ritual. Especificamente no caso do jovem, elas atuam como agente disciplinador. Por isso é que ele sente o medo, a ansiedade, "a barriga gelada", na hora de votar.

---

[162] Um exemplo são as descrições literárias, que já no início do século enfatizavam este aspecto solene: "De 8 horas à 6 horas da tarde, eles tomaram atitude do povo soberano. Com efeito, eles sonhavam de modo assaz grave, assaz solene, por fazer igualmente o orgulho de seu pai, de sua mãe, de sua esposa, de seus filhos e, mesmo de seus vizinhos (...)" George Ploch, 15000! La Foire, p. 31 - 32, apud Yves DÉLOYE, op. cit. p. 06.

Esta declaração, publicada em 1947, pode nos dar a noção do modo como este dever cívico que é votar foi compulsoriamente interiorizado pelos eleitores:

"-É necessário que todos se convençam de que votar é um dever cívico, uma obrigação que honra e dignifica os cidadãos e, por isso mesmo, deve ser encarada com a devida seriedade. Multa, penhora e prisão representam ótimo remédio para os que desrespeitarem a lei." (Afrânio Costa, presidente do Superior Tribunal Eleitoral do Distrito Federal; Jornal O repórter, Uberlândia, 08/02/1947

Esse disciplinamento faz com que o jovem participe da cerimônia conforme o esperado, garantindo a eficácia do voto. Alain Garrigou vai mais longe ao explicar a eleição como um processo em que "as normas de boa conduta e as significações foram inscritas na exterioridade dos códigos e na interioridade dos corpos. O alinhamento disciplinar tornou-se disciplinado, a ordem impôs uma virtude interiorizada, o eleitor selvagem foi enfim domesticado."[163]

O voto também pode ser considerado uma "liturgia da pacificação" e "um ritual inibidor de agressividade" por acentuar, metaforicamente, as características integradoras e unificadoras do sufrágio universal.[164] Um exemplo ilustrativo, colhido nas entrevistas, foi a definição do "*que é votar?*", em que a expressão "a gente" - que identifica o linguajar coloquial de nossos jovens e que, de certa forma, substitui o plural de modéstia "nós" - marcou a responsabilidade do eleitor individual com o coletivo:

---

[163] Alain GARRIGOU, *Le vote et la vertu*, p.19.

[164] Frédéric BON, op. cit., p. 179.

> "É um aspecto de vida que *a gente* tem como mudar, entendeu? *A gente* pode mudar o país votando. *A gente* se elege alguém. É um negócio legal pra caramba!" (Luismara, 17 anos, 1ª série do 2º grau, não trabalha).

> "É um decisão que *a gente* tem que tomar pra ver se vai dar certo. Eu tenho a esperança que um dia vai melhorar." (Arlene, 19 anos, cursa o pré-vestibular, costureira).

> "Escolher uma melhora pro nosso país, *a gente* procura colocar uma pessoa que pode fazer alguma coisa *pra gente*." (Flávia, 20 anos, não estuda, doméstica e vendedora).

Essas características "louváveis" que tão rapidamente foram apreendidas por esses iniciados, a ponto de se tornar parte de seus depoimentos, e que inflamam o ambiente eleitoral, supostamente levando o eleitor individual a preterir seus próprios interesses a favor da comunidade, não tiveram origem neste século. São o resultado, entre outras coisas, da forte influência dos guias eleitorais católicos, que se encarregaram de fazer a ponte entre o voto e o ritual religioso, "instituindo a continuidade entre o comportamento eleitoral aqui em baixo e o julgamento final que Deus fará sobre as vozes dos fiéis." [165] O dever eleitoral já foi assim proclamado:

---

[165] Yves DÉLOYE, op. cit. p. 06.

> "Os votos que vós lançais na urna, apurados uma primeira vez na terra, colocar-se-ão uma segunda vez para o julgamento que acompanhará a morte."[166]

Para acentuar essa coincidência, as eleições em nosso país muitas vezes acontecem aos domingos, dia também dedicado à religião. A articulação entre os deveres cívico e religioso dá-se de modo direto. Os dois "se inscrevem em uma mesma seqüência temporal, no interior de uma única ordem que marca a preeminência do sagrado sobre o profano: vota-se depois da missa, raramente antes."[167] O caráter histórico desta articulação, no entanto, pode ser explicado pela própria maneira como o ato de votar se fez presente no espaço religioso. Em Portugal, no século passado, as pessoas votavam dentro das igrejas. A mesa de votação ficava na parte central e os eleitores colocavam a cédula em uma urna, depois de se ajoelharem e terem rezado uma prece.[168] Neste final de século, para sermos mais precisos, nas eleições presidenciais de 1996, a tradição ainda permanece naquele país. O diálogo narrado entre uma pesquisadora brasileira[169] e um policial português nas ruas de Lisboa, pode nos dar a dimensão desta preeminência:

> "(...) então eu perguntei ao guarda:
> - Onde se vota aqui?

---

[166] Ibid., p. 06. Descrição também enfática seria feita por Bertam, em 1882: "Sobretudo e antes de tudo é preciso inspirar na criança um respeito quase religioso por este grande ato do voto que, até hoje, é por tantas pessoas tratado tão levianamente." apud Yves DÉLOYE, op. cit. p. 04.

[167] Frédéric BON, op. cit. p. 178.

[168] Olivier IHL, *Le vote*, p.15

[169] A pesquisadora, em questão, é nossa orientadora, a profa. Dra. Letícia Bicalho CANÊDO.

> Ele olhou pra mim como se eu fosse retardada e disse:
> – Em qualquer escola, em qualquer freguesia.
> Aí eu perguntei:
> – Onde estão as escolas, onde estão as freguesias que eu não estou vendo ninguém andando na rua pra votar? O povo aqui parece que não gosta de votar?
> – O povo aqui gosta de votar sim senhora! A senhora não viu a hora?
> – Que horas são?
> – São quase 11:00 horas, ele disse.
> – E que tem uma coisa a ver com a outra?
> – Primeiro se vai à missa; depois da missa vai votar; depois vai pra casa e vai almoçar (...)."

A referência religiosa é importante para explicar o nascimento de um verdadeiro código eleitoral que, ao celebrar o princípio da opinião pessoal, delineia uma nova ordem política.[170] Em nossos dias, essa referência ainda encontra respaldo em reedições que elegem o sufrágio universal como o sacramento capaz de agregar cada homem à comunidade, em um cenário em que as urnas são tabernáculos, o isolamento do eleitor é um confessionário e a mesa eleitoral é uma mesa de comunhão.[171]

Toda essa discussão, historicamente distante de nosso jovem, ainda que reveladora dos aspectos integrador e unificador do voto, perceptíveis em seu ritual,

---

[170] Olivier IHL, op. cit., p.15.

[171] Jean Bastaire, Civisme mode d'emploi. Paris. Desclée de Bruwer, 1995, p. 19 - 21, In: Yves DÉLOYE, op. cit. p. 04. Veja também Paul BECOT, Conflitualité sociale et geste électorale. *Revue Française de Science Politique*, Paris, PFNSP, v. 43, n. 1, Fevrier, 1993, p. 124.

aponta para outra questão de proporções bem mais amplas: a homogeneização do eleitor. Alguns depoimentos nos ajudaram a compreender o desenrolar desse processo:

> "(...) Uma vez que a gente estava na fila e os deputados, vereadores vieram cumprimentar a gente; não pedindo voto, cumprimentar, conversar com a gente." (Valério, 18 anos, 1º grau, faz serviço militar)

> "Eu vi o prefeito com o carro dele de passeio. O prefeito tava acompanhado de outros homens que ele costumava andar e eles foram passando com o carro dele de passeio." (Nadson, 18 anos, 1º grau, não trabalha).[172]

É que a cerimônia eleitoral, por seu apelo simbólico, consegue colocar lado a lado pessoas que nada têm em comum, aproximando-as fisicamente e por determinados interesses, amortecendo as diferenças pessoais e neutralizando as desigualdades sociais. Por isso é que ficou gravado na memória de Valério a presença e a atenção dos parlamentares que se dirigiram a ele. O carro de passeio do prefeito não foi uma afronta para Nadson, que aos 18 anos, ainda não havia concluído o primeiro grau. Foi um orgulho que ele fez questão de repetir duas vezes em seu depoimento.

Em cidades como Uberlândia, por exemplo, pudemos testemunhar o milionário, sócio majoritário de uma multinacional, votando junto com pessoas comuns como nós, professores, assalariados, donas de casa, já que todos estávamos inscritos no mesmo

[172] Esse eleitor votou em Caxias, no Estado de Alagoas.

cartório eleitoral. Pudemos ver vários candidatos e políticos já eleitos à procura de seus eleitores.

Experiências como essas, em uma sociedade hierarquicamente ordenada como a brasileira, são capazes de evidenciar, ainda que num intervalo determinado como o dia eleitoral, a igualdade natural que existe entre os votantes. São todos seres humanos que, embora tenham convivência social praticamente impossível, aguardam sua vez em uma mesma fila, para se manifestarem, em votos que têm valores exatamente iguais. No ritual do voto, a homogeneização dos eleitores é o destaque para enfatizar que, ali, todos são iguais. O destaque faz com que certos aspectos da realidade tornem-se mais evidentes que outros, possibilitando que "as coisas do mundo" assumam um outro sentido, diferente do habitual. O mundo do ritual pode, então, ser pensado como "o mundo do efetivamente arbitrário e do puramente ideológico."[173]

A homogeneização, que se dá no âmbito das diferenças pessoais, traz em seu verso a sacralização do individualismo. Se na fila de espera todos são iguais, na hora de votar, cada um deles é único, diferente, exclusivo. Cada cédula é representativa somente de um eleitor, que nela materializa sua individualidade. O voto é a manifestação da opinião de cada eleitor individual dirigida por uma motivação comum: o compromisso cívico com a nação. É esse compromisso que vai dar consistência unívoca à nacionalidade brasileira, ainda que, na prática, ela comporte inúmeras interpretações. Ali, naquele momento, é preciso que cada eleitor incorpore o sentimento cívico de que seu voto é necessário e indispensável. É esse envolvimento cívico do indivíduo que torna possível a idéia de nação. É ele também que dá legitimidade ao poder de Estado em sua autonomia, independência e soberania.

---

[173] Roberto DA MATTA, *Carnavais, malandros e heróis, p.60.*

Na hora de votar, a idéia do Estado único e soberano é reavivada pela participação de cada um desses jovens. Neste momento, o que está em pauta é, justamente, essa indivisibilidade do Estado que precisa ser legitimada por cada um deles que, embora individualizados, aguardam juntos sua vez na fila, obedecendo a uma mesma lei eleitoral. O voto transforma-se, ali, no "principal rito de integração nacional," como analisa Déloye. Legitima o poder estatal, além de reforçar a ligação do indivíduo à sociedade e ao Estado. Melhor dizendo, o voto é o elemento capaz de referenciar a indivisibilidade da soberania nacional, por sua capacidade de reunir, em um mesmo espaço e tempo, seus diferentes representantes. Esses dois eleitores experimentaram essa indivisibilidade do contato direto com o poder, materializado pela autoridade do prefeito e a "rigidez" do Exército:

> "(...) o Batalhão do Exército, 16º Batalhão de artilharia motorizada de Pernambuco estava lá presente (...) Foi bom, bem rígido mesmo." (Nadson, 18 anos, 1º grau, não trabalha).

> "(...) eu encontrei foi o prefeito Ferola." (lembrança que a eleitora tem do dia da eleição, 6 meses depois). (Rejane, 19 anos, 2º grau, dona de casa).

Essa capacidade do ritual do voto de agrupar em um mesmo momento e lugar eleitores muito diferentes entre si não deve ser analisada somente pelo aspecto político. Por nossa experiência de pesquisa, vimos a possibilidade de analisá-lo também como um Rito de Agregação, no sentido que lhe conferiu Van Gennep, justamente por reunir eleitores, familiares e, até mesmo, pessoas de um relacionamento nem tão político e, às vezes, nem tão próximo, em torno de um mesmo objetivo:

> "Conversei com meus colegas, com minha família. Eu tentei me informar bastante nessa primeira vez, eleição que eu estou tendo agora. Me informei bastante com as pessoas que eu vivo, que eu convivo. Colegas de sala de aula, meu pai que trabalha em firma grande. A gente discute o que é melhor pra votar (...)" (Cristiane, 18 anos, 1ª série do 2º grau, desempregada).

> "Apesar de dar aquela discussão, a gente sempre conversa. A gente teve o mesmo ideal mais teve um ou dois candidatos que foram diferentes (...) Devido, com o diálogo dentro da família, a gente acompanhando o trabalhos dos candidatos, os antepassados, conversando com outras pessoas, às vezes até mais velho, com mais experiência." (Marcelo, 21 anos, 1ª série do 2º grau, operador de máquina).

Voltamos, então, ao ponto de partida deste item: os ritos são criados e praticados em resposta às necessidades e aos interesses dos homens. Por isso mesmo que a jovem, independente do gosto que demonstrou por essa cerimônia cívica, da inexperiência nessa prática, ou, até mesmo, da hesitação em relação a sua eficácia, procurou se informar e discutir "*o que é melhor pra votar.*"

As atitudes de nossos iniciados, expostas aqui, respondem a algumas das muitas finalidades do ritual do voto.[174] A disciplina que obriga os eleitores a seguir

---

[174] Segundo Durkheim, são muitas as finalidades de um ritual, assim como vários rituais podem responder a uma mesma finalidade. Émile DURKHEIM, op. cit, p. 460.

rigorosamente determinados passos e a agregação, que converge familiares e amigos para um mesmo objetivo, também fazem parte dessa resposta. A mais instigante de todas é, sem dúvida, a homogeneização que, através do envolvimento cívico, evidencia a individualidade de cada eleitor ao mesmo tempo que reforça a unidade da nação e o poder de Estado. Ela é representativa desse *"mesmo ideal,"* de que nos falou Marcelo, por estar muito acima da escolha individual de cada jovem.

Se pensamos os ritos como "meios pelos quais o grupo se afirma periodicamente", precisamos ser perspicazes o suficiente para, ao analisarmos as finalidades do ritual do voto, estender nosso olhar para além de seus significados aparentes e imediatos pois eles podem se tornar uma armadilha que captura fácil os desavisados e traduz as eleições unicamente como uma pacífica cerimônia de confraternização.

O ritual do voto e a atualização do poder

A proposta deste capítulo foi analisar a prática do voto a partir da teorização dos rituais, procurando apreender os pontos coincidentes entre eles. Os elementos básicos que caracterizam e identificam este tipo de cerimônia foram discutidos aqui, com a preocupação constante de apresentá-los sob a perspectiva de nosso investigado: o eleitor jovem. O questionamento central que alinhavou a discussão foi o da própria exclusividade com que nosso eleitor é capaz de apreender o rigor cívico que esta cerimônia requer. Numa tentativa de concluir, apontaremos para algumas questões ainda

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

não analisadas, e arriscaremos o fechamento teórico do texto, certos de que, pela riqueza de detalhes do ritual do voto, a discussão está longe de se esgotar.

Votar pode ser definido como "um rito social," como observou Frédéric Bon, o que não necessariamente traduz a freqüência às urnas como uma demonstração de conformismo. Compreendemos essa definição sem constrangimentos: o deslocamento dos eleitores para uma mesma seção eleitoral, a concentração em torno de um objetivo comum, a ansiedade provocada, entre outras coisas, pela passagem do jovem para a condição de eleitor são justificativas mais do que suficientes para essa afirmação. Isso acontece porque, pela própria complexidade do voto, torna-se impossível delimitar com precisão suas fronteiras teóricas.

O mesmo eleitor iniciante, que treme ao entrar na sala de votação, é também aquele que discute com a família o destino que vai dar a seu voto, que incorpora a condição cidadã na hora de votar, que vê a escola no dia de eleições como um espaço para encontrar e fazer amigos. Isto é possível porque no mundo do ritual tudo está relacionado[175]. Em outras palavras, para se compreender um ritual é preciso situá-lo no contexto da própria realidade na qual ele se insere, ou, no caso de nossos jovens eleitores, interpretar as inúmeras leituras que eles são capazes de fazer dessa cerimônia.[176]

Numa abordagem mais generalizante dos ritos, Roberto Da Matta explica que as sociedades ocidentais têm "uma história onde os vários sistemas têm colocado através dos tempos as possibilidades de se ter códigos múltiplos em convivência equilibrada ou de se ter apenas um código de um grupo que é dominante e o contaminador de todo o

---

[175] Roberto DA MATTA, op. cit., 58.

[176] Ibid., p. 58.

sistema."[177] Essa poderia ser a nossa tradução teórica para a compreensão histórica dos vários códigos que habitam o ritual do voto e que permite analisá-lo sob vários olhares.

Uma outra questão de caráter histórico que merece reconhecimento diz respeito às relações entre o poder político e o sagrado. A introdução do sufrágio universal na vida política é uma dinâmica que faz parte do movimento de desencantamento do mundo, teorizado por Max Weber. Em que medida, então, o poder político poderia manter os efeitos desta laicização sem se desfazer dos traços do sagrado?[178] A resposta pode estar em Durkheim, para quem é possível religiões sem divindades e ritos totalmente independentes da idéia de Deus ou de um ser espiritual.[179] A cédula eleitoral, pensamos, é o objeto que, desde a sua institucionalização, foi ensinado e aprendido como representativo dos poderes do eleitor.

Em nossas pesquisas, percebemos que o poder do voto ainda cumpre o seu papel.[180] Práticas como a reverência diante da urna ou mesmo o tremor frente a uma máquina de votar, a assinatura da lista eleitoral, o comprovante de votação anexado ao título fazem parte do modo específico como este poder é utilizado no ritual do voto para se exprimir e se estabelecer. Melhor explicado, compõem o "estilo"[181] através do qual ele é atualizado e legitimado. É um estilo específico, preparado e destinado exclusivamente

---

177 Ibid., p. 59.

178 A pergunta é feita por: Frédéric BON, op. cit. p. 178.

179 Émile DURKHEIM, op. cit. p. 67.

180 Um exemplo é a citação já registrada no capítulo A especificidade do voto, em que um de nossos entrevistados exclamou: *"...exercer o poder do voto, a cidadania..."* (Luiz, 18 anos, estudante). Outro é a citação anônima francesa, de 1877, registrada no capítulo Sociabilidade do voto.

181 "(...) deve-se separar a mecânica crua e nua do poder (...) de seu estilo: o modo pelo qual o poder é atualizado e legitimado." Roberto DA MATTA, *Explorações: ensaios de Sociologia interpretativa*, p. 22.

para esta cerimônia e que deve ser inteiramente separado da chamada "mecânica crua e nua do poder (que dizem é igual em toda parte)."[182]

Numa perspectiva mais ampla, o que necessariamente inclui a atuação do jovem investigado nos limites da periferia de Uberlândia, podemos afirmar que a vida política brasileira possui "um jogo complexo de representações, um teatro de poder."[183] O ritual do voto, como o resultado de vários arranjos e re-arranjos cuidadosamente planejados para assegurar à cerimônia este caráter ritualizante, é uma das peças deste jogo que tem o seu estilo aprimorado a cada nova eleição, garantindo que sua representação vá muito além da possibilidade de escolha dos votantes.

---

[182] Ibid., p. 22.

[183] Ibid., p. 28.

A sociabilidade do voto

Ao incluir nesta tese um capítulo dedicado à "sociabilidade do voto," o que mais nos impulsionou foi o impacto que sentimos ao chegar às seções eleitorais, durante o primeiro turno das Eleições Gerais de 1994. Vários cargos políticos estavam sendo disputados, mas a escolha presidencial é que dava o tom a toda aquela movimentação: um espetáculo de cores, faixas, bandeiras e jovens - muitos jovens e movimentados eleitores - personagens de um cenário animado tanto pela expectativa de vivenciar a situação inteiramente inédita de votar pela primeira vez, como pela esperança de uma vida melhor, limitada a uma cédula eleitoral.

O aparato pomposo que, até então, preenchia a idéia preconcebida de uma eleição, naquele momento dividiu espaço com o entusiasmo, a descontração e a liberdade que aqueles jovens imprimiam àquela realidade. As imagens mostravam-se inteiramente novas aos nossos olhos; não que fosse a primeira vez que elas estivessem ali, mas porque era a primeira vez que as estávamos "enxergando".

Logo naquele primeiro impacto, despertamos para os possíveis significados que aquela situação poderia ter para o jovem eleitor. Ir votar, permanecer no local onde se vota ou em seus arredores, encontrar com pessoas conhecidas na sala de votação, vivenciar o dia eleitoral como quem vivencia uma reunião social podem ser um dos mecanismos capazes de sustentar e conservar uma série de relações ou de gerar novos relacionamentos, independente de todo o caráter político, inerente ao próprio ato de

votar. Começamos, ali, a desvendar um "detalhe " totalmente novo do cenário eleitoral, de que, ainda, não havíamos dado conta.

Percebemos que votar, a despeito de sua caracterização eminentemente política, é uma ação que consegue aglutinar em torno de si uma densa rede de relações sociais, possibilitando que, no dia das eleições, as seções eleitorais transformem-se em espaços propícios ao desenrolar de inúmeras situações de sociabilidade. Tais situações acontecem atreladas ao lugar do voto, isto é, dão-se nas escolas pesquisadas da periferia e em seus arredores. Esses espaços são apropriados pelos jovens, que lhes conferem características próprias, independente daquelas normalmente conhecidas pela sociedade.[184]

Ao buscar o significado dessas situações, algumas questões priorizaram a análise:

- Como nossos pesquisados vivenciam as esferas política e social contidas no ato de votar?

- De que maneira o caráter político do voto insere-se em meio ao dinamismo desse ambiente aparentemente festivo?

- As relações sociais, ali experimentadas, confrontam-se com a expressão política desses jovens eleitores?

Apreender o entrelaçar das malhas dessa rede de sociabilidade tão específica, que se efetiva no interior das seções eleitorais, foi uma de nossas preocupações durante todo

---

184 Ao analisar a sociabilidade na periferia, Chaui explica: "(...) a população da periferia cria um espaço próprio no qual os símbolos, as normas, os valores, as experiências, as vivências, permitem reconhecer as pessoas, estabelecer laços de convivências e de solidariedade, recriar uma identidade que não depende daquela produzida pela sociedade mais ampla." Marilena CHAUI, *Conformismo e resistência*, p. 70.

o trabalho de campo. Seria preciso conferir objetividade aos diferentes tipos de relacionamentos experimentados para compreender o modo como nossos investigados lidavam com essa questão.

A observação etnográfica inspirou-nos confiança, já que, para desvendar o modo como se teciam tais relações, seria preciso o conhecimento dos componentes essenciais da vida daqueles jovens. Pelo crivo da etnografia, poderíamos evidenciar as múltiplas esferas daquele espaço eleitoral: a política, a economia, o parentesco, as instituições e os símbolos, como partes de uma realidade específica e demograficamente limitada[185], o que permitiria estabelecer comparações entre as diferentes maneira com que o eleitor pesquisado se inseria naquele contexto.

Neste capítulo, tentaremos apreender o modo como o voto é particularmente reapropriado pelo eleitor jovem; como a atividade social e a política podem se entremear, conferindo novas dimensões ao ambiente eleitoral.

---

[185] Sobre a importância da etnografia, veja: Marcs ABÉLÈS, *Le Jours tranquilles en 89, Ethnologie politique d'un département français,* p.337.

Votar é uma festa !

"Votar é uma atividade capaz de reunir em um lugar público um grande número de indivíduos, em um momento determinado."[186] Esta afirmação, aparentemente óbvia, reforçou uma das mais curiosas constatações desta pesquisa: o grande número de pessoas nas seções eleitorais. Ainda que tenhamos escolhido trabalhar na periferia, principalmente porque nos bairros mais afastados do centro certamente encontraríamos uma quantidade bem mais significativa de eleitores do que nos bairros centrais, o número de jovens que ali permanecem supera a nossa expectativa. A intensa movimentação, devido até mesmo a essa maior densidade populacional, faz com que encontremos facilmente os lugares onde faremos o trabalho de campo.

Nesses bairros, para nós pesquisadoras, relativamente desconhecidos, o grande movimento em uma mesma direção encarrega-se de indicar o caminho a seguir. As escolas públicas, transformadas em locais de votação, guardam semelhanças na aparência. Todas elas agregavam em torno de si um grande número de pessoas, com os mais diferentes interesses. Se, durante todo o ano, elas estão voltadas para o ensino coletivo, no dia das eleições, amontoam seu arsenal escolar nos cantos das salas de aula, equilibrando mesas e cadeiras umas sobre as outras. O centro, reservado para a mais importante atividade do dia, é ocupado pelo político, materializado no seu mais significativo equipamento eleitoral: a urna e a cabine de votação. Em frente à porta de

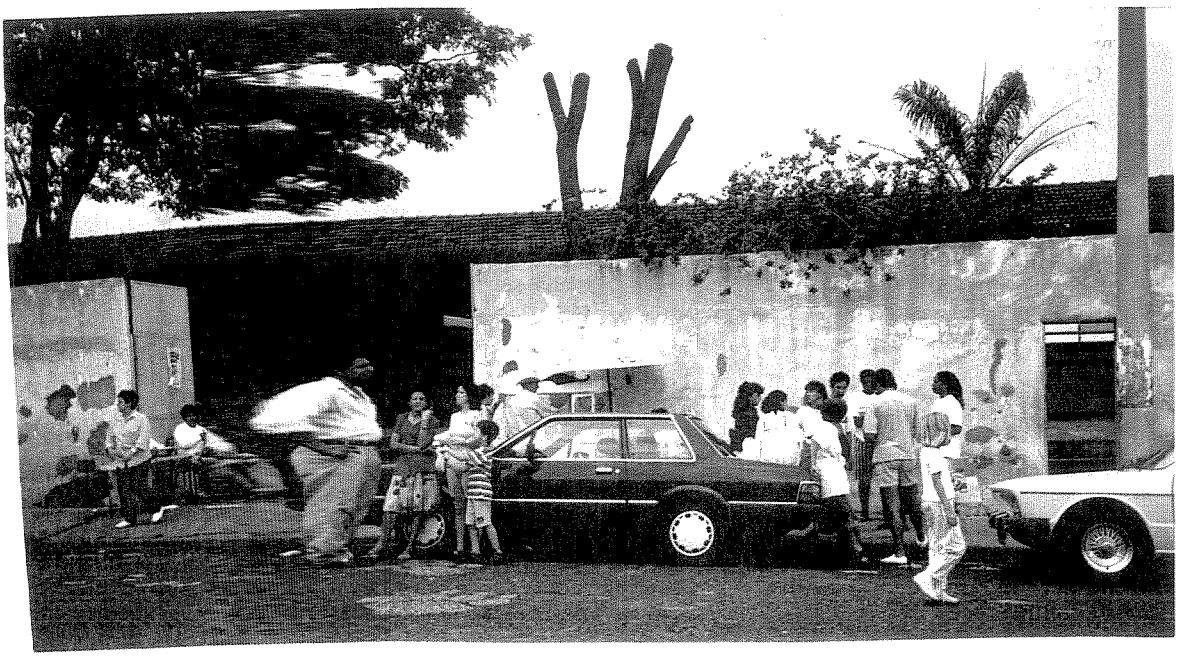
---

[186] Phillippe BRAUD, Le *Jardin des délices democratique*, p. 177.

entrada, uma fileira com quatro ou cinco carteiras justapostas, funciona como o próprio escritório da eleição, acomodando os mesários, o presidente da mesa, além dos documentos necessários para regulamentar legalmente a participação dos votantes: a listagem dos eleitores, as cédulas, os formulários para preenchimento das atas, os envelopes da Justiça Eleitoral...

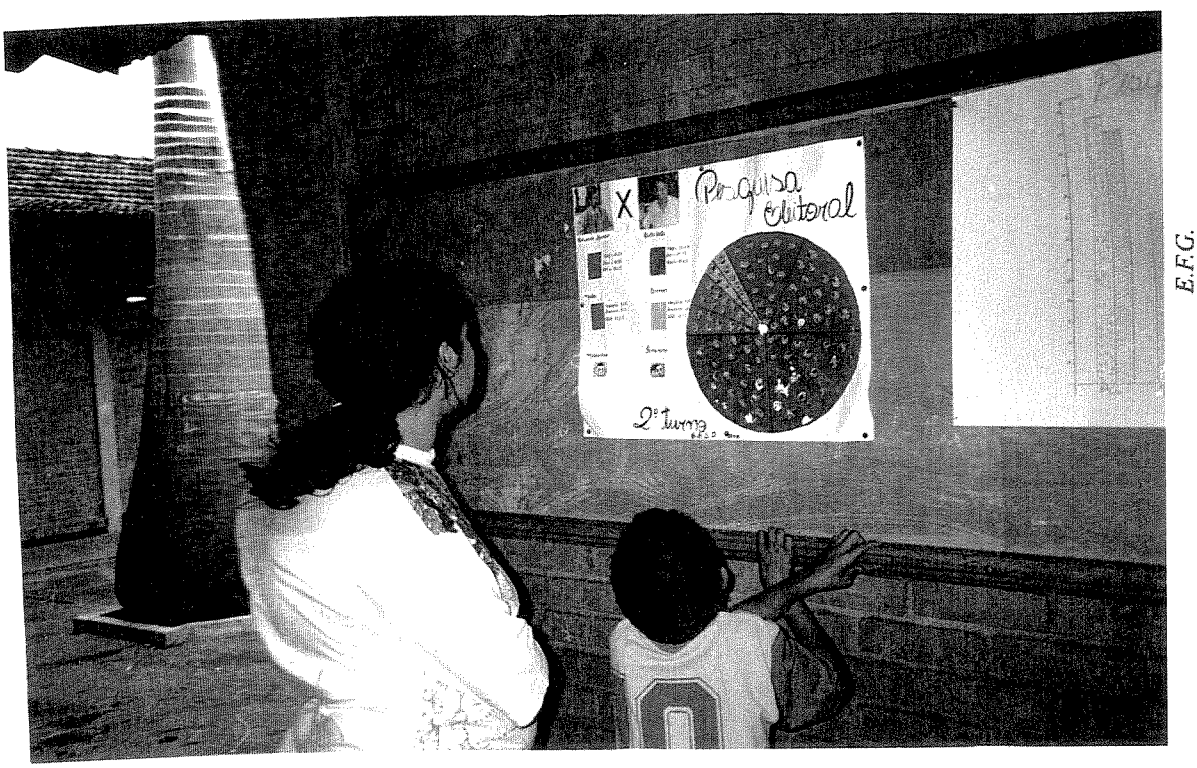
Em uma dessas escolas, retratada no 2º turno das Eleições Gerais de 1994, já no portão de entrada, os sinais aparentes são de festa: o carrinho de pipoca, o sorveteiro, a vendedora de salgados sentada junto ao portão, o menino das "laranjinhas". Em pequenos grupos as pessoas conversam sem preocupação. Alguns encostados nos muros das casas, outros sentados no meio-fio. Um ou outro carro estacionado é o apoio perfeito para se manter o corpo relaxado e o assunto em dia (Foto 17). A impressão que se tem é a de que ali, naquele ponto, irá acontecer um grande evento: um jogo de futebol, um encontro de religiosos, uma rua de recreio. Todo esse painel vem alegremente enfeitado pelas camisetas novas, com os nomes dos candidatos e as cores dos partidos, usadas pelos cabos eleitorais que fazem boca de urna. O carro da polícia, sempre perto do portão. Até os policiais mantêm atitude relaxada: não conversam apenas entre si mas também com os eleitores. No chão, panfletos e "santinhos"; no ar, as faixas esticadas nos postes completam a moldura do ambiente.

Em seu interior, percebemos que o corredor central é ocupado com trabalhos de pesquisa, feito pelos alunos, mapeando a preferência do eleitor mineiro (Foto 18). Os gráficos, com as porcentagens de cada candidato, chamam a atenção dos que passam. O voto, como aprendizado escolar e como prática política, acontece em um mesmo espaço. Muitos param para conferir.



E.F.G.

Foto 17 A festa do voto.
2º Turno 1994



E.F.G.

Foto 18 O aprendizado e a prática política do voto acontecem na escola.
2º Turno 1994

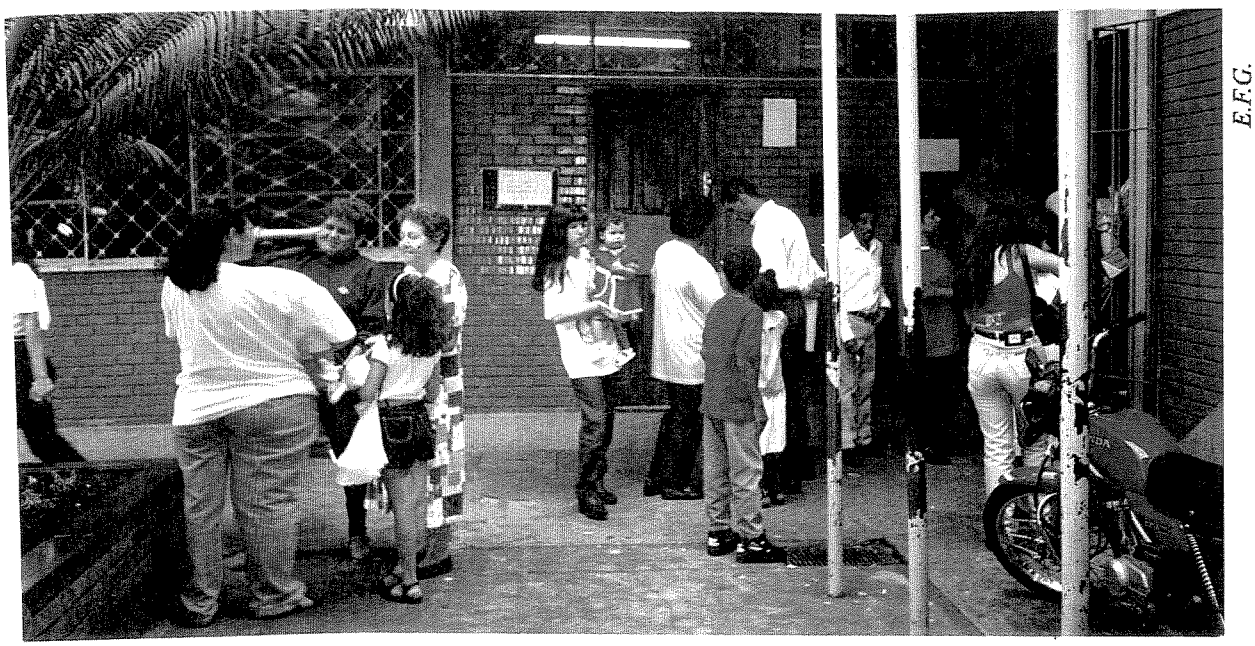
Em uma outra seção, observada, no 1º turno das eleições municipais de 1996, o cenário é semelhante: ilustrações na parede se misturam à fila dos votantes, que não exclui as crianças acompanhando seus pais - um sinal de que votar é uma ação que pode ser aprendida desde a infância; na parede, o cartaz que ensina ao eleitor o voto eletrônico faz pano de fundo para essa aprendizagem (Foto 19). No pátio, um bebê no colo da mãe, um encontro de amigas e uma reunião supostamente familiar misturam-se ao ato cívico do voto. Será que estamos mesmo investigando um acontecimento político? Percebemos de modo concreto, que o lugar da escola e o lugar da eleição se justapõem em equipamentos distintos (Foto 20). Como imaginar que, justamente ali, naquele ambiente tão caracteristicamente social, está se desenvolvendo uma das mais importantes decisões deste país?

O impacto dessa primeira impressão, de certa forma, colocou-nos frente a concepções conflitantes, tradicionais e recentes sobre o nosso processo eleitoral. De um lado, a idéia, já cristalizada pelo senso comum, de que a eleição, como um ato cívico, cerimonioso, em que as pessoas vão imbuídas da responsabilidade de escolher seus representantes políticos, reclama consternação e seriedade dos votantes. De outro, a visualização de um ambiente totalmente descontraído, festivo mesmo, em que a escola, sede deste cerimonial, é reapropriada pelos eleitores que lhe conferem um caráter totalmente diverso daquele que lhe é atribuído pela Justiça Eleitoral ou pela Secretaria da Educação. Essa sobreposição de conceitos fez-nos refletir sobre os possíveis significados daquela situação para o eleitor iniciado, para quem votar, até aquele momento, era uma atividade particularmente inédita.

E.F.G.

Foto 19 As crianças na fila acompanham os pais: votar é uma ação que pode ser aprendida na infância.

1º Turno 1996



E.F.G.

Foto 20 A vida social e familiar se misturam ao ato político de votar.

1º Turno 1996

À primeira vista, não nos interessou a leitura estritamente política que esses jovens poderiam estar fazendo da eleição. Interessou-nos, sim, naquele momento, saber como aquela realidade flamejante, ainda que de caráter originalmente político, movimentava-se diante de nossos olhos. Imediatamente, uma infinidade de perguntas foram se formando à nossa frente. Independente de toda a caracterização que pretendíamos conferir à nossa pesquisa, seria impossível passar despercebido por aquele contexto, tão intensa era a identificação desses jovens com aquela situação. Eles sentiam-se perfeitamente à vontade naquele espaço eminentemente cívico, conferindo-lhe tal familiaridade que, sem dúvida alguma, contrastava com o rigor reclamado por aquela situação.

Etnografia à parte, essa surpresa inicial, além de ter mantido abertos nossos "olhos de estrangeiros" em direção àquele cenário, instigou nossa atenção para a necessidade de compreender qual seria a interpretação do sujeito pesquisado. Como qualquer outro eleitor, tecnicamente, sua participação estava em pé de igualdade com a dos demais votantes, uma vez que o valor dos votos é o mesmo. Como o objeto desta pesquisa, no entanto, nossa curiosidade se voltava para a especificidade com que ele traduzia aquela situação. De que maneira ele fora inserido naquele contexto? Qual a valoração que ele, como agente principal daquela cena política, conferia não apenas a seu voto mas àquela totalidade?

O desafio inerente a esses questionamentos, de certa maneira, está incorporado à indagação fundamental que movimenta esta análise e que busca compreender o voto desses jovens, em toda sua especificidade, independente da garantia dos direitos políticos assegurados pela Constituição, do conhecimento teorizado pela Ciência Política ou mesmo, e, principalmente, das idealizações seculares, já consagradas pelo senso comum,

capazes de conferir poderes imensuráveis ao ato de votar, como é o caso desta exaltação de 1889: *"Que vosso voto salve, enfim, a pátria!"*[187]

O lugar do voto

Acreditamos que a maneira mais objetiva e segura de responder a essas questões encontra-se, sem sombra de dúvida, no comportamento dos pesquisados. Esses jovens, tão familiarizados com o cenário eleitoral, figuras constantes em nossa observações, na maioria das vezes eram - ou já tinham sido - alunos da mesma escola em que estavam votando. Quando lhes perguntamos "- *Qual é a diferença entre a escola nos dias normais de aula e no dia de eleições,?*" as respostas foram as mais diferentes possíveis. Fizeram avaliações de todos os tipos: desde a superficialidade da aparência externa e da "sujeira" causada pelos planfletos até a diversidade de intenções dos novos freqüentadores:

> "Parece que fica mais cheio. Muda. Muita gente vem decidida a escolher alguma coisa certa." (Hélio, 19 anos, 8ª série, tipógrafo).

> "A diferença é que hoje vêm as pessoas obrigado. Os alunos vêm pra aprender alguma coisa. Hoje é diferente. Tem pessoas, mas é com outras intuição, outras atitudes." (Márcia, 20 anos, universitária, professora primária).

[187] Apud Olivier IHL, L'urne électorale, p. 58.

Morando próximo a uma das escolas pesquisadas, a professora primária, Márcia, explicou, em linguagem nada acadêmica, a caracterização dessa diferença assentada na própria obrigatoriedade do voto. Para ela, "aprender", que é o objetivo primeiro da escola - e que não é uma obrigação - é que distingue e diferencia a atitude de votar daquele dia. Já o tipógrafo Hélio, otimista, fez prevalecer as características políticas do dia e vislumbrou, na escola, o lugar para uma escolha acertada.

Cada um dos entrevistados destacou no lugar do voto características visíveis de uma eleição, porém, contornadas por uma visão de mundo particular, relacionadas às suas experiências de vida. Marisa, eleitora de primeiro voto, que trabalha de babá, percebeu um tipo específico de movimento que, para ela, ainda se mostrava inédito.

> "Há diferença, fica diferente. É um lugar assim... o pessoal entra, sai... A escola não fica parecendo que é escola." (Marisa, 18 anos, 7ª série, babá).

A transformação da escola em seção eleitoral é aceita pelo eleitor sem muita resistência, ainda que, em alguns casos, ele não saiba precisar o que está acontecendo. Na verdade, o que existe é uma mudança que precisa ser assimilada instantaneamente: uma metamorfose que, acreditamos, se inscreve no que Michel de Certeau denominou de "renovação"[188] urbana, em que inúmeros elementos são exibidos em uma mesma superfície, sob a forma de extratos imbricados. O lugar - neste caso específico, a escola - é definido como um palimpsesto, o que torna as pessoas capazes de reconhecer o que se apresenta em sua superfície - seu texto final - ainda que ele abrigue inúmeros "lugares

[188] Michel de CERTEAU, *A invenção do cotidiano*, p. 309.

opacos e teimosos" em seu interior. Aparecida, uma eleitora que estava prestes a concluir o 2º grau, soube explicar com clareza como se dá essa transformação:

> "A diferença é que não tem os professores, não está tendo aula. Aqui está sendo ocupado pela Justiça. Por exemplo: hoje não tem alunos, tem eleitores." (Aparecida, 21 anos, 3ª série do 2º grau, vendedora).

A compreensão dessa metamorfose precisa ser interiorizada pelos próprios eleitores para se efetivar. No dia de votação, as exigências da eleição se sobrepõem às da escola (Foto 21). Naquele momento, são entidades diversas que caracterizam diferentemente a divisão de um mesmo lugar sem se confrontarem. Como num palimpsesto, ocorre uma sobreposição de identidades ou "empilhamentos de camadas heterogêneas"[189], em que uma não invalida a outra.

Dois momentos marcantes podem nos ajudar a entender o que realmente acontece: um deles, revelado em uma foto que mostra a última lição de casa, esquecida na lousa, transformar-se em pano de fundo para os trabalhos eleitorais (Foto 22); o outro, diante da surpresa e indignação de um mesário, ao responder a uma senhora que, agoniada, entrou perguntando pela secretária da escola:

> "Hoje a escola não funciona, não tem nenhum funcionário aqui!"[190]

---

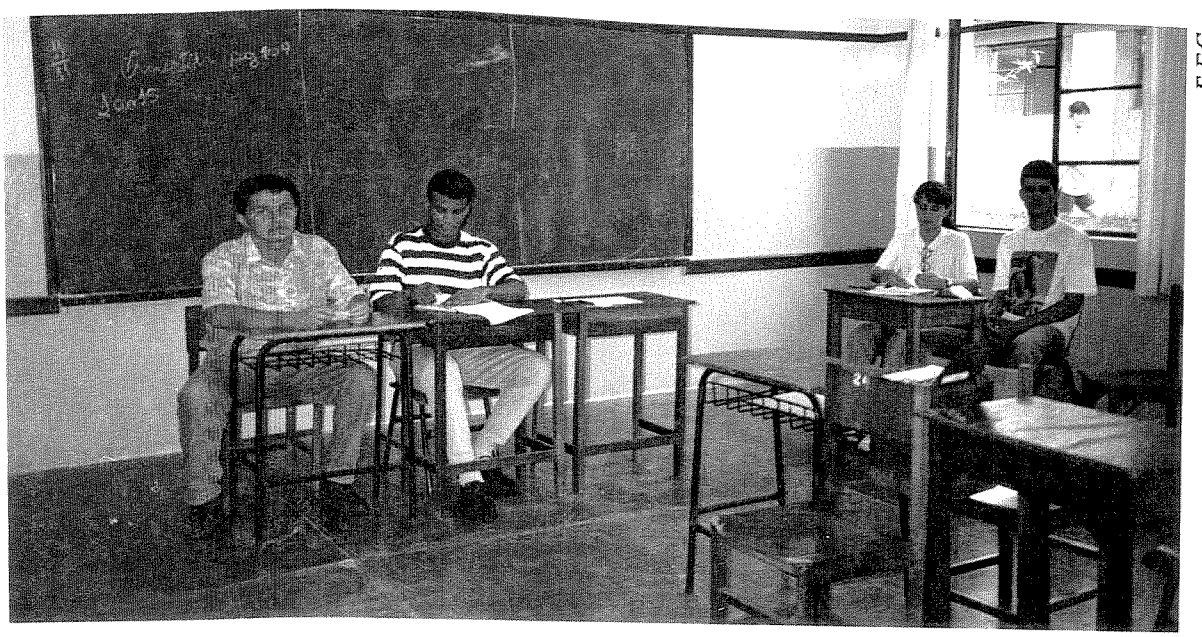
[189] Ibid., p. 310.

[190] Esta fala foi registrada no pátio da escola, feita, então, seção eleitoral.

E.F.G.

Foto 21 A escola é um palimpsesto.

1º Turno 1994



E.F.G.

Foto 22 A última lição de casa esquecida na lousa.

1º Turno 1994

As reflexões de Certeau ajudam-nos a descobrir, na escola e na eleição, as camadas deste palimpsesto. Yves Déloye, em recente etnografia das eleições de março de 1992, na França, constatou que os eleitores apropriam-se do lugar do voto e transformam-no em um espaço eleitoral onde existem imposições, mas, também, liberdades. A esse espaço são atribuídos usos não políticos. Salas de votação tornam-se verdadeiros pontos de sociabilidade, de troca e informações e de vivências sobre questões íntimas como saúde, trabalho e relacionamentos sociais.[191]

Essa apropriação de uma esfera especificamente política pelo eleitor pode ser explicada pela própria concepção do voto como uma experiência coletiva, o que, de certa forma, facilita a integração social momentânea. O voto, como uma atividade que se desenrola dentro de limites, como é o caso do bairro ou, mais estreitamente, da escola e que é capaz de reunir moradores de uma mesma área, sem exagero de análise, acaba se tornando uma prática provocativa de situações de encontros e de integração social mais amplos.

O ato de votar, relevado em seu aspecto social, é capaz de ultrapassar os limites do político e, sem infringir as determinações dos Direitos Constitucionais[192], assegurados nos termos da lei, conferir ao lugar onde se vota uma sociabilidade própria, que acontece à revelia da manipulação dos partidos, dos grupos políticos hegemônicos ou do próprio controle jurídico do Estado. Podemos dizer que a eleição acontece no "pedaço"[193], um

---

[191] Yves DÉLOYE, L'election au village, Le geste électoral à l'occasion des scrutins cantonause et regionause de mars 1992, *Revue Francaise de Science Politique*, n.1, v.43, fevrier, p. 92.

[192] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Dos Direitos Políticos, Art. 14, p. 17

[193] J. G. Cantor MAGNANI, *Festa no Pedaço*, p. 137.

espaço da vizinhança, conhecido e freqüentado pelos jovens, onde eles estão habituados a transitar sem constrangimentos, com familiaridade.

Nesta pesquisa, o "pedaço" é a escola com seus arredores (Fotos 23 e 24). Ela paz parte não apenas do cotidiano dos que nela estudam, mas também, dos que moram no bairro e a freqüentam: ou buscando os irmãos menores no final da aula; ou nos dias de vacinação; ou nas festas dos finais de semana, bailes de formatura, festival de sorvete; ou em almoços de domingo promovidos pela igreja ou pela A.P.M; ou nos dias de eleição... É um espaço que permite aos jovens eleitores situarem-se "numa rede particular de relações sociais, que combina laços de parentesco, vizinhança e procedência."[194]

A teorização do "pedaço" reclama que se avalie sua importância no cotidiano das camadas de renda mais baixas. É um espaço inventado pelos moradores da periferia que, embora tenha um núcleo bem definido, possui bordas fluidas, sem uma delimitação territorial rígida. "O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém, mais densa, significativa e estável do que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade."[195] Lá as pessoas se encontram e estabelecem "relações personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida pelo *pedaço*."[196] Um espaço onde é possível se garantir "aquele mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, (...) onde se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a

---

[194] Ibid., p. 137.

[195] Ibid., p. 138.

[196] Ibid., p. 138.

devoção - onde se tece, enfim, a trama do cotidiano."[197] Para os jovens deste estudo, dia de votar é também dia de se encontrar na escola, feita pedaço, feita seção eleitoral. É dia de vivenciar a prática política - enfatizada na hora do voto - e de estabelecer relações sociais nos diferentes espaços "inventados" para essa finalidade.

E.F.G.

Foto 23 O pedaço visto de fora.
1º Turno 1996

E.F.G.

Foto 24 O pedaço visto de dentro.
1º Turno 1996

[197] Ibid., p. 140.

A permanência no lugar

Em uma das entrevistas, três perguntas nos ajudaram, substancialmente, a compreender a maneira como o eleitor traduzia a movimentação do ambiente eleitoral. Elas indagavam sobre a sua permanência na escola, a companhia com a qual ele veio votar e o que iria fazer quando saísse dali.[198] Eram questões aparentemente ingênuas e despretensiosas, que procuravam analisar, de modo mais palpável, não apenas o grau de intimidade desse jovem com o lugar político do voto, mas, principalmente, como ele seria capaz de se apropriar desse espaço e, a partir dessa apropriação, conferir-lhe usos diferentes - ou não - daqueles estabelecidos pela Justiça Eleitoral.

O objetivo fundamental, que alinhavava nosso questionamento, era o de abstrair da situação eleitoral o seu caráter socializador. Nossas indagações, ainda que tecnicamente desviadas das questões estritamente políticas, buscavam uma nova leitura do lugar do voto, a partir dos jovens. Qual seria a representação que eles poderiam fazer daquele contexto? Um eleitor revelou abertamente suas expectativas em relação ao lugar: *"Ver o movimento, ver os colegas. Eu já estudei aqui. Vou ficar mais um pouco pra rever o pessoal."* Quando lhe perguntamos se ele havia encontrado muitos amigos ali, a resposta foi: *"- Bastante*!"

---

[198] As perguntas, em sua integra, foram assim formuladas:

"- Com quem você veio votar?";

"-Há quanto tempo você está aqui na escola?";

" - O quê você vai fazer quando sair daqui?"

Em uma análise mais geral das respostas, a maioria era coincidente quanto à própria permanência na escola. Diziam: "*Já estou de saída*" ou "*Estou indo embora, tem muito tempo que estou aqui.*" O que pudemos perceber foi a presença constante de muitos pequenos grupos de jovens: dois, três, quatro no máximo, distribuídos por todo o interior da escola. Muitos disseram que iriam para casa logo após votarem; pudemos vê-los durante todo o tempo em que estivemos por lá. A todo momento, ameaçavam ir embora, ensaiavam passos em direção à saída, faziam gestos simulando voltar para casa, no entanto ficavam dentro da escola, mantendo a conversa em ritmo animado. Permaneciam nos galpões cobertos, onde, em dias de aula, os alunos merendam; nos avarandados que protegem as salas de aula; encostados nas grades que separam os pátios; nos saguões de entrada ou escorados nos portões.

Essa permanência maciça na escola reforçou a hipótese de que, para esses jovens, a eleição, que é um fato político, comporta, em sua amplitude, características não políticas, como é o caso da sociabilidade, possibilitando que muitas outras relações sejam estabelecidas entre eles. Para sustentar essa suposição, desenvolvemos o trabalho de campo com o cuidado de apreender todos os detalhes possíveis do ambiente eleitoral: os arredores da escola; a permanência em seu interior; a ansiedade que exala das filas; um trecho perdido de uma ou outra conversa entre os eleitores; o segredar do voto. Entretanto, foi do contato com o jovem que pudemos abstrair, na espontaneidade de seus depoimentos, o que nossos olhos presenciavam:

> " Vou ficar mais um pouquinho, porque vou ver se vejo umas amigas; pessoal que combinaram que ia vim mesmo." (Luciney, 18 anos, 6ª série, recreacionista).

> "Faz pouco tempo que estou aqui. Vou esperar a chuva passar. Não estou com pressa não." (Valber, 19 anos, 8ª série, conferidor).

Um outro dado que nos estimulou levar adiante nossa hipótese foi a própria maneira como é composta a mesa de votação: a maioria dos mesários é bem jovem[199] - uma marca de nossos pleitos mais recentes.[200] Adalberto, funcionário da Justiça Eleitoral de Uberlândia, explicou-nos que a indicação para mesário é feita considerando como critério estar na faixa dos 18 aos 50 anos, ter o 2º grau completo, ou a ser completado no ano da eleição, e ser morador do bairro onde se localiza a seção. Esta última exigência ficou evidente quando perguntamos "-*Você conhece as pessoas que estão trabalhando como mesários?* A maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente: alguns eram da família, alguns eram vizinhos, muitos eram amigos. Uma eleitora arriscou uma maior "intimidade" ao explicar o tipo de relacionamento:

> "Claro, tem um deles que eu conheço muito bem!" (Josiani, 19 anos, universitária, trabalha em telemarketing).

---

[199] Para ilustrar, em uma das seções pesquisadas, eram componentes da mesa: Marciano, 19 anos; Renato, 19 anos; Flávia, 18 anos; Sinval, 18 anos e Carlos Humberto, 22 anos.

[200] Principalmente se comparamos nossos mesários com os de outros países. Em Portugal e na França, por exemplo, os responsáveis pela condução dos trabalhos eleitorais são todos de mais idade.

O lugar do voto proporciona o acontecer de encontros e reencontros que facilitam, de uma certa maneira, sua reapropriação pelos eleitores".[201]. Acreditamos que seja justamente essa capacidade de reapropriação do lugar por esses jovens que possibilita a transformação desse espaço, momentaneamente político, em um espaço também de sociabilidade, onde o eleitor, pelo relativo controle que passa a ter daquela situação, é capaz de tornar prazerosa sua permanência ali, à revelia de todo o cerimonial cívico que ele tem que cumprir.

O dia da eleição

Dia 3 de outubro[202] é dia de eleição no Brasil. Às vezes, é um domingo, às vezes, é um dia de semana, mas sempre é num dia em que não se trabalha, em que se sai da rotina, em que se foge da cotidianidade. É um dia avesso ao dia a dia, a vida individual dos homens, a repetição de suas ações vitais. Ao refletir sobre esta questão, o filósofo Karel Kosik explica que, no cotidiano, "a atividade e o modo de viver se transformam em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido mecanismo de ação e de vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam:

---

[201] Yves DÉLOYE, op. cit., p.94.

[202] Esta data é constitucional; corresponde aos 120 dias anteriores ao dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição do Presidente da República.

simplesmente são; e como um inventário, como partes de um mundo conhecido são aceitos."[203]

No dia das eleições, o modo como o eleitor encara essa quebra de cotidianidade foi umas das curiosidades deste estudo. O dia de votação, seja um domingo ou uma segunda-feira, como foi o caso do dia 3 de outubro de 1994, é um dia especial em que a rotina da semana foi quebrada por um fato novo: o feriado das eleições. Para alguns, essa interrupção muitas vezes se transforma no principal motivo para que a eleição aconteça. Um exemplo são os depoimentos - não isolados - desses eleitores que, quando lhes perguntamos "- De *que você mais gosta em uma eleição?"* responderam:

> "Pra falar a verdade, eu não gosto muito não. Apesar de ser, assim, feriado, a gente não estar trabalhando... A gente gosta, assim de feriado, fora isso..." (Claudemir, 21 anos, 5ª série, porteiro).

> "Gosto. É bom, Ne! É um feriado."(Nilson, 17 anos, 7ª série, servente).

> "É bom. Primeiramente porque eu voto na porta de casa praticamente. Eleição é só um feriado; você vota de manhã e fica o resto do dia à-toa. Eu gosto do feriado, da eleição não." (Antônio, 22 anos, 8ª série, carteiro).

---

[203] Karel KOSIK, *Dialética do concreto*, cit. p. 69.

Nosso interesse nessa folga de cotidianidade localiza-se na exclusividade de sentido que ela assume para o jovem eleitor. O que representa para ele esse dia em que a maioria das pessoas é dispensada do trabalho para responder a essa responsabilidade cívica que é votar?

A título de comparação, o "Groupe de Recherches sur L'acte de vote" já havia tratado dessa "folga de cotidianidade" na França, país onde o voto não é obrigatório. Seus pesquisadores aplicaram aos eleitores questões especificamente relacionadas às atividades praticadas no domingo eleitoral. Perguntas do tipo: "-Em que o domingo é diferente para você (eleitor) de um outro domingo?" ou "O que você vai fazer no período da tarde?" deram margens a análises interessantes sobre a freqüência às urnas e a abstenção - um tema constante das preocupações de cientistas e políticos daquele país, ávidos em compreender esse fenômeno. A conclusão foi que a distribuição estatística da freqüência às urnas não é nada aleatória, ou seja, o eleitor escolhe ir votar em função de inúmeros parâmetros. O voto pertence a uma seqüência de atividades dominicais que se tornam mais ou menos perturbadas pelo fato de se ter que ir votar. Se render ou não a este fato significa para os eleitores um custo que precisa ser levado em consideração para se analisar a abstenção eleitoral. Para os autores da pesquisa, a opção do eleitor de ir ou não votar se dá em função de uma série de razões que nem sempre estão relacionadas às questões estritamente políticas, o que torna o planejamento das atividades deste dia determinante para a legitimidade dos eleitos. *

**Yves Deloye, L'election au village, Revue Française de Science Politique, nº 1, v.43, fevrier, 1993, P. 95.*

Com a pergunta: "- *O que você acha do feriado cívico das eleições*?" pudemos ter acesso a uma série de opiniões, articuladas a partir da experiência de vida de cada um deles. As falas variaram desde a importância desse dia para decidir o futuro do país até a total falta de necessidade de tornar esse dia um feriado "*porque votar é muito rápido*," como uma jovem argumentou. Numa dessas respostas, o desapontamento:

> "Não tem graça nenhuma!" (Vinícius, 19 anos, 1º série do 2º grau, mecânico).

Num contexto geral, não seria exagero dizer que percebemos um certo embaralhar na concepção desse dia, tomado em parte como um feriado ou um duplo fim de semana, o que, de certa forma, cria expectativas de atividades em grupo, associadas ao uso de espaços e equipamentos públicos.[204] Por isso mesmo, não é de se estranhar quando atividades não cívicas passam a despertar mais o interesse do jovem do que a votação propriamente dita. Seis meses depois das Eleições Gerais de 1994, Fábio, aluno da 6ª série de uma das escolas onde estávamos pesquisando recordou o que fez no dia de seu primeiro voto:

> "Eu lembro que eu fui pra beira do rio...aí, à tarde a gente veio...votou mas não votou muito certo não. Votou só pra governador; o resto anulou." (Fábio, 17 anos, 6ª série, auxiliar de caixa).

Se, de nossa parte, contribuímos para esse "embaralhar" com a própria elaboração da pergunta, ao mencionar a palavra *feriado*, da parte dos eleitores, não houve nenhuma resistência ao conceito, quando relataram as atividades praticadas nesse dia. No caso de Fábio, ficou claro o que foi priorizado: o passeio junto à natureza

---

[204] "O final de semana (...) é um tempo que tende a intensificação das sociabilidades (...) é uma esfera que privilegia os ritos que celebram os círculos sociais mais amplos do que o grupo doméstico (comemorações, festas, reuniões.)" Antônio A. ARANTES, *Horas Furtadas*: Dois ensaios sobre e entretenimento, p. 72.

esteve no centro de seu interesse. Se relacionarmos as respostas às características de cada um desses jovens, veremos que o teor das declarações pode ser representativo da própria experiência de vida desses eleitores:

> "Acho legal. É um feriado diferente em que você tem uma obrigação a cumprir. É um feriado e ao mesmo tempo não é porque tem uma obrigação a fazer."(Wanda, 20 anos, 3ª série do 2º grau, professora primária).

> "O feriado é bom quando o próprio cidadão aproveita o feriado para exercer sua cidadania. Quando ele se sente responsável, quando ele se sente consciente, o feriado tem sentido." (João Pedro, 20 anos, cursa o pré-vestibular, técnico).

> "Bom demais! É uma maneira da gente descansar e dar um voto pra quem merece. É um dia alegre! (Neide, 18 anos, balconista, não estuda).

Na tentativa de teorizar, arriscamos uma analogia com a qual o antropólogo Roberto Da Matta conceitua "inversão," para explicar o que acontece nesse dia. Na inversão, são criadas condições para se fazer a comutação entre domínios e elementos

localizados em posições descontínuas.[205] "O processo é radical no sentido de realmente provocar um deslocamento completo de elementos de um domínio para outro do qual esses elementos estão normalmente excluídos. Trata-se, em outras palavras, de juntar o que está normalmente separado, criando continuidades entre os diversos sistemas de classificação que operam discretamente no sistema social."[206] O dia de eleição, que é um feriado cívico - um domínio marcado por um conjunto de obrigações e regras a serem cumpridas - cria condições para que se estabeleçam ligações com um ambiente de festa - um domínio no qual sobressai a alegria, a liberdade e a descontração. O elemento mediador, capaz de estabelecer a continuidade entre esses dois domínios diferentes, acreditamos, está na capacidade desses jovens de ultrapassarem os limites do político e imprimirem a esse dia um caráter socializador.

"Obrigação" e "responsabilidade" foram sentimentos expressos para explicar o feriado, mediados com uma dose calorosa de alegria e descontração, sinais evidentes do caráter festivo conferido ao dia: *"Bom demais! É uma maneira da gente descansar e dar um voto pra quem merece. É um dia alegre*!" Um outro eleitor chegou ao ápice de nossas expectativas, quando, ao se colocar inteiramente a favor da extrema inatividade do dia, concluiu:

> "Seria melhor se não tivesse eleição nesse feriado."
> (Sérgio, 21 anos, não estuda, comerciário).

---

[205] Roberto DA MATTA, *Carnavais, malandros e heróis*, p.63.

[206] Ibid., p.62.

Para concluir

Votar é um gesto aparentemente simples, mas, para que aconteça, é preciso que o eleitor tenha interiorizado um conjunto de procedimentos complexos, cuidadosamente elaborados por uma equipe de especialistas da Justiça Eleitoral, responsável pelo bom andamento da eleição. Esses procedimentos, que começam com o próprio alistamento do jovem, indo até o manuseio correto da "máquina de votar," muitas vezes, recebem uma tradução particular do eleitor investigado, o que lhes confere dimensões que vão além dos próprios objetivos assegurados pela Constituição.[207] Assim, a expressão secular que consagra o ato de votar como "o ato mais considerado da vida política"[208] não pode ser vista como uma unanimidade. Certamente ela não sintetiza as conclusões do final deste capítulo.

O voto é uma expressão material e objetiva do regime democrático que encerra, em seu efetivar, a possibilidade do eleitor se manifestar politicamente. Votar é uma atividade que se insere no "tempo da política"[209], um tempo capaz de abrigar uma forte

---

[207] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, p. 17.

[208] Alain GARRIGOU, op. cit., p. 10.

[209] "O tempo da política é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela faz dela própria." Moacir PALMEIRA, Voto: racionalidade ou significado? p. 29. Veja também explicação no capítulo Etnografia do voto.

dimensão social, à revelia do próprio processo de elaboração jurídico-eleitoral que o antecede. O modo desembaraçado como o jovem participa deste ato não reduz nem o valor do seu voto, nem o seu direito político de escolha.

Compreender a prática do voto jovem, em sua especificidade, é um dos objetivos desta tese. Discutimos neste capítulo o modo como o sujeito deste estudo apreende o contexto eleitoral, conferindo-lhe descontração e sociabilidade, sem, com isso, descaracterizar o direito democrático de escolher seus representantes políticos. Esta apreensão faz parte da proposta de abstrair concreticidade do cenário pesquisado, a partir do conhecimento daquele que está votando e não de concepções idealizadas e, muitas vezes, distantes e distorcidas da realidade.

A espontaneidade dos depoimentos transcritos e o modo exclusivo como os jovens eleitores lidam com o ambiente eleitoral é que dão consistência e confiabilidade às questões discutidas aqui, o que não descarta a apreensão de novas abordagens desse contexto político, tanto em seu sentido restrito[210] como em esferas situadas além.

---

[210] Recorremos aqui à concepção gramsciana de política, que atribui ao termo dois significados. Em sentido amplo, é elemento constitutivo da práxis humana, que possibilita ao homem uma orientação consciente, transformando-o de ser passivo, manipulável em ser " capaz de gerar novas iniciativas". Em sentido restrito refere especificamente a atuação do Estado e das relações de poder. A. GRAMSCI, *Obras Escolhidas*, p. 83.

O momento do voto jovem

A proposta deste capítulo é investigar a experiência eleitoral do jovem no momento em que ela acontece, ou seja, o próprio sacramentar da escolha. É um tempo de decisão em que ele se coloca substantivamente como eleitor. A intensidade desse momento atinge seu ápice no isolamento da cabine, quando ele "descarrega" a tensão, a ansiedade, a emoção, a racionalidade e, até mesmo, a surpresa de enfrentar uma situação inteiramente nova. Uma série de questionamentos se impõem a esta investigação:

- Como esse eleitor elaborou sua decisão?

- Que tipo de experiência marcou sua escolha? Que tipos de relacionamentos importaram nessa escolha?

- Como o marketing político envolve o eleitor jovem? Como ele se torna objeto desse envolvimento?

- E a novidade do primeiro voto? Qual é o impacto de votar pela primeira vez? Como ele exterioriza essa aprendizagem cívica? Como ele reage a ela?

- A escolha eleitoral do jovem se inscreve concretamente na trajetória do processo democrático de nosso Pais? Como ele pensa a obrigatoriedade do voto?

Queremos abstrair do momento do voto a objetividade possível e necessária para compreendermos mais essa faceta do contexto eleitoral. O capítulo discute, inicialmente, as questões que tocam de imediato o eleitor jovem, isto é, que o atingem mais diretamente, de modo mais incisivo e evidente.

O social, o racional, o emocional e o político

A poucos momentos de consagrar seu voto, na individualidade do isolamento de uma cabine de votação, o jovem é alvo de uma série de chamamentos que visam, unicamente, a direcionar sua escolha. Nesse período que antecede o dia das eleições, eles se tornam tão freqüentes que, de certo modo, acabam se incorporando à sua maneira de ser: de modo palpável, passam a fazer parte de seu ambiente cultural imediato. Alguns desses chamamentos acontecem em situações facilmente evidenciáveis como, por exemplo, os comícios, a distribuição de santinhos, as propagandas do horário eleitoral gratuito; outros, em situações perfeitamente emaranhadas na lida diária.

Especificamente nas Eleições Municipais de 1996, pautadas pela ênfase nos candidatos locais que disputavam os cargos de vereadores e prefeito, pudemos perceber um evidente mesclar do mundo social com o político, como se não houvesse limites entre um e outro. Ou, melhor, como se ambos compusessem um único universo que, em determinados momentos, a tônica fosse dada pela emoção, pela amizade, pelo impacto de uma primeira impressão, tudo isso envolto por uma densa camada de pessoalidade. Os depoimentos a seguir, podem explicar o que estamos falando:

> "(...) a apresentação que um deles fez no colégio (...) O caráter. Eu reparo como ele se comporta nos lugares com as pessoas. Eu reparo como ele se comporta com as pessoas de um nível mais alto. De

um nível mais baixo, se ele se comporta diferente." (Luciana, 20 anos, 7ª série, artesã).

"Geralmente eles usam muito de conversa, de propaganda, cabo eleitoral, etc. Mas o que vai influir mesmo é o conhecimento ou convivência com o político. Conta quem é a pessoa, com quem ela trabalha." (Márcio, 18 anos, 6ª série, eletricista de carros).

"Tem muitos que você olha na cara dele e já vê que é tudo falsidade." (Claudemir, 21 anos, 5ª série, porteiro).

Luciana, Márcio, e Claudemir - eleitores com mais de 18 anos, trabalhadores empenhados em concluir o 1ª grau - têm falas parecidas sobre as Eleições Municipais de 1996. Se comparados os depoimentos colhidos nas duas eleições, veremos que a disputa municipal foi marcada pela impressão pessoal. Já as Eleições Gerais de 1994, foco das disputas para presidente e governador de Estado, mostraram que, quando a decisão se deu a níveis federal e estadual - ainda que incluísse interesses que tocam diretamente a vida do eleitor - as falas foram pautadas pela objetividade, impessoalidade e racionalidade que caracterizam o nacional, o público, o político. Em 1994, ao contrário de 1996, as impressões sobre o voto remeteram a questões de âmbito geral:

"Decidi pelos planos. O Plano Real está melhorando bastante, embora os juros ainda continuem altos."

(Carlos Alexandre, 19 anos, 1ª série do 2º grau, modelo e faxineiro).

"A própria conjuntura histórica mesmo, partido, liderança..." (Laércio, 18 anos, cursa o pré-vestibular, digitador).

"Analisei as propostas de cada um, procurei o melhor." (Helton, não estuda, bailarino).

"Foi aquela sensação de estar podendo contribuir para um Brasil melhor. Poder votar pra presidente e melhorar nosso Brasil." (Geraldo, 20 anos, 7ª série, pasteleiro).

Ainda sobre as Eleições Gerais de 1994, em entrevistas realizadas seis meses depois da votação, pouquíssimos jovens conseguiram se lembrar dos nomes de candidatos ao Senado Federal que mereceram seu voto. Um ou outro que arriscou, fez revelações como estas:

"...não lembro... não votei pra ninguém desses...a gente, a primeira vez... não sabe nada." (Cristiano, 19 anos, 5ª série, lavador de carros).

"- Senador? O nome dele era um diminutivo lá... Eu esqueci o nome. Ah! É difícil lembrar."

Será que é o Francelino?

"-É o Francelino."

(Cláudio, 19 anos, 6ª série, industriário).

"- Fui com os nomes tudo arrumado."

E você se lembra quais foram seus candidatos?

"- Esqueci o nome deles"

(Gleidson, 17 anos, 7ª série, embalador).

A intenção de expor as impressões dos jovens nesses tipos de pleitos vai além da própria diferença de interesse que cada um deles confere a seu voto. Inscreve-se na característica do voto municipal de estreitar do relacionamento entre eleitores e candidatos. Em eleições desse tipo, a informação que vai circular entre eles é praticamente diária. Há possibilidade de freqüentarem os mesmos lugares, de poderem "olhar na cara," de vivenciarem algum tipo de experiência em comum, como é o caso destes eleitores:

> "Já fui aluno dele, conheço a pessoa dele, então, meu voto foi pra ele." (Marco, 22 anos, 2ª série do 2º grau, auxiliar administrativo).

> "Ele mora aqui no Luizote, é do bairro. Eu fiz uma campanha e a gente veio votar pra ele." (Tiago, 16 anos, 7ª série, ajudante de serralheiro).

A periferia é nosso campo de pesquisa; é o lugar onde se concentra a maioria dos votos e, por isso mesmo, onde é possível se apreender uma grande variedade de

situações. Há casos em que esse estreitamento no relacionar chega a se confundir com as relações familiares. Jairo, filho do prefeito de uma pequena cidade vizinha e Marco Túlio, sobrinho de um candidato, são exemplos que ilustram esta "confusão":

> "Meu pai é prefeito lá; eu tenho que votar nele; eu sou filho dele." (Jairo, 18 anos, 6ª série, office - boy).

> "(...) estou gostando, Ne! Já estou fazendo parte, ajudando meu tio que é candidato a vereador (...)." (Marco Túlio, 16 anos, 2ª série, office-boy).

Declarações deste tipo são marcadas não pelo indivíduo cidadão Jairo, ou Marco Túlio, mas pela pessoalidade da escolha que, a todo momento, reforça no jovem o parentesco com o candidato. Ultrapassam a arena abstrata e ideologizada das decisões políticas, tangenciam o limite da intimidade das relações pessoais.

Na apreensão desse tipo de escolha, característico das eleições municipais, é importante abrir aqui um um parêntese para destacar um aspecto nele contido e que pode envolver por inteiro a resposta de votar: é a capacidade de sedução que o político exerce sobre o eleitor. Nesses casos, a esfera emocional ganha ênfase e dita os contornos do relacionamento entre ambos. Na leitura de nosso investigado, tal sedução pode ser traduzida como simpatia:

> "(...) não tem um método assim: ah! escolhe aquele! Ainda mais na situação de hoje. Escolhe o que você simpatizou (...)." (Luiz, 18 anos, cursa o pré-vestibular).

> (...) Tem pessoas que, por exemplo, elas votam pelo que a pessoa é; às vezes ela simpatiza com a pessoa, aí ela vota por causa disso." (Inês, 19 anos, 8ª série, secretária).

As justificativas de voto desses jovens, capazes de evidenciar o comprometimento entre candidato e eleitor, nos convidaram a consultar as observações do antropólogo Moacir Palmeira, em análise que comparou as concepções de política entre populações rurais de alguns municípios dos interiores de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, nos períodos eleitorais de 1988 e 1990. Especificamente naquele contexto, "mais do que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem significado de uma adesão. Para o eleitor, o que está em pauta em uma eleição não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública do voto." [211]

Ainda que o estudo de Palmeira se restrinja à zona rural e esta pesquisa foi feita em uma cidade de porte médio e industrializada, é interessante a referência ao que ele chama de adesão, como um tipo de escolha, pelas diferentes possibilidades de vínculo que ela estabelece com a família, com os laços de parentesco, com as amizades e com a vizinhança. O que em nossa análise chamamos de sedução, numa tentativa de caracterizar o refinamento e a sutileza do envolvimento entre candidatos e eleitores durante as Eleições Municipais de 1996 em Uberlândia, M. G., guarda certa proximidade

---

[211] Moacir PALMEIRA, Voto: racionalidade ou significado? p. 27.

com a análise de Palmeira, especificamente no que se refere ao voto como uma decisão capaz de envolver o indivíduo, a família ou outra unidade social significativa.[212]

Ao longo do nosso trabalho de campo, outras falas - a serem discutidas ainda neste capítulo - vieram reforçar esse estreitar de relacionamento, emaranhadas em diferentes situações. Citamos, aqui, aquelas mais racionais - ou nem tanto emotivas - caracterizadas não necessariamente por ligações familiares ou vínculo a um partido mas à favores pessoais recebidos[213]:

> "Eu lembro um candidato porque eu trabalhei pra ele, que é o Geraldo Rezende." (Elaine, 22 anos, 8ª série, doméstica).

> "(...) exatamente porque ele está me dando emprego, estou trabalhando pra ele." (Francisco Luiz, 17 anos, 6ª série, servente de pedreiro).

> "Eu estava trabalhando pra um candidato; eu ia votar nele, mas aí eu gostei muito, eu conheci pessoalmente, gostei muito da pessoa dele. Eu estava trabalhando pra ele." (Luíza, 18 anos, 3ª série do 2º grau, não trabalha).

O mesclar do mundo social com o político, no interior do contexto eleitoral, está caracterizado nas falas transcritas aqui. Apreendê-lo, ou pelo menos tentar fazê-lo, é despertar para novas possibilidades de análises da decisão eleitoral, manifestas em

---

[212] Ibid., p. 27.

[213] Palmeira explica que, nos casos dos compromissos pessoais e favores devidos , está sendo articulado "uma outra esfera de sociabilidade; e, eventualmente, as diferentes esferas podem entrar em conflito." Ibid., p. 28.

infinitas variedades de nuanças. Especialmente àquelas, oriundas das relações familiares, dedicaremos o próximo item.

A família, a mulher, a mãe e a decisão do voto

Pesquisar as diferentes escolhas, contidas no voto jovem pode ser uma excursão a territórios desconhecidos, perfilados por convivências de extrema pessoalidade. Na transcrição das entrevistas, um desses territórios marcou presença de modo definitivo para esta investigação: a intimidade das relações familiares. As falas sinalizaram o percurso da análise:

> "Lá em casa, cada um tem um método de vida, segue uma ideologia. Se esse candidato for o que realmente interessa, cada um vai procurar saber o máximo possível e foi o que houve lá em casa." (Antônio, 22 anos, 2ª série do 2º grau, pedreiro).

> "Conversei. Combinamos, mas cada um vai votar em um." (Cleyton, 17 anos, 8ª série, balconista).

> "Tem opinião... todo mundo discutiu em quem iria votar, mas tem a liberdade de escolher... Um divulgou pra outro mas não combinou, não." (Charles, 18 anos, pré-vestibular, não trabalha).

> "Conversamos. Cada um decidiu qual candidato iria votar." (Laura, 21 anos, pré-vestibular, costureira).

As falas desses eleitores, ainda que não apontem a presença marcante da família e primem por caracterizar a individualidade da escolha democrática entre seus membros, reclamam a necessidade de refletir sobre uma questão bem mais ampla que é a própria socialização política no interior do ambiente familiar. Outros depoimentos, de conteúdos semelhantes, porém, já ensaiando uma certa especificidade, nos permitiram delinear os contornos dessa presença na decisão do voto:

> "(...) votei pra um vereador aí que eu esqueci, que é amigo do meu pai." (Elisânia, 20 anos, 1ª série do 2º grau, balconista).

> "(...)minha mãe falando, minha avó, meus tios concordando com eles..." (Flávia, 20 anos, 6ª série, não trabalha).

> "Meu pai e minha mãe expôs os candidatos que iam votar mas sem impor. Ficou decidido que cada um ia votar no candidato que achasse melhor." (Ludmila, 18 anos, 2ª série do 2º grau, não trabalha).

Ora o pai, ora os tios, ora os avós, a referência aos membros da família veio sempre intercalada pela presença da mãe, apontada como personagem marcante para a escolha eleitoral:

> "Através da minha mãe. Eu conversei com ela; ela falou que ia votar...Eu votei na mesma pessoa que ela porque eu não assisto programa político e acho que através das idéias da minha mãe eu posso seguir em frente." (Luismara, 17 anos, 1ª série do 2º grau, secretária).

> "Foi minha mãe. Ela falou e eu votei." (Gladson, 18 anos, universitário, não trabalha).

> "(...) Eu conversei com minha mãe só que o que eu escolhi ela falou assim:
> "Não, não gosto desse. Pra mim tem que ser este." (Sérgio, 6ª série, office - boy).

> "Minha mãe nem sabe em quem eu vou votar." (Mara, 16 anos, 1ª série do 2º grau, não trabalha).

A mulher, na figura da mãe, pode atuar na família como um agente organizador do voto - uma evidência de que, nesse caso, o social está visivelmente encastrado no político - mesmo e, principalmente, se não existe unanimidade de escolha entre seus

membros"[214]. O caso de Mara, que no auge de seus 16 anos, insistiu em frisar sua individualidade ao comentar que sua mãe desconhecia seu primeiro voto, é um exemplo.

No calor das relações familiares, a mãe torna-se uma força política, ao despontar como a principal interlocutora desses jovens. Nesses depoimentos, escolhidos aleatoriamente entre outros da mesma natureza, ela é a conselheira respeitada, cuja opinião é determinante para a elaboração desses votos.

Declarações do tipo: "*Não, não gosto desse. Pra mim tem que ser este*" não são apenas o sinal da forte presença materna no contexto familiar[215], ou da ausência do pai, obrigando a mãe a exercer múltiplos papéis. Nem mesmo da consolidação da mulher como um modelo na vida para esses eleitores. Mais do que isso, elas reforçam a hipótese de que as relações familiares e políticas podem ocupar um mesmo espaço.

A reflexão sobre o conjunto desses depoimentos, além de uma atenção inusitada à figura materna, reclama a contextualização da família como lócus do vivido humano - lugar onde as relações sociais são concretamente experimentadas - tornando-se um ponto de referência para a elaboração de um conhecimento crítico da realidade. Questões importantes sobre escolaridade, poupança, gastos em festas ou passeios podem ser discutidas ali, na concreticidade desses relacionamentos.

O voto, principalmente no período que antecede as eleições, também é incorporado às discussões familiares, fazendo com que essas relações se inscrevam, ainda

---

[214] A despeito de afirmações como a de Jean Baudrillard, para quem "as pessoas em casa já não se falam mais," o universo desta investigação não atinge a amplitude dos lares de nossos jovens, que não são empiricamente pesquisáveis, para contestarmos ou não essa afirmação. Esta análise se deteve apenas nos depoimentos dos jovens eleitores. Fica, no entanto, o contraponto para a afirmação de que em casa também é possível se discutir política. Michel THIOLLENT, Televisão, trabalho e vida cotidiana, In: Cadernos *Intercom*, ano I, nº. 2, p. 62.

[215] Pesquisa Datafolha confirma a mãe como o principal modelo de vida para consumidores das classes C e D. *Folha de São Paulo Especial*, Emergentes, 27/12/1997, p. 7.

que momentaneamente, num mesmo universo. Em cidades como Uberlândia, que já ultrapassa a soma dos 270 mil eleitores - "*um número que cresce todo dia*", como nos informou o funcionário do Cartório Eleitoral - esse mesclar do social com o político é um desafio ao princípio democrático da individualidade de escolha, pois coloca lado a lado pais e filhos, reservando ao espaço local e familiar uma decisão que, teoricamente, deveria ultrapassar tais limites.

A novidade do primeiro voto

Os depoimentos transcritos até aqui estiveram muito mais perto da emoção do que propriamente da racionalidade. As relações pessoais - evidenciadas principalmente nas eleições municipais, onde o contato entre candidatos e eleitores se viabiliza com maior freqüência e intensidade - acabam por exercer um tal fascínio sobre nosso jovem, a ponto de fazer com que ele priorize o amigo do bairro, o professor, o indicado pelos pais, o patrão ou, no extremo da subjetividade, para o mais simpático, transformando o momento da escolha numa personificação do voto, ou melhor dizendo, numa personificação da vontade pessoal do eleitor.

Os próximos depoimentos, mesmo evidenciando a intimidade do eleitor, reclamam um outro tipo de análise:

> "Na hora qu'eu decidi." (Cristiane, 20 anos, 2ª série do 2º grau, auxiliar de escritório).

> "Já tinha todos prontos (candidatos) ...na hora eu mudei." (Alessandra, 21 anos, 8ª série, auxiliar administrativa).

> "Eu não vim decidida não. Cheguei na hora, risquei tudo e votei." (Lucineide, 16 anos, 1ª série do 2º grau, digitadora).

> "Eu já tinha um monte na cabeça; aí, na hora, eu escolhi um lá. Decidi na hora." (Cintia, 17 anos, 1ª série do 2º grau, não trabalha).

> "Decidi pela última hora." (Marco Aurélio, 18 anos, 7ª série, verdureiro).

Estas palavras, ditas com espontaneidade, traduzem a hesitação, a dúvida, o imediatismo e, até mesmo, o afogadilho do primeiro voto. Expõem a imprevisibilidade de uma situação inédita, que pode estar inteiramente fora do controle do eleitor. São momentos marcados pela perplexidade, que o levam a tomar decisões que nem ele próprio previa.

Muitas outras falas registradas nesta tese, representativas das mais diversas expressões, também revelam essa marca: é a *"barriga gelada"* de Cleide; o nervosismo de Fabrício, que "*nunca tinha votado antes*" e, por isso, anulou; a ingenuidade de Simone que "*nem sabia em quem votar*". A explicação para esses depoimentos reforça uma das características contida na própria novidade de votar, uma sensação que possibilita a cada um deles espelhar, com originalidade e transparência, o impacto de se colocar frente a frente com essa obrigação cívica.

Obrigatórios, nulos, brancos... (e abstenções)

Um outro tipo de escolha que, à primeira impressão, também denota impacto, é a dos votos brancos e nulos. Dentre os jovens que optaram por anular, transcrevemos os depoimentos a seguir:

> "Eu não votei pra ninguém. Pra mim não tinha nenhum candidato. Na hora qu'eu vim eu já estava disposto à anular." (Ricardo, 17 anos, 7ª série, não trabalha).

> "Votei nos dois porque não vai mudar nada mesmo. Anulei." (Eduardo, 19 anos, 1ª série do 2º grau, mecânico).

> "Já estava uma idéia formulada na minha cabeça: o que que eu vou fazer. Eu segui a minha idéia. Do jeito qu'eu pensei eu fiz (...) eu não votei. Eu votei nulo." (Warley, 19 anos, 8ª série, serviços gerais).

Apurada essa primeira impressão, percebemos que a contrariedade expressa nessas falas, ainda que lhes conferisse um tom generalizante, elucidava, de modo ainda mais característico do que no item anterior, a necessidade de se analisar o voto como uma ação que precisa de uma aprendizagem prévia para se efetivar. A nulidade do voto desses jovens, ainda que represente uma das maneiras que eles encontraram para se expressarem, sob o ponto de vista da pedagogia eleitoral, significa uma perda que contraria todo o trabalho de interiorização feito em torno dessa prática, desde os primórdios de sua universalização.

Nas eleições municipais de 1996, quando nós, brasileiros, experimentamos pela primeira vez o voto eletrônico - um procedimento que, de certa forma, limita a manifestação do eleitor aos nomes e números contidos em sua programação. Confuso, um entrevistado desabafou:

> "Eu queria votar nulo, então eu não vou votar em branco porque em branco eu vou ajudar quem está na frente, então eu vou votar em quem vai perder mesmo, porque, de acordo com o que me informaram, em branco eu vou estar ajudando quem está ganhando. Eu não quero isso; eu só quero votar nulo. Então eu vou tentar anular meu voto." (Rodrigo, 19 anos, 7ª série, silcador).

A confusão de Rodrigo quanto ao destino de seu voto procede, uma vez que os esclarecimentos da Justiça Eleitoral deixam a desejar em relação a esse tipo de escolha. Possivelmente não há interesse, nem dessa instituição, nem dos candidatos, em contabilizar os nulos. Os cartazes que ensinam o voto por computador, espalhados por toda a cidade e, principalmente, pelos locais de votação, não fazem referência à opção de anular.

Seis meses após a primeira eleição eletrônica, encontramos, num dos cartórios da cidade, um folder explicativo com possibilidades de escolha, contendo os itens: "*voto nulo*", "*voto em branco*" e "*voto anulado*"(Figuras 2 e 3). Este folder não foi um material fartamente veiculado entre os eleitores. Como, então, não se sentir confuso diante da novidade da situação? Anular, votar em branco, ou até mesmo fazer uso da cédula para se expressar, não se incluem nas modalidades do direito democrático de escolha? Por que, então, não divulgar com a mesma eloqüência essas opções ao eleitor?

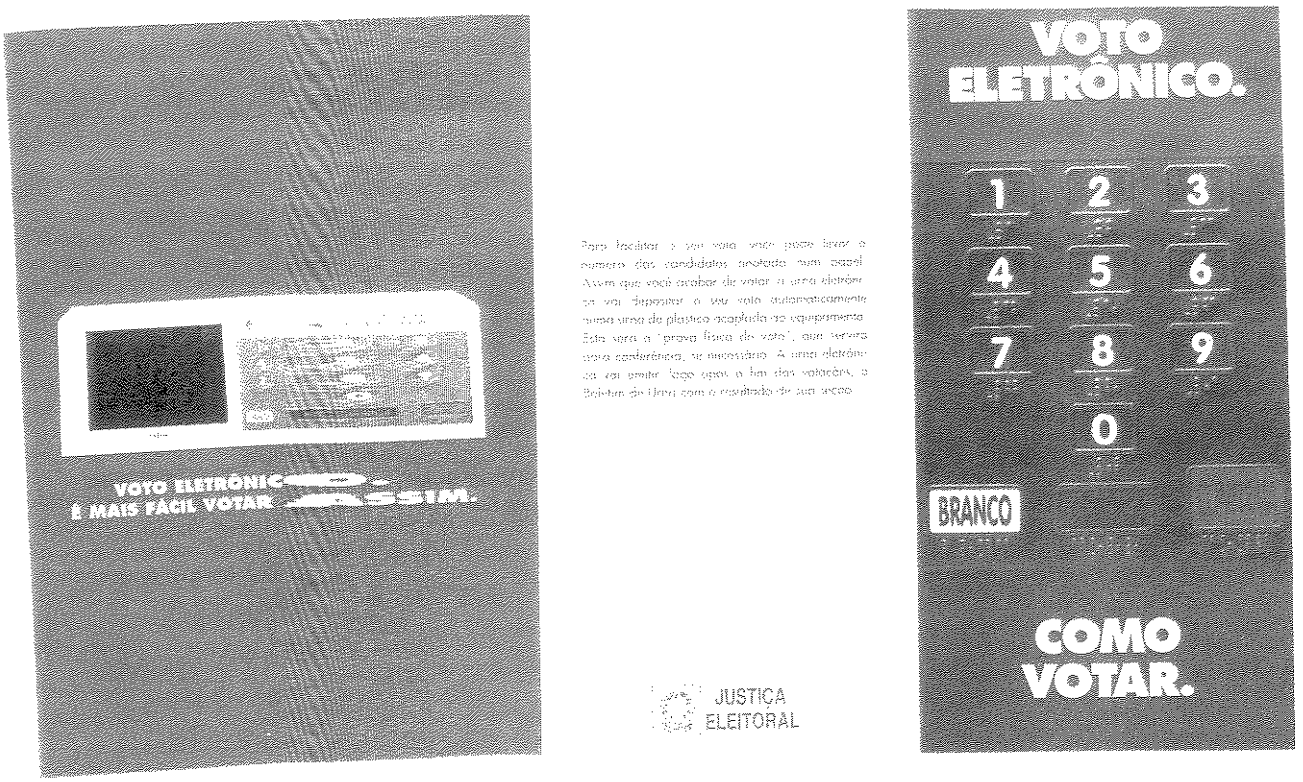


Fig. 2

A explicação do voto (frente).
Justiça Eleitoral 1966

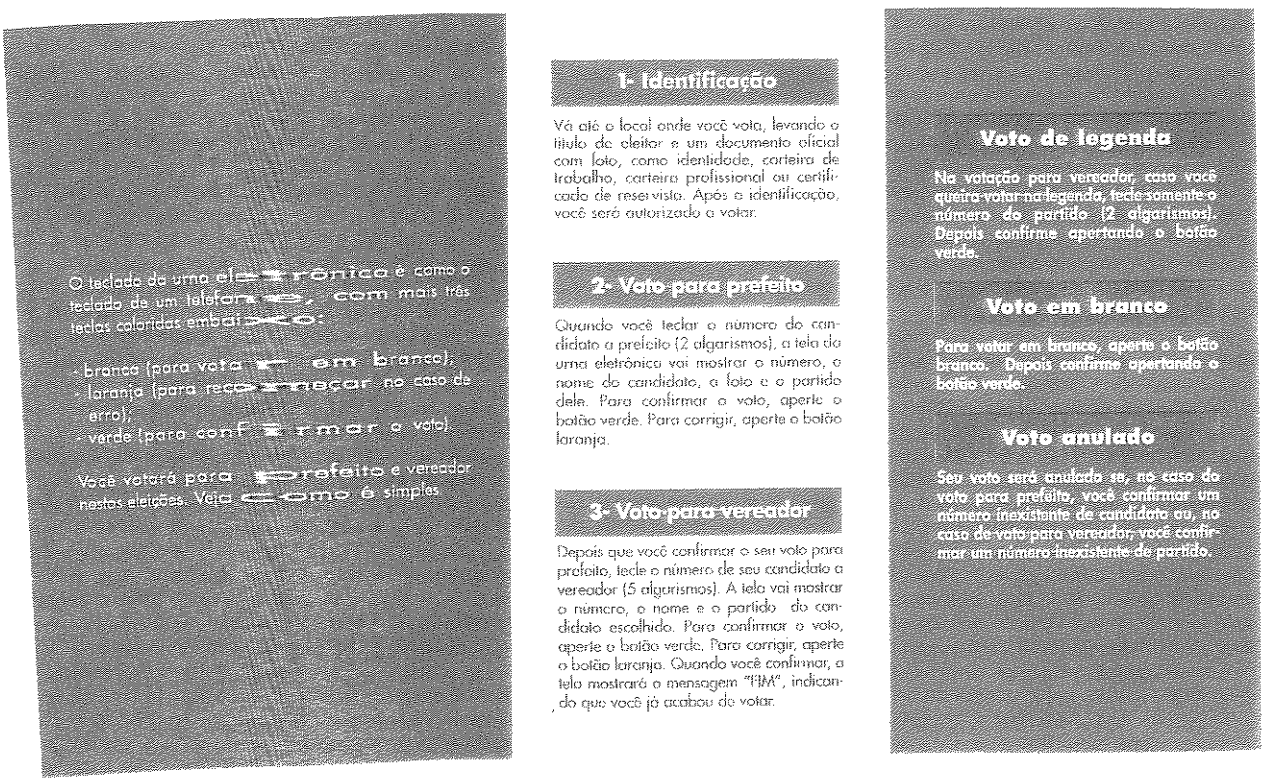


Fig. 3

A explicação do voto (verso).
Justiça Eleitoral 1966

Para o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 1996, Marco Aurélio de Mello, o voto eletrônico *"cumpre seu papel (...) na busca do objetivo maior: o aprimoramento constante da democracia."*[216] Ao falar da diminuição dos votos brancos e nulos, expôs seu contentamento ao afirmar que *"o eleitor não vai ter como veicular seu protesto expresso. Quando vota em cédula, pode escrever desaforos ou mesmo votar em personagens como o Cacareco."*[217] Hilariamente, o colunista José Simão[218] comentou:

> "Até quinta eu aprendo! Anularam o voto nulo! A gente não pode mais escrever ladrão, filho duma quenga, fora Rede Globo e abaixo a repressão! (...) Cassaram meu direito de votar no John Lennon. Desde a década de 70 que eu só voto em três pessoas: John Lennon, Jesus Cristo e Rita Lee! (...) Transfere o título pra Guarulhos! Rarará! Acabaram com a nossa diversão. E com a diversão dos apuradores. Cassaram o Cacareco!"

Um momento histórico, ocorrido nas eleições francesas do final do século XIX, quando os votos involuntariamente anulados tinham praticamente desaparecido, numa prova de que o eleitor já havia interiorizado como votar, pode ilustrar esse processo de aprendizagem e nos ajudar a refletir sobre o controle em torno dos brancos e nulos.

---

[216] Marco Aurélio de Mello, Vitória da democracia, *Folha de São Paulo,* Brasil, 29/09/96, p. 03.

[217] Silvana de Freitas, Presidente do TSE vê risco calculado no voto eletrônico, Ibid., 20/09/96, p. 04. Ainda sobre esta declaração: Cacareco é um hipopótomo que, tempos atrás, entrou para o folclore eleitoral ao receber uma quantidade significativa de votos dos eleitores da cidade de São Paulo.

[218] José Simão, Já tô na quinta aula de urna eletrônica, *Folha de São Paulo,* Ilustrada, p. 04.

Naquela ocasião, os votos nulos que persistiam, deixavam evidente o protesto de seus emissores. Além dos anarquistas, que constituíam um grupo significativo, esses protestos escritos nas cédulas de votação se faziam sempre de modo explícito, sem deixar dúvidas sobre as intenções de seus autores que, protegidos pelo anonimato do voto secreto, faziam uso da cédula para expressar, sem medo, seus sentimentos. A ironia contida nesses protestos é que, "depois de terem sido por muito tempo impregnados de lições de dignidade pelos moralistas e candidatos, os eleitores utilizavam, vez por outra, seus votos para retribuírem essas lições aos candidatos."[219]

Especificamente sobre a obrigatoriedade eleitoral nos dias atuais, registramos a indignação desses entrevistados:

> "Acho que eu experimentei aquele do brasileiro mesmo: a raiva de ser obrigada." (Janice, 18 anos, 8ª série, comerciária).

> "Não votaria. Ultimamente não ando confiando nos políticos. O voto obrigatório não reflete nada. Se a pessoa estiver concordando com os políticos, sim, ela pode votar. Se ela não estiver de acordo com as propostas, ela também tem um jeito de não votar. " (Jorge, 20 anos, universitário, auxiliar de telemarketing).

> "Raiva, porque eles não faz nada que presta... obrigada à votar." (Luciana, 18 anos, 7ª série, costureira).

---

[219] Alain Garrigou, *Le vote et la vertu,* op. cit., 258.

> "Eu acho que eu não vou votar em ninguém. Eu não gosto muito de político não. Eu vou anular." (Antônio, 22 anos, 8ª série, carteiro).

Para eles, a emoção do primeiro voto transformou-se em sentimentos de raiva, desgosto e desconfiança: um revertério provocado pela discordância com a falta de liberdade de escolha entre votar e abster-se. Um outro entrevistado, ao expressar sua opinião sobre essa obrigatoriedade, colocou em pauta uma questão situada muito além da particularidade da escolha de cada eleitor, que é o compromisso cívico de cada cidadão:

> "É um dever de cada brasileiro. Acho que não deveria ser obrigatório. Acho que cada um deveria ter responsabilidade pro País seguir...Não obrigação... dever de cada um." (Carlos Alexandre, 19 anos, 1ª série do 2º grau, modelo e faxineiro).

A diferença entre estes depoimentos reside na própria motivação que os impulsiona. O voto, enquanto instituição que caracteriza o processo democrático, expressão da vontade eleitoral do cidadão brasileiro, não seria a causa de tanta indignação. A fala de Carlos Alexandre é um exemplo da eficiência com que este dever cívico foi interiorizado. Aos 19 anos, em sua primeira eleição, ele ja é capaz de explicitar, com clareza, os resultados desse aprendizado. O que move estas falas, portanto, não é a discordância com a institucionalidade do voto e sim com a especificidade de uma situação em que esses jovens são obrigados a votar, ainda que não concordem com os candidatos a representá-los.

O "*dever*" de votar, enquanto norma interiorizada pelo brasileiro, não sofreu abalo nessas declarações. A obrigatoriedade do voto é que está sendo particularmente

questionada por esses eleitores, numa maneira de responder negativamente à atuação do homem político. Esse "*jeito de não votar*" é, então, materializado por nossos jovens nesses brancos e nulos. Mais do que um sinal de deficiência desse aprendizado cívico, o que eles reclamam é mais atenção e compromisso com a representatividade política. A raiva, a insatisfação, a contrariedade e, até mesmo, a indiferença de nossos jovens são sentimentos limitados à subjetividade de conteúdo dos brancos e nulos, expressos na cédula eleitoral.

A obrigatoriedade do voto, em nosso País, está inscrita na primeira lei eleitoral do Império - o Decreto de 26 de março de 1824. Nenhum cidadão que tivesse direito ao voto podia isentar-se de fazê-lo. Naquela época, a votação era feita por listas com os nomes dos convocados para votar, fixadas nas portas das igrejas 15 dias antes das eleições. No caso de impedimento, comparecia o procurador do eleitor, com a lista assinada e reconhecida por tabelião. Um ou outro componente dessa lista que ignorasse ter sido indicado como eleitor, responderia à ausência com o pagamento de multas, o que tornava o comparecimento às urnas uma atividade obrigatória desde o século passado.[220]

* * *

A abstenção às urnas é um tipo de direito político que ainda não está incluído no sistema eleitoral brasileiro. Em países como a Rússia, a Suíça, a França ou os Estados

---

[220] Hilda Souza BRAGA, *Sistemas Eleitorais do Brasil* (1821-1988), p. 14.

Unidos, a contrariedade ou indiferença com o processo político muitas vezes é respondida com a abstenção, um recurso que o eleitor brasileiro ainda não pode lançar mão. Nesses países, um dos fatores que legitima a eleição é, justamente, a frequência do eleitor. Por isso mesmo, são variados os subterfúgios utilizados para assegurar seu comparecimento. Na eleição russa de 1996, o presidente Ieltsin, ardilosamente, marcou o pleito para uma quarta-feira, ao invés de domingo, como de costume. Seu objetivo foi o de neutralizar o efeito *dacha*, que quer dizer casa de campo, "favorecendo" o comparecimento de seus eleitores, uma vez que a maioria de seus votos está concentrado nas camadas médias da população, que tem o hábito de passar os fins de semana no campo.[221] Nos Estados Unidos, um dos países mais democráticos do mundo, os problemas com o abstencionismo não são mais suaves. O comparecimento gira em torno de 50% dos votantes. Na França também não é diferente. A própria imprensa francesa tem tratado ironicamente o assunto em suas charges, ao mostrar os candidatos aflitos, à espera dos votantes. A presença do eleitor nas urnas - prova necessária para a legitimidade do processo eleitoral - é tão importante que, para assegurá-la, os candidatos são capazes até mesmo de se unirem, impondo trégua às rivalidades da campanha.[222]

A síndrome de abstenção ronda a legitimidade do processo eleitoral. Mesmo em democracias como a da Suíça, onde tudo o que envolve o interesse público é votado, ela já mostrou seus sinais; lá, o comparecimento às urnas tem sido cada vez menor. Maria, jovem helvécia, que passou um ano conosco, por muitas vezes comentou o "cansaço" de seus compatriotas com as inúmeras votações de seu país:

---

[221] *Folha de São Paulo*, Mundo, 30/ 06/ 96, p. 18.

[222] Daniel GAXIE, *La démocratie representative*, p. 119.

> "Na Suíça, praticamente tudo é colocado em votação!" (Maria Gurtner, 18 anos, 2ª ano do 2º grau, estudante de intercâmbio).

A tentativa de evitar as abstenções não é uma preocupação recente do poder público. Sólon, na Grécia antiga, com o propósito de "prevenir os perigos da inação e da indiferença," inaugurou a obrigatoriedade do voto ao punir aqueles que "não se declarassem abertamente por um dos partidos."[223] A se julgar por aí, não votar tem se constituído historicamente como uma resposta possível que o eleitor encontra para expressar seu descontentamento com o sistema representativo, ao negar o voto a seus representantes políticos.

Os profissionais do voto

Aproximadamente dez dias antes das eleições para prefeito e vereadores de 1996, visitamos três escolas de 1º e 2º graus, noturnas, e perguntamos aos alunos: *" O que você mais repara em um candidato?"* A maioria das respostas alternou entre a humildade, a simplicidade e a sinceridade. O melhor candidato, sem dúvida, seria aquele que conseguisse reunir essas qualidades:

---

[223] João Fernandes LISBOA, *Jornal do Timon*, p.18.

"O gesto de humildade dele. O jeito como ele trata as pessoas. Tem candidato que você vê que eles estão agradando certos tipos de pessoa por interesse, mas tem candidato que não; você vê que são sinceros." (Nilson, 17 anos, 7ª série, office boy).

"Eu gosto quando a pessoa é simples; ele trata os outros com igualdade. Ele tratando as pessoas bem, ele vai passar a influência dele. Ele sendo uma pessoa boa ele vai ser um bom governante; a humildade da pessoa, a maneira dele tratar as outras pessoas." (Faustino, 20 anos, 1ª série do 2º grau, servente de pedreiro).

"Eu reparo o modo como ele trata as pessoas e o modo dele se vestir, que é uma pessoa humilde, uma pessoa mais simples, que é do povo, que você vê que é uma pessoa assim igual a gente, igual aos pais da gente." (Marco Túlio, 16 anos, 8ª série, office boy).

"A experiência, o modo de ser, a sinceridade, a humildade da pessoa." (Franciele, 18 anos, 8ª série, secretária).

"(...) pelo modo dele conversar com as pessoas, pelo modo dele se relacionar ao meio a população, pelo modo dele se vestir, você vê que o candidato é uma pessoa simples, uma pessoa do povo. Não é uma pessoa executiva, como se diz, uma pessoa esnobe." (Marco Túlio, 16 anos, 8ª série, office-boy).

Essas características do candidato, tão significativas para nossos eleitores, remetem a um modo de ser vivenciado por eles, capaz de refletir suas experiências cotidianas. Os jovens, ao se verem na figura do candidato, sentem-se seduzidos pelo que vêm. Por isso mesmo, o candidato que mais seduz é aquele capaz de refletir em sua aparência, em sua conversa, em seu jeito de tratar as pessoas, a simplicidade que marca a vida do eleitor. A sedução, por nós percebida em situações anteriores, volta, aqui, à cena política, rigorosamente sistematizada pelo profissionalismo das campanhas eleitorais e materializada em gestos de humildade, igualdade e sinceridade.

Os jovens entrevistados são, em sua maioria, office-boys, pedreiros, secretárias, porteiros, trabalhadores assalariados; gente humilde para quem a "percepção" destas características vai ser fundamental no momento da escolha. Os responsáveis pelo andamento das campanhas sabem muito bem o que isso pode representar. Uma aparência mais relaxada e identificada com o visual dos mais simples e de poucos recursos - de onde vem a maioria dos votos - já é meio caminho andado para se tornar um igual. [224]

[224] Um exemplo folclórico é o de Jânio Quadros que, para se tornar parecido com o povo, vestia-se deliberadamente mal, com ternos largos e surrados, não hesitava em polvilhar os cabelos e os ombros com queijo ralado, simulando ser caspa, e apreciava sanduíches de mortadela, mastigados com voracidade na frente de todos. Hoje, o uso de roupas comuns, pouco requintadas, camisas axadrezadas ou listradas, sugerindo uma escolha casual e despreocupada, combinando com calças, de preferência jeans, iguais as que todo mundo usa, facilitam aos candidatos a assimilação deste modo de ser simples, valorizado pelo eleitor. Carlos CHAGAS, Minha viagem com Jânio Quadros, In: Gilberto Dimenstein, *Como não ser enganado nas eleições*, op. cit. p. 32.

"A formação da imagem do candidato não se constrói da noite para o dia. Fazer parecer ao eleitor assalariado, de vida sofrida, que o candidato é uma pessoa simples e humilde - um igual - pode não ser tão fácil como se imagina. Está muito além do xadrez da camisa. Carlos Brickmann, responsável pela imagem de Paulo Maluf, nos dá o exemplo. Esse político de voz metálica, queixo erguido, ar de primeiro da classe, depois de um demorado trabalho sobre seus "pontos fracos" não somente se colocou entre os favoritos da mídia como, também, à frente da prefeitura de São Paulo. Suas fotografias de pé foram substituídas por aquelas em que ele aparecia sentado e, de preferência, olhando para o umbigo dos fotógrafos; a multiplicidade da verdade permitiu que fossem dados e divulgados os pontos positivos de sua pessoa; solícito, aprendeu a ser acessível, respondendo atenciosamente a seus interlocutores. O ar arrogante e de superioridade precisou ser percebido em seus detalhes para ser vencido e modificado."

**Carlos Brickmann, Atrás do espelho, In: Dimenstein, op. cit. p. 65.*

O impacto da primeira impressão que o candidato causa no jovem deve sugerir essa "igualdade". Se ambos têm gostos parecidos e aparentam pertencer a grupos de pessoas que têm vidas semelhantes, já é um primeiro passo para que sejam vistos como iguais: um caminho aberto para uma aproximação física mais calorosa, em que o eleitor não se sente intimidado mas, ao contrário, afagado por alguém que, naquele momento, está nas mesmas condições que ele. Essa pretensa igualdade, que facilita a caracterização do candidato como uma pessoa simples, na verdade, disfarça uma superioridade que não deve ser percebida pelo eleitor. Depoimentos como os desses jovens certamente que não seriam coletados em entrevistas com grupos de empresários ou pessoas de confortável situação financeira. Para esses eleitores que se encontram em condições materiais mais precárias, essa "igualdade" assume importância, justamente porque os coloca em posição de uma

aparente superioridade momentânea, o que, de certa maneira, pode até provocar uma inversão de papéis.

Tornar-se crível para o eleitor não é um processo espontâneo. Ao contrário, é o resultado de um cuidadoso trabalho daqueles encarregados do assessoramento e da (trans)formação dos candidatos. Eles fazem parte de um grupo maior que vive e muitas vezes sobrevive, das campanhas eleitorais. Entre eles estão os especialistas em marketing político, os publicitários, os jornalistas, os sociólogos e cientistas políticos, os pesquisadores, os comentaristas eleitorais... Estão também os confeccionistas de bonés, de faixas, de camisetas, os pintores de muros, os artistas gráficos e as próprias gráficas que fazem o material de campanha, os cabos eleitorais que balançam bandeiras nas esquinas, distribuem santinhos nas portas das casas, cadastram eleitores, fiscalizam a hora de votar...

Os *profissionais do voto*, como vamos chamá-los, constituem uma categoria absolutamente necessária à execução de uma eleição nos dias atuais e, no limite, à sobrevivência da democracia, em sociedades de características tão diversificadas como a brasileira, uma vez que também é tarefa desses profissionais a divulgação dos candidatos. Ainda que esses profissionais estejam contidos no universo da mídia, a reserva de um espaço para eles em nossa análise, antes de adentramos nos veículos de comunicações propriamente ditos, é fundamental para compreendermos as decisões de nossos investigados, quem sabe, meras respostas à eficiência desses especialistas.

Mas qual seria a relação entre esses profissionais do voto e os nossos jovens eleitores? A explicação está na própria análise da "eleição como um serviço de profissionais. Não há espaço para amadorismo."[225] Assessorar os candidatos para

[225] Gilberto DIMENSTEIN, op. cit., p.12.

responder às expectativas do eleitorado é uma de suas tarefas. Dela, nossos jovens certamente não estão isentos. Qualidades de evidência discutível como a sinceridade ou de percepção estritamente pessoal como a humildade podem ser concretamente incorporadas mediante o aprendizado da modéstia, do jeito respeitoso de tratar as pessoas com simplicidade e de igual para igual.

Nesse profissionalismo eleitoral, contudo, existe uma questão maior que perpassa a formação da imagem dos candidatos: a da eleição como uma transação,[226] ou seja, como troca de uma grande soma de bens materiais e simbólicos entre eleitores e candidatos. Esse sentido de transação tem sua origem no próprio contexto histórico da institucionalização do voto universal: meados do século XIX, marco revolucionário do consumo e da produção industrial. A vitória nas urnas é uma maneira de obter o retorno desse investimento tanto para o político, que investiu ali não só dinheiro mas, também, paixão, emoção, ansiedade e esperança de se eleger, como para eleitor que, ao votar, fez valer o princípio

> *Os profissionais do voto, pelos diferentes papéis que desempenham na cena eleitoral, fazem-se, então, necessários ao seu desenrolar. Um exemplo concreto pode nos ajudar a compreender um dos campos de atuação desses profissionais. Foi o caso do "Pró-pão," uma cesta básica a preço de custo, lançada nos últimos dias de campanha do segundo turno das eleições para prefeito de Uberlândia de 1992. Com ele, o candidato da situação ganhou as eleições já tidas como perdidas ou, dito de outra forma, seu adversário perdeu as eleições já tidas como ganhas. O "Pró-pão" foi um empreendimento idealizado pelos profissionais do voto que colocou o candidato, em pouquíssimos dias, em posição privilegiada; foi uma resposta concreta, dirigida às necessidades do eleitorado mais carente e que, numericamente, é a maioria.*

[226] Michel OFFERLÉ, Eclats de voix, op. cit., p. 67.

democrático da escolha. Nessa transação, candidato e eleitor tornam-se produto e consumidor, uma relação de tensão constante que se prolonga com a entrada em cena dos comentaristas, sociólogos, cientistas políticos, intelectuais, profissionais legitimamente autorizados a interpretar as eleições.[227]

Outra especialidade dos profissionais do voto, que propõe efeitos não tão palpáveis como os de uma cesta básica, diz respeito à fetichização dos candidatos.[228] Uma delas ocorre quando o candidato é apresentado aos eleitores sob a performance do "*já ganhou.*" Melhor explicado, quando a referência `a vitória de um é definida pela derrota do outro. Contou-nos um cabo eleitoral de um dos concorrentes à prefeitura de Uberlândia, nas eleições de 1996 que, todas as vezes que encontrava um eleitor do adversário, sentenciava: "-Você vai perder seu voto!" para alertá-lo do prejuízo.

Avisos desse tipo, de ares aparentemente corriqueiros, podem ter efeitos marcantes para o eleitor. De um lado, atropelam os resultados, situando-os anteriores à própria escolha; de outro, comparam a eleição a um jogo, em que apostar no vencedor é a garantia da vitória. O ideal democrático que envolve o ato de votar e delega ao eleitor o direito de escolha é, então, substituído por uma competição entre os candidatos, como nos definiu uma outra entrevistada. Frases do tipo: "-Eu nunca perdi um voto!" são comuns na região do Triângulo, o que, a nosso ver, sugere uma certa distância entre o conteúdo democrático contido no ato de votar e a especificidade da interpretação que o

---

[227] Michel Offerlé, em seminário realizado na Faculdade de Educação da Unicamp, explicou que, uma vez na urna, o voto já não pertence mais ao eleitor; pertence àqueles que estão legitimamente autorizados a interpretá-lo, os comentaristas eleitorais. Estes, segundo ele, por estarem peocupados em fazer um bom comentário, resumem questões bem complexas, ligadas à construção estrutural do processo eleitoral, em questões bem simples, de caráter eminentemente conjuntural.

[228] O termo é usado por D. Gaxie e diz respeito à antecipação do candidato como vencedor. Daniel GAXIE, op. cit. p. 91.

eleitor vai fazer desse ideal. Uma eleitora criticou a incompreensão daqueles que vêem o voto como uma disputa:

> "As pessoas ainda não entenderam que eleição é decisão de um povo, de cada um. E outras pessoas tomam isso como uma disputa..." (Érika, 22 anos, 8ª série, secretária).

O princípio da democracia: "uma voz, uma opinião, um voto" é abafado e impedido de se realizar na prática. A eleição passa a ser uma disputa[229], um jogo, uma competição. Nas eleições paulistas para prefeito de 1996, o deputado José Genoíno (P.T.- S.P.), ao comentar a participação do "já ganhou" em direção a um dos candidatos ao segundo turno, chamou a atenção para uma prática que, como vimos, é de uso generalizado nas campanhas políticas. Independentemente do caráter partidário de suas palavras, elas trazem à tona a concretização da relação que existe entre o profissional do voto, o político e o eleitor:

> "-Esse tipo de maquinação palaciana pode desacreditar os políticos. Não se pode brincar com o eleitor."[230]

---

[229] A caracterização da eleição como uma disputa está presente também na pesquisa de Palmeira. Ele explica: "Como a facção fora do tempo da política, resume-se aos chefes políticos e a uns poucos seguidores, a disputa eleitoral é exatamente uma disputa para incorporar o maior número de pessoas a cada facção. É o seu lado da sociedade que tem que ser aumentado. Está, pois, em jogo uma disputa que é mais ampla que a disputa eleitoral *stricto sensu*." Moacir PALMEIRA, op. cit. p. 27.

[230] Folha de São Paulo, Caderno Brasil, 17/10/96, p. 06.

Outro exemplo de fetichização, cuidadosamente elaborada pelos organizadores das campanhas é aquela capaz de sugerir e sintetizar as potencialidades do candidato em determinados objetos ou sinais. Na realidade, símbolos que procuram estabelecer uma relação concreta e imediata entre as propostas do candidato e aquilo que os eleitores estão precisando para viverem melhor. Tais símbolos sintetizam conteúdos complexos em imagens bem simples, conhecidas por todos, ganhando significado mediante a interiorização desses conteúdos por nossos eleitores: uma colher de pedreiro para aquele que é tido como o construtor de obras; a letra *Z* - de Zorro ou de Zaire - para aquele que é tido como o paladino dos fracos e oprimidos.[231]

As opiniões e as sondagens de opinião

A cada vez que repassamos os registros de nossas entrevistas, podemos perceber, nas falas de nossos eleitores, diferentes possibilidades de interpretação. São depoimentos às vezes engraçados, às vezes raivosos, às vezes desanimados ou esperançosos, marcados pela expressão individual de cada um deles. Eles compõem o principal material desta análise. Por intermédio deles é que podemos conhecer um pouco mais da posição desses jovens. O próprio voto - como sempre deixamos claro - é uma maneira de eles expressarem sua opinião política. Existe, contudo, um fenômeno, confusamente vinculado a esses depoimentos, que precisa ser explicitado, antes de discutirmos a

[231] Referimos aqui aos dois candidatos que disputaram o 2º turno das Eleições Municipais de 1996, respectivamente, Virgílio Galassi e Zaire Rezende.

influência dos meios de comunicação: o das sondagens de opinião. Tanto pela polêmica que o assunto é capaz de provocar, como pelo rumo que ele tem tomado nas democracias modernas, acreditamos na necessidade de abrir aqui um parêntese para relacioná-lo aos depoimentos. Transcrevemos, então, algumas falas sobre o voto e as eleições:

> "(...) eu não me decidi até hoje. Eu fico pensando muito porque, nós mesmos, todos nós brasileiros, nós perdemos tanto! Votamos em tanta gente! Dá nosso direito pra uma pessoa... Sacaneou muito com a gente. Dá nosso direito de modificar alguma coisa no país; dedica aquilo pra outra pessoa e a pessoa vai e acaba fazendo aquilo que faz?" (Lúcia, 20 anos, 5ª série, secretária).

> "(...) os jovens não sabem o que seja o voto. O voto é uma responsabilidade muito grande e só mesmo quem tem consciência pra votar. Pra mim não é obrigatório. Eu faço isso com prazer porque sei que através do meu voto eu posso modificar alguma coisa." (Ludmilla, 18 anos, 2ª série do 2º grau, não trabalha).

> "A gente fica com medo de errar. Acho uma situação constrangedora. A gente pensa, pensa, mas acaba votando numa pessoa errada, Só de você olhar na cara das pessoas, vê que elas estão indo lá por obrigação. Não porque querem. Sempre a gente escutava: *-Ah! eu vou votar por votar*. Achei super

Forçado." (Thaís, 20 anos, 1ª série do 2º grau, secretária).

"Foi a primeira vez que eu votei. Achei, sei lá... Achei estranho, sei lá..." (Simone, 5ª série, doméstica).

"Tava todo mundo doido. Eu não sabia em quem votar. Tem um candidato que mora perto da minha casa. Ai ele falou:"
"-Vota em mim."
"Eu falei:"
"- Voto!"
" Na hora, eu anulei."
(Cristiano, 19 anos, 7ª série do 2º grau, office-boy).

Nestas opiniões a veracidade dos conteúdos extrapolou o caráter simbólico das pesquisas de opinião pública. Pelo próprio modo como fizemos as perguntas, indiferentes à busca da neutralidade e criando possibilidades para que os jovens se colocassem muito além do que lhes era perguntado - um modo consciente de transgredirmos as regras da objetividade para conferir pessoalidade aos depoimentos - nos distanciou tecnicamente desse tipo de sondagem. Em nenhum momento fomos atraídos pela precisão ou pela unanimidade dos resultados, ou mesmo pela organização percentual das amostras. Cada eleitor - do primeiro ao último entrevistado - foi concebido como um universo único, repleto de experiências particulares de vida, impossíveis de serem reduzidas à artificialidade da múltipla escolha.

Relacionar o processo de apreensão dos depoimentos com o das sondagens de opinião é necessário pela especificidade de nossos investigados, jovens trabalhadores, seres concretos que experimentam cotidianamente as mais diferentes situações de sobrevivência. O ato de votar, para eles, é um ritual desconhecido e misterioso, o que faz com que suas declarações sejam permeadas de uma certa espontaneidade e, no limite, de uma certa pureza, como algumas das impressões já registradas aqui, ou mesmo como nos contou Gleidson, que votou pela primeira vez aos 17 anos e ficou *"com vergonha de chegar lá e esquecer o nome dos deputados."* Ou como Weberson, um faxineiro de 19 anos, que comentou seu voto dizendo:

> "Eu acho bom assim... Tá todo mundo ali, "*caçando*" o melhor pra cidade. Todo mundo reunido. Mais emocional." (Weberson, 19 anos, 7ª série, faxineiro).

Nestas falas há lugar para o prazer, a emoção, a insensatez, a sacanagem, o erro e o constrangimento. É nossa, então, a responsabilidade de selecionar as expressões mais significativas de nossos eleitores, com o cuidado de não perder a exclusividade que os caracteriza, o que, muitas vezes, nos obriga a transcrever dois ou mais depoimentos sobre uma mesma questão. Manter o fio condutor deste capítulo, ou seja, a compreensão dos caminhos percorridos pelo jovem no momento de seu voto depende dessa atenção e dessa responsabilidade.

Os jornais, o rádio e a televisão e a inserção do jovem no contexto eleitoral

Ao relacionarmos os profissionais do voto à escolha de nossos jovens, deixamos claro que, ainda que esses profissionais sejam absolutamente necessários à execução das eleições de hoje e à manutenção do ideal democrático em nossa sociedade, eles estão inscritos em um universo maior, comandado pela mídia que, através da divulgação da vida política do País, mantém contato direto com nossos eleitores por meio, principalmente, do rádio e da televisão. Ao analisarmos a relação entre esses meios de comunicação e a decisão eleitoral de nosso investigado, uma primeira descoberta nos causou impacto: as apresentações do horário eleitoral gratuito pela televisão. Elas foram citadas em diferentes momentos da pesquisa, mencionadas espontaneamente em respostas cuja pergunta não tocava especificamente nesta questão[232]:

> "Pela proposta. Eu não acostumava a assistir o programa eleitoral, mas a partir de um certo tempo pensei assim: -Acho que eu devo ver e assistir. Gostei da proposta deste candidato que eu votei."
> (Ludmilla, 18 anos, 2ª série de Enfermagem, não trabalha).

---

[232] Ainda que não seja proposta desta tese fazer análise quantitativa, o impacto causado pela referência à televisão como um dos fatores determinantes da escolha eleitoral, nos instigou a verificar o quanto este meio de comunicação foi citado em diferentes tipos de respostas. No 1º turno de 1994, a incidência foi de 48,7% ; no 2º dessa mesma eleição, foi de 42,5%.

> "Decidi: conscientização, cabeça. Eu prestei mais atenção nas propostas deles. Vi na televisão." (Angelo, 17 anos, 6ª série do 1ª grau, office boy).

> "Eu vi na televisão e eu decidi: vai ser nesse aqui e pronto! Deveria os pais obrigarem a assistir a televisão pra prestar atenção." (Leila, 5ª série, serviços gerais).

> "Assistindo o programa político e conhecendo os planos de governo através dos próprios horários políticos." (Jorge, 17 anos, 3ª série do 2º grau, não trabalha).

Não ignoramos a hegemonia da televisão frente aos outros meios de comunicação. A estrutura econômica da sociedade brasileira tem contribuído para isso com a facilidade de crédito e o barateamento dos aparelhos. Por outro lado, na intimidade do lar, a televisão está inscrita na experiência cotidiano[233] de nossos pesquisados como um divertimento barato e disponível, o que, além de reforçar esse conhecimento, permite pensar o horário político como uma evidência na decisão do voto.

Nas Eleições Municipais de 1996, quando as relações entre eleitores e candidatos beiraram o limite da pessoalidade, ou nas Eleições Gerais de 1994, auge do Plano Real, momento em que muitos dos jovens se pautaram pelas explicações dos candidatos para tomar suas decisões, pudemos perceber essa hegemonia:

---

[233] Michel THIOLLENT, op. cit., p. 52.

> "Ficava olhando a propaganda pela televisão. O povo falava, via aqueles planos de governo, via que ia dar certo. Aí eu votei nele." (Gustavo, 16 anos, 7ª série do 1ª grau, serralheiro, Eleições Gerais de 1994).

> "Assistindo o horário eleitoral e pensando. Vendo tudo o que eles iam fazer, a proposta de cada um deles." (Mary, 17 anos, 5ª série do 1ª grau, não trabalha, Eleições Municipais de 1996).

O impacto causado pelo alcance generalizado da televisão nos despertou para duas outras situações dele decorrentes. A primeira delas se refere à audiência comprovada do Horário Eleitoral Gratuito como uma escolha consciente desses jovens, em contraposição àquela informação inconsciente que é apreendida pelo subconsciente do telespectador, pelo simples hábito de deixar a televisão ligada enquanto aguarda o próximo programa.[234] A segunda reside nas características dos jovens entrevistados, ou seja, não esperávamos ouvir deles esse tipo de recomendação, uma vez que o horário político, além de não ser nenhum líder em audiência, interrompe o fluxo contínuo de uma programação não política.

O rádio, ainda que desfrute de comprovada audiência dos mais jovens, principalmente os programas musicais, quase não foi citado nos depoimentos. As poucas referências a esse meio foram meras complementações de uma listagem em que a

---

[234] Neste texto, publicado em março de 1982, a média brasileira de permanência diante de um aparelho de televisão era de três horas e meia. José Manoel MORÁN, "Contradições e perspectivas da televisão brasileira", *Cadernos Intercom*, op. cit. p. 15. Atualmente, esse número é calculado em torno de 4 horas diárias.

televisão ocupou o primeiro lugar, em frases gradativas como a de Almir, um mecânico de automóveis de 17 anos, que revelou ter decidido seu primeiro voto "*Pela televisão, pelo rádio...*" Maria Lúcia V. Barbosa, ao pesquisar a preferência de eleitores mais maduros, constatou que eles conferiram ao rádio uma posição bem mais confortável:

> ""Gosto de ouvir os políticos falando no rádio. Dependendo do político, gosto mais (...)"
> (Maria Rosa de Souza, 56 anos).[235]

> ""Eu gosto de ouvir aqueles que fala bem, aqueles que fala mal, aqueles que está com o povo..." (José Marinho Ferreira, 75 anos).[236]

Mais incidentes que o gosto pelo rádio - e a capacidade do político de seduzir por esse meio de comunicação - foram as citações de jornais e revistas. O que nos surpreendeu, no entanto, não foi a capacidade de alcance desses meios de comunicações ou o interesse neles depositado, foi a maneira como eles chegaram até aos investigados, ou, visto por outro ângulo, como os eleitores tiveram acesso a eles:

> "(...) lendo revista, Veja. Eu peguei por um acaso; foi meu padrinho. Ele compra. Ele faz assinatura da Veja. Li jornal...Folha de São Paulo. (Vânia, 18 anos, 7ª série, não trabalha).

---

[235] Maria Lúcia V. BARBOSA, *O voto da pobreza e a pobreza do voto,* p.173.

[236] Ibid., p. 175.

(...) Li jornal...Jornal São Paulo e a Folha daqui. Lá onde eu trabalho tem. O pessoal lá recebe tudo...Aí eles joga fora. Eu pego, às vezes eu leio." (Andréa, 21 anos, 7ª série, serigráfica).

"Eu me informei o máximo possível, li o máximo possível, jornais, revistas e tirei a conclusão do que seria o melhor candidato no meu modo de ver. Li o Jornal do Triângulo e Veja. Eu peguei no colégio que eu estudo e me informei." (João Pedro, 20 anos, 3ª série do 2º grau, não trabalha).

"Li bastante, li jornais, às vezes eu assisti horário político. O Estadão, Jornal do Triângulo, a Folha de São Paulo. Meu pai tem um amigo jornaleiro. Aí levava pra ele ler em casa." (Laura, 21 anos, cursa o pré-vestibular, costureira).

Já havíamos nos deparado com situações semelhantes em nossa pesquisa de mestrado. A dificuldade de jovens trabalhadores para comprar, ou mesmo para ler esses impressos, está implícita na própria sobrevida que levam. O que nos surpreendeu nesta investigação e que não foi trabalhado naquela pesquisa foi o caminho peculiar trilhado pelo eleitor para ter acesso à informação escrita, como foi o caso da serigráfica Andréa, que buscou, no refugo da oficina onde trabalha, o material para se informar. Ou de Laura, cujo pai, "por coincidência", é amigo de um jornaleiro.

Essa peculiaridade sugeriu uma certa relação de cumplicidade entre ambos. É como se esses jovens se sentissem comprometidos a ler e a se informar sobre as eleições

mas, como não podem fazê-lo pelo caminhos habituais, traçados pela sociedade de consumo em que vivemos, cuidassem de fazê-lo pelos caminhos da clandestinidade. Pensamos que esta cumplicidade tem início antes mesmo do momento em que o leitor e a informação escrita se encontram, já que foi construída em torno do reconhecimento generalizado de que é preciso se manter informado não apenas sobre esta prática específica que é o voto, mas sobre os demais fatos veiculados por esses meios de comunicação escritos.

A maneira como os impressos foram apropriados, ora no vai e vem das relações familiares, ora no seu repasse pela própria instituição escolar, como aconteceu com João Pedro, pode ser vista como um reforço para a percepção desses jovens de que é preciso estarem incluídos no espaço informativo, não apenas para garantirem a participação no processo eleitoral mas, principalmente, para não serem excluídos da própria sociedade em que vivem.[237]

Vamos chamar tais leituras de clandestinas, por ocorrerem em situações que fogem ao controle da própria comercialização do texto impresso e por acontecerem em lugares e condições inesperadas, revelando que a quantidade de livros, jornais e revistas em circulação é bem inferior ao número de seus leitores. Ainda que consideremos os percalços que ora distanciam, ora aproximam os jovens desses escritos, elas podem nos ajudar a pensar em um novo espaço informativo, capaz de incluir em seu significado a maneira como esse texto é materialmente apropriado pelo leitor.

---

[237] M. Chauí vai mais longe: "(...) a informação, dirigida aos espoliados, não cria apenas o 'sistema de ilusões' da sociedade de consumo - as ilusões são necessárias a todos nós - mas reforça a percepção e o sentimento da necessidade de ser incluído nesse espaço, sob pena de converter as perdas numa perda irreversível: a da própria humanidade, invalidada pela incompetência." M. CHAUI, *Conformismo e resistência*, p. 39.

Nos quatro depoimentos transcritos anteriormente, quatro trajetórias diferentes se delinearam, possibilitando incluir na nossa análise experiências de vida que vão além do próprio ato de ler. É como se o desvendar de cada uma dessas apropriações do texto fosse uma porta aberta para o conhecimento do eleitor, revelando uma rede de vivências, que tem como amarrilho situações concretas de sua vida.

Uma única entrevistada fez referência à leitura de um livro:

> "(...) Então, eu conversando com meu irmão, ele falou assim:
> "- Márcia, você tem que ler um livro falando tal, tal, tal..."
> Eu não tive tempo de ler, mas ele me falou, relatou tudo o que aconteceu no livro. Ele comprou esse livro... negócio de presidente... *Como votar pra presidente*, sei lá. Eu não sei o nome direito; falando tudo o que o Collor tinha feito com o Lula, o que o Lula tinha feito... Aí eu decidi." (Márcia, 20 anos, cursa o pré-vestibular, professora primária).

Se pensarmos o livro como "uma construção do leitor"[238], podemos estender esta tarefa de estabelecer os limites das relações sociais de que esse leitor faz parte, apoiados em depoimentos como o de Márcia, que fez uso da convivência familiar para decidir seu voto. Corremos o risco, no entanto, de ver sua decisão carregada de obliqüidade, uma vez que esta leitura chegou até ela por vias intermédiárias, ou seja, pelas palavras do irmão.

---

[238] Michel de CERTEAU, *A invenção do Cotidiano*, p. 264.

A surpresa inicial com os caminhos percorridos por esse escritos até nossos eleitores não colocou em dúvida a capacidade de alcance destes meios de comunicação. Pelo contrário, tanto o livro como as inúmeras produções escritas se tornaram inerentes ao mundo atual. A própria organização de nossa sociedade está registrada em modelos escritos, em que o poder é registrado em operações escriturísticas. A leitura, como um requisito de inserção social, deixou de ser um aspecto parcial do consumo para se tornar seu elemento fundamental.[239] Como, então, não nos surpreendermos com a "clandestinidade" ou mesmo com a "obliqüidade" dos eleitores nessas operações?

O grupo que pesquisamos é composto por jovens que se caracterizam não apenas pela limitação ao consumo da produção escrita mas, principalmente, pela limitação ao consumo de um modo geral. O acesso ou não aos jornais, revistas e livros, assim como aos demais meios de comunicações grafados, sinaliza para uma maior ou menor participação dos jovens na sociedade em que vivemos. Por isso, essas leituras, ainda que clandestinas ou oblíquas, além do desejo desses jovens de se informarem sobre as eleições, podem ser vistas também como parte de uma batalha travada cotidianamente por eles para não serem excluídos do mundo em que vivem.

[239] Ibid., p. 262.

O voto do analfabeto

E como ficam os eleitores que não sabem ler? Qual seria a relação entre eles e a produção escrita sobre as eleições ou os candidatos? Teoricamente, nesta pesquisa não trabalhamos com esse grupo específico. Na verdade, a grande maioria dos jovens que entrevistamos eram estudantes. O próprio local onde fomos buscar nossos entrevistados, em períodos não eleitorais, foram as escolas noturnas da periferia, onde também são realizadas as eleições. A pista para que conheçamos um pouco mais sobre o tipo de escolarização destes jovens está na própria relação de suas idades com as séries que cursam, o que, à primeira vista, delineia um quadro não muito promissor para tais alunos. Dito de modo mais objetivo, a maioria deles está com a escolaridade atrasada. Contudo, ao lhes perguntarmos se "*na sua opinião, todos os eleitores têm a mesma capacidade para escolher seus candidatos ?*", não nos surpreendemos ao ver a educação ser apontada como a condição básica para a escolha:

> "Não. As pessoas mais estudadas, as mais esclarecidas...Quem não tem um estudo bom não tem condições." (Mara, 16 anos, 1ª série do 2º grau, não trabalha).

> "(...) o analfabeto eu acho que não. Eles não se informa, não sabe ler nem escrever. Eles votam só por votar (...)" (Cristiane, 18 anos, 1ª série do 2º grau, desempregada).

Essas duas eleitoras, embora estejam cursando a mesma série, certamente experimentam condições de escolarização distintas, tanto pela relação entre a idade e a

série cursada, como pela necessidade ou não de combinar a escola com o trabalho. Seus depoimentos refletem a própria valoração que ambas conferem à educação formal como necessária e indispensável para o exercício do direito de voto. A dificuldade para votar, ou mesmo para entender as questões políticas, por elas reveladas, ainda que não sejam exclusividade do analfabeto, atuam como demarcadores entre aqueles que são considerados capazes e os que são considerados incapazes de compreender essas questões. Essa outra eleitora explicou com mais detalhes o porquê de sua opinião:

> "Acho que não. A pessoa, talvez velhinho, e uma pessoa que não tem estudo (...) tem muita gente que nunca viu o candidato, não sabe quem é, não conhece, não leu um jornal (...) Então ela não tem instrução de nada. Eu acho que essas pessoas assim, que não têm capacidade de votar, elas não deveriam." (Arlene, 19 anos, cursa o pré-vestibular, costureira).

Na contextualização da fala de Arlene, possivelmente está a chave para compreendermos o motivo porque ela reuniu os velhos, os desinformados e os analfabetos no rol dos que mereceriam ser excluídos do processo eleitoral. A periferia foi o campo desta investigação. Nossos pesquisados são jovens que experimentam situações de vida nada confortáveis, que raramente conseguem, conciliando escola com o trabalho, concluir o 2º grau e sonhar com a Universidade. Atingir o nível de escolaridade de Arlene, para eles, não é tarefa corriqueira; envolve custos materiais, físicos e emocionais que muitos não têm condições de bancar. Como, então, não compreender sua fala, conhecendo a especificidade do contexto em que ela se insere?

Um outro eleitor foi ainda mais radical:

> "Uns são mais capacitados."
> –Quem?
> "Os que estudam mais. Os que já são formados. Têm uns que são analfabetos, vêm e votam. Parece que eles não entendem." (Tiago, 16 anos, 7ª série, serralheiro).

O desejo de se educar faz parte das aspirações e das necessidades de nossos pesquisados: eleitores, estudantes, trabalhadores... Para eles, a escola, o diploma, o conhecimento institucionalizado são valores concretos, almejados, porém, difíceis de serem alcançados. Lidamos de perto com essa dificuldade em nossa pesquisa de mestrado. Por isso mesmo, não é de surpreender o rigor na classificação dos capacitados à votar.

O voto do analfabeto no Brasil, do Império à Constituição de 1988, passou por concessões e restrições, bem ao gosto dos casuísmos eleitorais praticados em cada período histórico. No Império (1822-1889), os analfabetos votavam, uma vez que o exercício do voto se assentava sobre bases econômicas. O voto era censitário. A República Velha (1889-1930) aboliu o voto censitário e excluiu os analfabetos da eleição. De 1945 à 1964, período de redemocratização, os que não sabiam ler e escrever não podiam alistar-se. Essa exclusão durou até 1988, com o alistamento facultativo para os analfabetos, que se tornaram, contudo, inelegíveis ou seja, com o direito de votar mas não de serem votados.

**Hilda Souza BRAGA, Sistemas eleitorais no Brasil, pp 14-140*

Contudo, se nos distanciarmos da especificidade de nossos pesquisados e nos detivermos na abrangência desses depoimentos, veremos que, em sua generalidade, essas opiniões não são gratuitas, têm raízes profundas, muito próximas à injustiça social que

caracteriza a sociedade brasileira e, por isso mesmo, discrimina os iletrados, transformando-os de vítimas em culpados. Em nossa sociedade, os analfabetos, além de terem sido excluídos do direito à cultura letrada, ainda são responsabilizados por aparentarem desinformação ou sugerirem incompreensão com o processo eleitoral.

Mas e os próprios analfabetos, como entendem o direito de votar? Para eles, ao contrário, o voto ganha intensidade. Inscreve-se no próprio conteúdo cívico da cidadania, capaz de conferir identidade social a cada um dos eleitores. Votar significa usufruir do direito maior de se sentir brasileiro e de ser reconhecido como tal:

> "Estou contente. Este povo também são gente, são brasileiro nascido no nosso Brasil e também tem o direito de votar, nem que eles não possam escolher seu governador, seu prefeito. Eles também têm a mesma vontade e a dor na alma de escolher as pessoas, igual aos que sabe ler e escrever. O analfabeto deve votar e sem medo de errar. O analfabeto tem mais experiências dessa parte do que quem sabe ler. Quem sabe ler, às vezes pra guardar uma coisa na cabeça, às vezes é difícil. E um analfabeto guarda que, eu vou falar pra senhora!" (José Filomeno dos Santos, apelido Mata-Sete, 48 anos, analfabeto).[240]

> "E o analfabeto deve votar porque o título é um documento e o voto é um direito que assiste ele como brasileiro (...) porque o analfabeto também tem o direito de viver como os que estuda (...) O

[240] M. L. Victor BARBOSA, op. cit., p155.

> analfabeto pode ainda muita vez cair do cavalo. Por muita inteligência que ele tenha. Mais eu acredito que ele pensando um mês não vai cair do cavalo muito fácil." (José Marinho Ferreira, 75 anos, analfabeto).[241]

Como, então, privar pessoas como essas que, de modo tão intenso, vivenciam a experiência, o sentimento e o orgulho de serem brasileiros, de se manifestarem como cidadãos deste País? A própria capacidade de o iletrado conseguir sobreviver em um mundo regido por operações escritas, em que os direitos e as responsabilidades são todos registrados em escrituras, já não seria prova de discernimento suficiente para votar? Será que, além de eles não terem tido condições de aprender a ler e a escrever, ainda devem amargar a humilhação de não poder votar, mesmo que, como qualquer outro cidadão brasileiro, estejam sujeitos às leis, aos impostos e às obrigações deste mesmo Estado que os penalizou ao recusar-lhes o direito à Educação?

Mesmo que tenhamos tido muitos depoimentos favoráveis à igualdade de direito de voto, porque "*todo mundo sabe o que deve ser feito,*" ou porque "*é todo mundo igual,*" como muitos disseram, a contextualização das falas desses jovens ainda é o caminho mais seguro para evitar conclusões apressadas e compreender com coerência o conteúdo político nelas contido.

---

[241] Ibid., p.160

Do voto idealizado ao voto praticado

Quando perguntamos ao jovem se ele já decidiu que destino vai dar a seu voto, independente da variedade das respostas que iremos encontrar, sabemos que a escolha desse eleitor está marcada pelos mais diferentes tipos de vivências. Cada voto colocado na urna contém experiências exclusivas, sintetizadas em uma poucas letras ou números que compõem a cédula. A compreensão desta síntese, seja ela qual for, reclama em sua interpretação a análise de um conjunto de situações incorporadas à vida desse eleitor e que são anteriores àquele momento.

Neste capítulo procuramos sistematizar alguns dos principais momentos que antecedem a efetivação do voto de nossos investigados. Sem a preocupação de identificar sua escolha eleitoral através de candidatos ou partidos, procuramos explicitar os vários caminhos percorridos pelo jovem até a hora da decisão final, aquela em que ele, solitário, sacramenta a sua opinião, no isolamento da cabine.

As situações analisadas aqui foram aquelas que chamaram a nossa atenção por suas especificidades. Optamos por trabalhar as de maior exclusividade como, por exemplo, as que carregam em sua finalização um forte traço emocional ou que são marcadas pelos laços familiares ou pela presença da mãe na definição da escolha. Outras, certamente, que se edificam como é o caso daqueles votos decididos após a participação em um comício, a leitura de um santinho ou a análise de um plano de governo. Tais situações não deixaram de ser mencionadas por eles nas entrevistas. A decisão em não

trabalhá-las foi devido à própria exclusividade que buscamos para esta análise, o que nos fez optar por aqueles momentos que nos causaram maior estranheza.

Uma de nossas preocupações constantes foi a de deixar sempre claro que o eleitor investigado é um jovem comum - um ser concreto, de carne e osso que pelo voto pode manifestar seus desejos, suas contrariedades, suas necessidades. Procuramos trazer à baila esta concreticidade pela referência às pessoas com as quais ele convive e que estão emocionalmente, fisicamente e materialmente relacionadas à sua decisão eleitoral pelo tipo de trabalho que executa, por sua vida escolar, pela banalidade de suas experiências cotidianas. Uma questão marcante nos depoimentos e que, de maneira generalizada, se apresentou como um dos alicérceres de sua decisão foi a expectativa de mudança. Votar, como eles mesmo definiram, "*é melhorar o Brasil com o voto*," "*é tentar mudar esse País.*"

O processo democrático, pensamos, está muito além das abstrações que o teorizam. Ao analisar aqui o momento do voto desses jovens eleitores, tencionamos responder à problematização básica desta tese, ou seja, identificar a relação entre a representação idealizada do voto, aquela que o concebe como elemento fundamental da escolha democrática e a ação prática deste voto pelo jovem, aquela decidida a partir das mais corriqueiras situações de seu cotidiano. Dito com outras palavras, buscamos conhecer a distância entre este voto idealizado, símbolo da representação individual de cada eleitor e o voto praticado, que, ora é decidido na intimidade das relações familiares, ora é uma demonstração de agradecimentos, de simpatia ou de amizade, ora é o pivô de uma disputa, de um jogo eleitoral, ora marca um descontentamento, uma decepção, uma contrariedade.

Considerações finais

A gênese da problematização central que movimentou esta tese residiu na possibilidade de apreender a relação existente entre o voto concreto, praticado pelo jovem nos dias de eleição, e o voto genérico, idealizado, símbolo da sociedade democrática, ditado pelo próprio texto constitucional como "de valor igual para todos". Trocando em miúdos, o que buscamos foi estabelecer uma relação palpável entre a atuação daquele que está votando pela primeira vez e suas reais possibilidades de se inserir em um dos veios do processo democrático em nosso País, que é a escolha eleitoral.

Nestas últimas linhas, procuraremos, então, alinhavar as idéias, o conhecimento e as concepções desenvolvidas durante o trabalho de campo e a escritura desta tese. Sintetizar o que foi pesquisado, identificando os pressupostos fundamentais da atuação eleitoral do jovem. O objetivo dessa pontuação é abstrair do conteúdo aprendido seu caráter de praticidade.

As reflexões deste estudo repousaram nas características concretas do grupo social e humano com o qual lidamos: estudantes, jovens trabalhadores, iniciados eleitores, surpreendidos por um ritual cívico que, por alguns poucos minutos, lhes confere o direito de efetivar a escolha de seus representantes políticos. Repousaram, ainda, em nossa própria fragilidade de pesquisadores, marcada, de um lado, pela transitoriedade desse grupo - específico e diferente de outros grupos humanos; de outro lado, pela intensa caracterização que envolve o voto como um dos símbolos inquestionáveis do processo democrático.

Os jovens que investigamos, pela faixa etária em que se encontram, são recém-saídos do mundo infantil, embora já participem dos compromissos profissionais do mundo adulto: da carteira de trabalho, do rateio para as despesas da casa, do medo do desemprego. Os diferentes caminhos que se impõem à sua frente nem sempre são opções vantajosas de profissões ou de formação profissional: às vezes é um "serviço novo" que os obriga a abandonar a escola, porque os horários são incompatíveis; às vezes é a aventura de mudar de cidade, migrando de um município para outro, ainda que em uma mesma região; às vezes é a recorrência ao trabalho autônomo como jardineiro, lavadores de carro, diaristas, costureiras; raras vezes é a porta da Universidade - ou a já ocupação de seus bancos - possibilitando-lhes uma formação superior.

As questões aqui pontuadas estão marcadas pela incerteza que ronda a vida de cada um deles e que, por isso mesmo, é capaz de transformar o dia de eleição em um dia de festa, em que ele experimenta a mesma ansiedade de uma comemoração de bairro ou a mesma curiosidade de quem vai participar de uma situação desconhecida que é o primeiro voto. Essa ansiedade e essa curiosidade são sentimentos envoltos pela esperança de uma vida melhor, diferente daquela que levam. A investidura na mudança acompanha todo esse movimentar de festa que envolve a eleição e que é capaz de conferir materialidade à esperança, limitada pelos espaços de uma cédula eleitoral.

No dia da eleição, a expectativa e o entusiasmo desses jovens ocupam o lugar da rotina diária marcada pelo trabalho, pela escola, pela repetição das tarefas de todos os dias. Um movimento viciado que, embora aceite uma variedade de simulações, comporta um único arremate: a luta pela sobrevivência. A interrupção desta rotina é marcada pela novidade de uma festa diferente, capaz de recobrir espaços tradicionalmente conhecidos, como a escola e seus arredores, de configurações inteiramente novas. Nossos eleitores sabem vivenciar com intensidade essas novas configurações. São eles mesmos que as

edificam, preenchendo cada milímetro desses espaços com alegria, descontração, viço - características muito diferentes daquelas exigidas pela severidade do ritual do voto.

O voto do eleitor iniciado, o primeiro de muitos outros que virão em toda sua vida cívica, é tão importante quanto o voto do eleitor veterano, aquele que já participou por muitas outras vezes do processo eleitoral. Numericamente igual, esse voto reveste-se de especificidade única nesta tese. Nele se inscreve o próprio significado de nossas abstrações: da insegurança e ansiedade da primeira eleição à confiança de que é preciso votar; da postura solene, tensa e compassada desse ritual, à liberdade, à vivacidade, ao desembaraço e, até mesmo, à insatisfação com sua obrigatoriedade. Cada movimento, cada gesto, cada palavra desse jovem investigado foi fundamental para esta análise.

O motivo que impulsionou toda a dinâmica desta investigação foi o conhecimento concreto - aquele que é apreendido pela própria experimentação da realidade observada - do voto do eleitor jovem. Tencionamos, a partir dessa apreensão, estabelecer as várias possibilidades que esse conhecimento nos vislumbrou. A principal delas, sem dúvida, está inscrita na própria relação existente entre o voto praticado por esse jovem - uma realidade palpável que ele deposita nas urnas junto com suas esperanças - e o voto idealizado, compreensível apenas para o cidadão-eleitor abstrato, elemento autônomo, dissociável, para quem os direitos e as responsabilidades cívicas de uma eleição são anunciadas e estão muito além da possibilidade da escolha democrática.

O interesse em compreender melhor a relação - ou a diferença - entre essas duas concepções nos impulsionou para a pesquisa, mantendo-se presente em toda a análise, ainda que, em muitas situações, em estado latente. O movimentar entre ambas deixou evidente que os significados e os usos que nosso eleitor é capaz de conferir ao seu voto podem ser exclusivos e, muitas vezes, distantes de tudo aquilo que nos está sendo ensinado há mais de um século pela instituição eleitoral.

A particularidade com que ele é capaz de combinar a descontração da idade com o rigor e a severidade do ritual do voto; o modo peculiar com que ele constrói a sua escolha, privilegiando candidatos e situações que, verdadeiramente, despertam em nós a necessidade de reavaliar os limites do espaço político; a maneira original e espontânea com que ele é capaz de participar desta disputa que são as eleições foram, todos eles, conhecimentos possíveis de serem apreendidos por esta fresta - um espaço intervalar, provocado pelo descompasso entre esse voto praticado pelo jovem, sujeito de sua própria opinião e que tem expectativas de vida palpáveis, e as idealizações tão atrativamente construídas pela tradição eleitoral, capazes de conferir poderes abstratos ao eleitor.

Votar não é uma prática natural ou espontânea; é um procedimento inventado pelos homens e, assim sendo, não pode ser compreendido a distância daqueles que o praticam. O fato de serem os jovens o grupo humano desta pesquisa, acreditamos, motivou nossas explorações, uma vez que pudemos lidar com a expressividade do primeiro voto a partir da experiência de pessoas concretas, participantes de um contexto político eleitoral vivo, palpável, contemporâneo. Essas características nos possibilitaram apreender, em toda a sua rudeza, a autêntica disposição de nosso investigado para essa prática: os significados que ela assume em sua vida, a diversidade de emoções que ela provoca, as expectativas que é capaz de projetar.

O voto é um exercício de cidadania que, no momento de seu acontecer, faz com que o eleitor experimente o sentimento de ser brasileiro e de ser reconhecido como tal. Ao votar, o jovem desta pesquisa, morador de Uberlândia, cidadão do Brasil, se inscreve como objeto dessa experiência ao se expressar em uma cédula eleitoral. A análise científica dessa expressão é uma necessidade concreta, imprescindível para a apreensão do conteúdo democrático dessa prática política.

Bibliografia

ABÉLÈS, Marcs. *Le Jours tranquilles en 89*. Ethnologie politique d'un département français. Paris, Editions Odile Jacob, 1989.

AGAZZI, Angelo. *Curso de Educação Moral e Cívica*. São Paulo, Catavento, 1970.

ANNINO, A. Vote et decalage de la citoyenneté dans le pays andins et mesoamericains. Colloque International *How did they become voters? The history of franchise in modern european representation systems*. Florence, 20-22 avril, 1995.

AVELAR, Lúcia e CANÊDO, Letícia. *Grupo de Trabalho sobre o ato do voto*. Faculdade de Educação, Unicamp, s.d., mimegrafado.

BARRETO, Lima. *Vida urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *Democracia participativa*. São Paulo, Ática, 1991.

_____. É preciso participar. *Revista Veja*, 23 / 08/ 1995.

BOITO Júnior, Armando e MARINEZ-ALIER, Verena. Enxada e voto. In: LAMOUNIER, Bolivar e CARDOSO, F. H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BON, Frédéric. Qu'est-ce q'un vote? *H. Histoire* n.2, Paris, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: L'economie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa, Diffel, 1987.

BRAGA, Hilda Souza. *Sistemas eleitorais do Brasil* (1822 - 1988). Brasília, Senado Federal, 1990.

BRAUD, Philippe. *Le Jardin des délices democratiques*. Paris, Presses de la fondation nacionale des sciences politiques, 1991.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Les listes electorales et le processus de nationalisation de la citoyennete au Bresil (1822-1845). Colloque International *How did they become voters?* The history of franchise in modern european representation systems. Florence, 20-22 avril 1995.

_____. Metáforas do parentesco, 1994, mimeografado.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____. *Un théatre d'ombres. Paris*, M S H, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHACON, Vamireh. Comunicação de massa na sociedade democrática. In: JAGUARIBE e outros. *Sociedade democrática*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1987.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

CONY, Carlos Heitor. O brasileiro sabe votar? In: DIMENSTEIN, Gilberto. *Como não ser enganado nas eleições*. São Paulo, Ática, 1994.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Ed. Guanabara, 1987.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Explorações*. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

DAHL, Robert. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro, Lidador, 1966.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Jornal da UFU*. Uberlândia, Junho, 1995.

DÉLOYE, Yves. *École y citoyenneté*. Paris, PFNSP, 1994.

_____. L'election au village. Le geste électoral à l'occasion des scrutins cantonause et regionause de mars 1992. *Revue Française de Science Politique*, Paris, n.1, v.43, fevrier, 1993.

_____. Rituel et Symbolisme électoraux: reflexions sur l'experience française. Colloque International *How did they become voters?* The history of franchise in modern european representation systems. Florence, 20-22 avril 1995.

DEMARTINI, Zeila B. F. Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em História da Educação. *TEXTOS CERU*. São Paulo, 8 (2): 9- 28,1997.

DIMENSTEIN, Gilberto.*Como não ser enganado nas eleições*. São Paulo, Àtica, 1993.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.

FERREIRA, Antônio Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Lisboa, Porto Editora Ltda, s. d.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo, Sumaré, 1991.

GARCIA, Marco Aurélio. Trabalhadores e eleições. In: *Trabalhadores*. Campinas, Fundo de Assistência à cultura, 1990.

GARRIGOU, Alain. La construction sociale du vote. *Politx*. Paris. PFNSP. 22: 5-42, deuxième trimestre 1993.

_____. *Le vote et la vertu*. Comment le Français sont devenus électeurs. Paris, Presses de la fundation nacionale de sciences politiques, 1992.

GAUDEMAR, Antoine. A nostalgia antropológica. *Folha de São Paulo*, 15/ 01/ 1995.

GAXIE, Daniel. *La démocratie representative*. Paris, Montchrestein, 1993.

_____. *Explication du vote*. Un bilan des estudes electorales en France. Paris, Presses de la fondation nationale de sciences politiques, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

GRANDE Encyclopedie, tome 31. Paris, II. Lamirault & Cie, 1902.

GROUPE de Recherches sur l'Acte du Vote. Propositions pour une étude sur l'acte du vote en France. Université de Paris, Departement de Science Politique, Sorbone, France, 1992.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. *O aluno trabalhador: das possibilidades de um cotidiano político a uma política para o cotidiano*. Tese de Mestrado, Unicamp, 1990.

IHL, Olivier. L'urne électorale, formes et usages d'une technique de vote. *Revue Française de Science Politique*. Paris, Presses de la fundation nacionale de sciences politiques, vol 43, n. 1, 1993.

KELLY , Octávio. *Código Eleitoral Anotado.* 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. A. Coelho Branco Fº, 1933.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil.* São Paulo, Símbolo, 1982.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História.* São Paulo, Ática, 1989.

LAMOUNIER, B. *A Ciência Política dos anos 80. Cadernos* da UnB, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. *Voto de desconfiança*: eleições e mudança política no Brasil (1970 - 1979). Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. A bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1949 - 1974). *Revista Dados*, IUPERJ, 1978.

_____ .*Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LAMOUNIER, B. e KINZO, Maria D'Alva. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945- 1978. Rio de Janeiro, *BIB* n. 5, 1978.

LE GRAND Robert de la langue française. Paris, Le Robert, tome 9, 1985.

LEACH, E. R. *Repensando a Antropologia.* São Paulo, Perspectiva, 1974.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa - Ômega, 1976.

LEITE, Míriam L. Moreira & SIMSON, Olga R. de Moraes, Imagem e linguagem: reflexões de pesquisa. *TEXTOS CERU.* São Paulo, 3 (2): 117-138, 1992.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). *Sucessão e posse na República*, 1881-1989. Rio de Janeiro / Brasília, Fundação casa de Rui Barbosa, Minc. Subsecretaria de Arquivo / Senado Federal, 1991.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil e outros. Rio de Janeiro, *BIB* n. 34, 2 semestre, 1992, p. 5.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Eleições e sistemas eleitorais. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 2, jul / dez 1958.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural.* Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Brasileiro, 1967.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e Representação ou De como os balona de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *Aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

MATOS, Olgária. A cidadania está ameaçada. *Folha de São Paulo*, 25 / 3/ 1991.

OFFERLÉ, Michel. Eclats de voix. L'election comme objet de science Politique. In: *Regards Sociologiques*, n.7, Université de Paris I , 1994.

_____. La nationalisation de la citoyenneté civique en France. Colloque International *How did they become voters?* The history of franchise in modern european representation systems. Florence, 20-22 avril 1995.

_____.Le nombre de Voix. Electeurs, partis et électorats socialistes à la fin du 19 siècle en France. Paris, *RFSP*, 1993/12.

_____. *Le vote comme évidence et comme énigme*. Paris, Genèses, 1993.

_____.Mobilisation électorale et invention du citoyen: L'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX siècle. In: GAXIE, Daniel. *Explication du vote*, Paris, Presses F N S P, 1985.

_____. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris, Découvertes Gallimard, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Introdução a uma leitura de Mauss. In: *Mauss*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ed. Ática, n. 11, 1979.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? *Revista da Anpocs*. São Paulo, Cortez, n. 20, outubro, 1992.

PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Fundação Nacional do Material Escolar, 1982.

PERCHERON, Annick. *L'univers politique des enfants*. Paris, Fondation nationale des Science Politique / Armand Colin, 1974.

REIS, Fábio Wanderley (org.). *A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo, 1978.

ROMANELLI, Raffaele. Electoral systems and social strutures. A comparative perspective. Colloque International "How did they become voters? The history of franchise in modern european representation systems. Florence, 20-22 avril 1995.

ROSANVALLON, Pierre. *Le sacre du cityen*. Paris, Gallimard, 1992.

SIEGFRIED, André. *Tableau Politique de la France de L'Quest sous la III Republique.* Paris, A. Colin, 1913.

SILVA, Francisco Teodoro da. *Curso de Educação Moral e Cívica.* Belo Horizonte, Ed. Legislação Mineira Ltda, 1970.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Eleições e sistemas eleitorais. *Revista de Direito Público e Ciência Política.* Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 2, jul / dez 1958.

SOUZA, Herbert de. Despertar da cidadania. *Folha de São Paulo*, 01/ 01/1994.

_____. Prefácio. In: DIMENSTEIN, Gilberto. *Como não ser enganado nas eleições.* São Paulo, Ática, 1993.

TAMBORES de codó exaltam Deus e o diabo no terreiro. *Folha de São Paulo*, 07/01/ 1996.

VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem*. Petrópolis, Vozes, 1978.